

# MOVIMENTO

## CRÍTICA, TEORIA E AÇÃO

---

ANO 1. N.1.

# **MOVIMENTO**

CRÍTICA, TEORIA E AÇÃO

---

ANO 1. V.1. N.1. ABR./JUN. 2016.

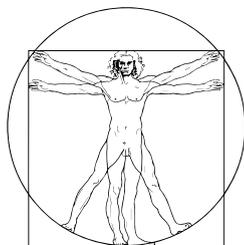


# MOVIMENTO

CRÍTICA, TEORIA E AÇÃO

---

ANO 1. V.1. N.1. ABR./JUN. 2016.



EDITORA  
MOVIMENTO

**Editores:** Etevaldo Teixeira e Roberto Robaina  
**Diretor:** Thiago Aguiar  
**Responsável:** Movimento Esquerda Socialista

**Edição e projeto gráfico:** Adria Meira  
**Revisão:** Thiago Aguiar e Charles Rosa  
**Capa:** Adria Meira  
**Traduções:** Charles Rosa

**Periodicidade:** Trimestral  
1ª edição 2016

**Autores que contribuem nesta edição:**

Charles Rosa  
Frederico Henriques  
Henrique Carneiro  
Luciana Genro  
Pedro Fuentes  
Pierre Rousset  
Roberto Robaina  
Thiago Aguiar  
Vladimir Safatle

Movimento : crítica, teoria e ação / Movimento Esquerda  
Socialista. ano 1, v.1, n.1 (abr./jun.2016) -. -Porto  
Alegre : Movimento, 2016.

Trimestral.

ISSN 2448-1491

1. Marxismo – Brasil. 2. Marxismo– Mundo.  
3. Socialismo. 4. Política – Brasil. 5. Política–  
Internacional.

CDD 335.4

Ficha catalográfica elaborada por Fernanda Melchionna e Silva  
CRB10/1813

Editora Movimento  
Rua Bananal, 1679, Bairro Arquipélago  
90090-010 - Porto Alegre-Rio Grande do Sul - Brasil

Impresso no Brasil  
2016

## **ÍNDICE**

<b>Apresentação</b>	7
Thiago Aguiar	

### **BRASIL - CRISE E ALTERNATIVAS**

<b>Rechaçar o medo como afeto político central em nosso país</b>	15
Vladimir Safatle	

<b>Avançar na disputa pelos rumos do novo ciclo político do país</b>	23
Roberto Robaina	

<b>Compartilhar a mudança - Uma alternativa para Porto Alegre</b>	41
Luciana Genro	

<b>Nossas tarefas na luta contra o impeachment</b>	61
Serge Goulart	

<b>Em defesa da democracia ou em defesa do governo?</b>	73
Charles Rosa	

### **INTERNACIONAL**

#### **O IMPERIALISMO NUM MUNDO EM MOVIMENTO**

<b>Quando a crise mundial se instala no Império: a novidade Bernie Sanders e a hecatombe do bipartidarismo nos Estados Unidos</b>	91
Pedro Fuentes	

<b>Globalização capitalista, imperialismos, caos geopolítico e suas implicações</b>	103
Pierre Rousset	

<b>A primavera árabe e as transformações da luta curda</b>	123
Frederico Henriques	

### **DEPOIMENTO**

<b>A militância antiproibicionista no Brasil</b>	137
Henrique Carneiro	

### **DOCUMENTOS**

<b>É preciso refundar a República: construir uma alternativa de esquerda combatendo as “castas” corruptas e o ajuste contra o povo</b>	147
Secretariado Nacional do Movimento Esquerda Socialista (MES)	

<b>Lá onde está o seu maior perigo</b>	157
Vladimir Safatle	



## Apresentação

Thiago Aguiar <sup>1</sup>

Iniciamos, com esse modesto número que os leitores tem em suas mãos, um projeto há muito esperado. *Movimento – Crítica, Teoria e Ação* é uma publicação nova, que no entanto parte de antigos alicerces, fundações teóricas e intervenção prática. Será uma revista teórico-política para a elaboração e o debate marxista, cujo interesse é contribuir com a formação teórica e com a intervenção prática de militantes socialistas.

Partimos de uma constatação. O novo período aberto no Brasil após junho de 2013 apresenta à esquerda socialista grandes desafios e oportunidades. Uma nova geração coloca-se em movimento, reivindicando direitos e dando novo significado à ação social e política num contexto de crise econômica internacional, descrédito e desmonte do regime político brasileiro, seus principais atores e instituições. Há uma busca generalizada não apenas por uma alternativa política para o povo, a juventude e os trabalhadores, como também, requisito para a última, por referenciais que permitam elucidar os grandes dilemas do período. É preciso encontrar – ou, melhor ainda, construir – uma bússola que nos permita navegar pelo agitado “mar da história”, sobre o já nos falava Vladimir Maiacovski um século atrás. Outros antes de nós tomaram para si tais tarefas. Estas são as bagagens que precisamos levar em nossa viagem, sem, contudo, agarrar-nos à certeza de que velhos mapas poderão levar a melhores caminhos.

*Movimento* é uma revista marxista, que pretende resgatar no diálogo com nossa tradição a melhor maneira de formular os problemas e soluções do presente e do futuro. Será, também, uma revista com postura editorial aberta a novas questões e tarefas. Por isso, queremos com ela construir um espaço de debate, com interesse prioritário na intervenção política e na luta de classes.

---

<sup>1</sup> Diretor da revista Movimento.

A presente publicação foi concebida e organizada pela Coordenação Nacional do Movimento Esquerda Socialista (MES), corrente trotskista fundadora e construtora do PSOL, que mantém diálogo com seus partidos-irmãos e parceiros na América Latina e no mundo. Nossa publicação dará espaço privilegiado para o internacionalismo e para o debate com estes camaradas. Também possibilitará registrar as posições de nossa corrente sobre a luta de classes no Brasil e sobre as possibilidades e desafios do PSOL. Pretendemos, com esse novo projeto, dar densidade a nossas elaborações, até aqui muito pulverizadas em publicações sem periodicidade ou em meios virtuais, e apresentar a um setor mais amplo nossa estratégia.

No entanto, pretende-se fazer aqui não apenas mais uma revista “de corrente” para alimentar a militância, ainda que este seja um de nossos principais objetivos. Nosso maior interesse é o de ampliar vínculos e debates, convidando companheiros de outras tradições, intelectuais com quem dialogamos cotidianamente, ativistas dos movimentos sociais, dirigentes socialistas e parceiros que possam contribuir, com suas reflexões, para os debates que aqui se realizarão. Sem a necessidade da concordância total de posições, mas com o convite aberto ao diálogo, é possível aprender e avançar muito. Esperamos, aliás, que este número de inauguração seja um exemplo disso.

A princípio, este é um projeto de revista trimestral, que acompanhe as estações do ano e, sobretudo, a temperatura variável da luta de classes no Brasil e no mundo. A publicação está a cargo de Roberto Robaina e Etevaldo Teixeira, como editores, e, como diretor, de quem assina esta apresentação, cuja tarefa é receber, organizar e selecionar os materiais. O lindo projeto gráfico e a diagramação da revista, que esperamos todos os leitores desfrutem, ficaram a cargo da sempre talentosa Adria Meira. Sem dúvida, essa iniciativa só será bem-sucedida caso contemos com as ideias e o auxílio de nossos camaradas e parceiros. Desse modo, queremos que *Movimento* contribua para a ampliação de nossos

esforços de propaganda e divulgação de ideias.

Esperamos que o conteúdo das páginas a seguir exemplifique o que dissemos acima. Abrimos o primeiro número de *Movimento* com cinco textos sobre a crise em curso no Brasil, seus sentidos e possíveis desdobramentos.

O artigo de Vladimir Safatle, fruto de sua intervenção no Seminário Internacional da Fundação Lauro Campos, realizado no Fórum Social Temático em janeiro de 2016 em Porto Alegre, apresenta como tarefa fundamental para a reorganização da esquerda brasileira o rechaço ao medo como afeto político, num período em que uma polarização, no mais das vezes despida de conteúdo programático, toma o debate no país. Safatle, que foi talvez o primeiro a ressaltar em seus artigos que a crise em curso demonstra a falência da Nova República, aprofunda em sua exposição tal conclusão.

Roberto Robaina assina artigo em que esmiúça a derrocada do PT e do governo Dilma, a crise do regime político, as tarefas para a (re)construção de uma esquerda anticapitalista autêntica no Brasil e as possibilidades abertas para a construção de um novo polo político nas lutas e já nas eleições municipais de 2016.

Luciana Genro assina documento com as principais orientações e diretrizes programáticas para a campanha municipal de Porto Alegre em 2016. Trata-se de uma grande possibilidade de disputa de um projeto socialista em nível municipal e de uma vitrine nacional para o PSOL: Luciana pode encabeçar um movimento de participação do povo pelas mudanças necessárias, colocando esta cidade do sul que já foi norte para os movimentos sociais de todo o mundo durante a fase áurea dos Fóruns Sociais Mundiais no mapa de cidades rebeldes como a Barcelona do movimento antiausteridade, que levou Ada Colau, ativista contra o estrangulamento pelas hipotecas, à prefeitura e ao centro dos acontecimentos daquele país.

Na sequência, publicamos reflexão de Serge Goulart, dirigente da Esquerda Marxista, sobre o processo de impeachment

em curso no Brasil. Consideramos suas reflexões muito importantes, em particular ao dissecar o caráter de “guerra de camarilhas” da atual situação, ao mesmo tempo em que o aparato petista tenta impedir qualquer mobilização independente da classe trabalhadora através do amálgama falso de defesa do “Estado Democrático de Direito” contra um “golpe”. Ainda que não concordemos com a posição desta corrente de participar de atos do governismo, consideramos a leitura do texto do camarada Serge fundamental para bem caracterizar a atual crise em curso no país. Temos acompanhado e apoiado, aliás, com muito entusiasmo, a disposição da Esquerda Marxista, organização internacionalista referenciada na tendência trotskista internacional CMI, de aproximar-se e ingressar no PSOL. A conclusão deste processo só fará fortalecer nosso partido num momento em que é preciso, mais do que nunca, levantar uma alternativa à falência petista e à manobra reacionária do impeachment.

A seção nacional também reproduz artigo de Charles Rosa, militante da regional paulista do MES, em que polemiza com as posições de Frederico de Almeida, cientista político da Unicamp, a respeito da existência de um “golpe” no Brasil. Seu texto é agudo na demonstração, com densidade de fontes, de que a agitação ao redor da defesa das instituições burguesas no país termina convertendo-se num verniz da defesa de um governo cuja política é a capitulação permanente à direita e a execução de um ajuste contra os direitos do povo e as liberdades democráticas.

A edição não trata apenas, no entanto, de debates nacionais. A seção internacional traz rico artigo de Pedro Fuentes sobre o movimento ao redor da campanha de Bernie Sanders nos Estados Unidos, atualizando um importante debate em andamento na esquerda mundial. A campanha de Sanders mostra como a crise instalou-se no coração da maior potência imperialista do planeta e trouxe profundo desconcerto em seu regime político, com consequências fundamentais para a América Latina e o mundo, o que nos exige acompanhar no detalhe tal processo e as possibilidades

abertas com uma campanha que dialoga com o melhor dos movimentos surgidos nesse país desde o profundo questionamento trazido pelo *Ocuppy Wall Street*.

Na sequência, Pierre Rousset, dirigente da IV Internacional, reflete as recentes discussões no Comitê Internacional da organização, reunido no início de março, sobre os atuais contornos do imperialismo. Este interessante artigo não apenas retoma o debate teórico a respeito do conceito, como mobiliza dados e caracterizações sobre a situação de diversos países. Sem a pretensão de esgotar debate ainda em andamento, o texto ajuda a levantar importantes questões que merecem ser debatidas num período de grande instabilidade na situação mundial.

Como parte de atividade internacionalista por ele realizada no Curdistão – cujo povo é vanguarda do enfrentamento à barbárie do Estado Islâmico e à intervenção de diversos imperialismos e interesses internacionais –, Frederico Henriques reflete sobre a luta histórica dos curdos e suas transformações a partir da Primavera Árabe e da rebelião contra Bashar Assad.

Num encerramento em grande estilo, o professor da USP Henrique Carneiro assina artigo na seção “Depoimento”, com um rico relato de tintas autobiográficas a respeito da luta antiproibicionista no Brasil e sua necessária, mas nem sempre harmônica, relação com a esquerda. Henrique é um grande historiador, militante socialista há décadas e pioneiro da luta pela legalização das drogas, o que torna seu depoimento um dos pontos altos e um orgulho para nós nesta publicação de inauguração.

A seção de “Documentos”, ao final da revista, reproduz resolução do Secretariado Nacional do MES publicada originalmente em 8 de março de 2016. Com uma situação política tão rapidamente movediça, é evidente que algumas elaborações do calor do momento podem desatualizar-se. No entanto, consideramos que a resolução traz balizas fundamentais: o diagnóstico sobre as crises econômica e do regime político, e a necessidade de construção de uma alternativa popular, socialista e dos

trabalhadores frente à falência petista. Além disso, também re-  
produzimos artigo de Vladimir Safatle publicado originalmente  
na imprensa em 8 de abril, com o debate sobre o impeachment  
cada vez mais quente, defendendo a convocação de eleições gerais  
como forma de devolver ao povo a decisão sobre os rumos do país.

Na esperança de que esta breve apresentação tenha esti-  
mulado o interesse pelo que virá a seguir, e já ansioso por nossos  
próximos números, reconheço que aqui já temos o suficiente e  
podemos ir direto ao que importa. Menos é mais: boa leitura!

**BRASIL**  
CRISE E ALTERNATIVAS



## Rechaçar o medo como afeto político central em nosso país

Vladimir Safatle<sup>1</sup>

No atual momento da vida política do país, algumas questões merecem ser debatidas. Em primeiro lugar, vale apreciarmos uma tese que nos últimos tempos vem sendo bastante utilizada por setores da esquerda brasileira, de modo equivocado, uma vez que ela tende a paralisar não só a nossa capacidade de avaliação como também a nossa capacidade de projeção de alternativas futuras: a ideia de que nós estaríamos sendo tomados de assalto neste instante por uma verdadeira e avassaladora onda conservadora.

A princípio, esse ascenso conservador pareceria evidente, se trazida à mente uma série de dados a respeito da conjuntura nacional e, até mesmo, do contexto mundial. Temos acompanhado o desenvolvimento da extrema-direita na Europa e suas impressionantes aquisições eleitorais, bem como, no Brasil, um novo modelo de organização da direita, que sai às ruas e faz mobilizações populares, o que há décadas não se via por aqui. De certa maneira, tais evidências revelariam uma situação na qual teríamos que lutar contra ou se defender de uma grande onda conservadora.

É preciso insistir que esse pressuposto analítico esconde o fato fundamental de que em todo lugar onde há uma direita que cresce e ganha força, há uma esquerda que fracassou. Frente a isso, a primeira questão a ser trabalhada, portanto, é mais do que tentar mobilizar as pessoas pelo medo, como ocorre ultimamente. Recorrer ao velho raciocínio de invocar a luta imediata contra um “inimigo em comum” corresponde em última instância a não propor nada e a não mobilizar por nenhum tipo de perspectiva ou

---

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Filosofia da USP. Artigo baseado em intervenção realizada no Seminário Internacional da Fundação Lauro Campos, em 23/01/2016, durante o Fórum Social Temático em Porto Alegre.

expectativa. A mobilização ocorre nesses casos pelo medo, obrigando-nos a refletir sobre o que acontece quando esse sentimento de temor torna-se o afeto político central. Nós nos vemos agora numa situação onde não se tem a força necessária para propor algo e, ao contrário, a única força existente serve para amedrontar as pessoas.

Para que haja um avanço, necessitamos antes de tudo nos livrar de certos afetos: não podemos admitir em hipótese alguma que o medo se transforme no afeto político central do nosso país, em contraposição ao que ocorre hoje em dia tanto pelo lado da direita quanto pelo lado de um forte setor da esquerda. Mobilizações são feitas a partir do argumento de que, se essa pretensa onda conservadora de fato tomar o poder, teremos situações inimagináveis, apocalípticas, muito piores que o golpe de 64. Por várias razões, tudo isso beira o limite da desonestidade intelectual.

Primeiramente, a onda conservadora não chegará ao governo, pois na verdade já chegou. Ela inclusive vem do governo e não precisa vir de fora. Tomemos como exemplo o episódio em que o PSOL conseguiu aprovar no Congresso a auditoria da dívida pública, uma proposta clássica de qualquer partido de esquerda. Todos sabemos como o Estado brasileiro absorveu dívidas privadas, responsabilizando-se por boa parte daquilo que eram atividades empresariais desde a ditadura militar. Mas cabe a pergunta: quem se recusou a autorizar a auditoria, chegando a classificar tal proposta como ingênua do ponto de vista econômico?

Ou, então, vale lembrar que em janeiro diante de mobilizações absolutamente centrais contra os preços abusivos de tarifas dos transportes públicos no Brasil e, especialmente em São Paulo, houve um prefeito que interpelou um movimento social da importância MPL, sugerindo-lhe que elege-se um mágico, e não um prefeito, para alcançar suas demandas. Quem foi esse prefeito que também declarou estar cogitando fazer, antes da Tarifa Zero, o “Disney Zero”, “almoços grátis” e absurdos do gênero? Teria sido um político de direita? Na realidade, para ser sincero, é difícil

recordar um político de direita que tenha demonstrado tamanho desrespeito por um movimento social quanto esse prefeito que se diz de esquerda.

Portanto, não há por que se temer a chegada de uma onda conservadora, visto que de uma certa forma ela já está aí no governo e, pior de tudo, está nos fazendo pagar o preço. Trata-se, em última instância, de um “governo de esquerda” que faz tudo o que a direita faria, com a diferença de que a direita não precisa arcar com os custos de fazer isso, já que se encontra aparentemente “fora” do governo. Logo, não há situação melhor para a direita: desarticula-se totalmente aquilo que seria uma política de esquerda em nome da esquerda, sem que a direita precise se desgastar.

Em larga medida, este é o modelo que enxergamos no mundo inteiro. Na França, por exemplo, existe um governo que tenta aprovar agora a possibilidade de cassar a nacionalidade de qualquer suspeito de praticar “atividades terroristas”. Este mesmo governo colocou o país em estado de exceção por mais de duas semanas, acima do previsto constitucionalmente. Ao mesmo tempo, manifesta o desejo de acabar com o Estado Islâmico, pretensão um tanto insólita para quem quase se assemelha aos 12 anos de estado de exceção mantidos pelo nazismo. A direção desse governo está nas mãos de um partido que tem a coragem de se chamar “Socialista”, ou seja, um partido que a princípio seria de esquerda.

Esta é a questão fundamental: é necessário ter bastante clareza de que nós conseguiremos muito facilmente desarticular qualquer possibilidade de organização vinda da direita, se a esquerda tiver alguma coisa para propor com franqueza sem ficar presa ao “possibilismo”. Convém destacar que onde a esquerda conseguiu mobilizar elementos centrais no que tange ao aprofundamento da democracia direta, essa esquerda ganha. Quando seus partidos, seus sindicatos e suas instituições deixam de ter uma perspectiva centralista, hegemônica e hierárquica para assumir a construção de processos não mais controlados e com uma

dinâmica própria, bons resultados são alcançados. Na Espanha, por exemplo, a esquerda obteve efeitos eleitorais impressionantes.

Não se trata simplesmente de afirmar que “essas são as possibilidades econômicas que estão dadas para nós”, mas de impor de uma maneira muito forte a ideia de que existe sim uma luta de classes e a questão é onde nós estamos. Como dizia não um ideólogo da esquerda, mas um dos maiores investidores de Wall Street, Warren Buffet, “claro que existe a luta de classes e nós estamos ganhando”.

Não é possível, por exemplo, nós não partirmos de uma revolução tributária. Eu não consigo lembrar-me de nenhuma outra crise neste país em que os dois maiores bancos privados tenham mais de 20 bilhões de reais de lucro líquido em um ano. Que estrutura de crise é essa? Temos o deslocamento de capitais do setor produtivo para o setor financeiro. Mas não há nenhuma perda nesse sentido.

O ponto central é: que fazemos diante disso? Qual é a nossa força? Por que as nossas proposições não são seriamente discutidas? Por que nós não batalhamos com elas? Será que somos capazes efetivamente de impor um modelo de democracia direta, efetivo, concreto e real, do qual nosso partido não tome para si o controle de mais processo algum? Será que podemos impor um projeto real de luta contra a desigualdade, para além do que ocorreu na última década no Brasil, onde passamos na verdade por um processo de capitalização das classes mais pobres?

Devemos ressaltar que os padrões de desigualdade do país continuaram basicamente os mesmos. Utilizamos durante certo tempo dados ligados à renda e aos salários, enquanto não levávamos em conta que o 1% da sociedade era formada por rentistas. Se considerarmos a perspectiva do rentismo brasileiro, perceberemos que não houve nenhum tipo de combate à desigualdade no sentido mais forte do termo. Se observarmos que a discussão sobre a desigualdade vai além do econômico e abrange o social e

cultural, eu diria que não há lugar onde a esquerda se enfraquece.

Ironicamente, estamos num momento muito peculiar da história do mundo, no qual os Estados Unidos são um dos únicos lugares em que há um político que se diz clara e francamente socialista, que consegue ser ouvido pela população e crescer. De modo interessante, observamos na política nacional e mundial a tendência de se caminhar para os extremos. Tal caminho é inevitável. Cada vez mais, haverá uma direita extremada e há apenas uma maneira de se contrapor a isso: uma esquerda que se coloque cada vez mais enquanto esquerda. Ocorre que na situação atual, a direita já entendeu isso muito bem e aos poucos migrou para as suas extremidades. Ela se articulou como um conservadorismo de costumes, um conservadorismo político e um conservadorismo econômico. Algo inédito neste país. No máximo, havia um conservadorismo econômico e político, enquanto predominava um “liberalismo” de costumes, no padrão “PSDB way of life”. Hoje existe uma direita que articula concretamente esse tripé conservador, o que era óbvio e compreensível há pelo menos três ou quatro anos do ponto de vista da dinâmica da política brasileira. E digo mais: eles ainda se organizarão sob uma forma partidária, conseguirão não mais precisar estar dentro desses consórcios construídos durante a Nova República, como o PSDB, e desfrutarão de autonomia, a ponto de mobilizar mais de 15% da população. Isso é nitidamente evidente.

O crucial é o que acontece do outro lado. Por que nós não conseguimos organizar aquilo que realmente representamos: aqueles 15 a 20% da população brasileira? Todos os dados de pesquisa demonstram claramente que há pelo menos 30% da população nacional que se diz claramente de esquerda. Trata-se de um eleitor orgânico que sempre votou à esquerda e que vai continuar votando. Tais pessoas encontram-se atualmente desmobilizadas e pior estão com vergonha de falar alto que são de esquerda, que acreditam de fato no socialismo. Por quê? Se nós não começarmos a compreender isso, não vamos conseguir reconstruir o campo da

esquerda nacional.

A reconstrução passa por, entre outros fatores, não só a reorganização do nosso discurso e pela absorção de novas pautas, mas também pela compreensão de que nós não vamos conseguir organizar essa parcela da população continuando com as mesmas estruturas e os mesmos modelos de organização de sempre. Essa questão se transformou em decisiva e central: nossos modelos de organização estão completamente inadequados para os dias de hoje. Se nós não tivermos coragem de abandonar nossa característica centralista, hegemônica e hierárquica, nós não vamos conseguir impedir que nosso potencial se disperse por todos os lugares. Como colocado anteriormente, essas pessoas de esquerda têm uma consciência muito clara de que elas não apenas sabem que a democracia representativa tem um limite, mas também reconhecem que a ideia política de representação tem um limite. Talvez tenhamos chegado a um momento em que nós devemos abandonar a ideia política de representação, a noção de que só se existe politicamente quando se é representado, de que só se tem voz quando se representa alguém.

Sempre me impressionei com o fato de que a filosofia política fez a crítica da representação há mais de 150 anos e a política ainda não conseguiu fazer. Temos um pouco essa ideia de que a representação organiza um campo de dramatização dos conflitos políticos a qual seria fundamental para o funcionamento da democracia. Não percebemos que tanto no campo da micropolítica quanto no campo da macropolítica talvez estejam os elementos fundamentais que bloqueiam nossa capacidade de construção de novos atores e sujeitos políticos. Talvez estes sujeitos políticos não queiram mais ser representados. Lembro-me de uma frase de um manifestante em junho de 2013 durante uma entrevista. A jornalista perguntou-lhe o nome e ele respondeu, de modo fantástico, “eu sou ninguém”. A sua pretensão era dizer que não desejava aparecer como a mídia normalmente impõe a presença das pessoas. Se o objetivo é realmente construir uma nova

subjetividade política, não se pode começar imaginando que isso será alcançado apresentando-se sempre da mesma maneira. É melhor, então, falar: “Anota aí, meu nome é ninguém”. Marx falava: “Falta ainda a capacidade de dizer eu não sou nada, por isso eu posso ser tudo”.

Um dado político fundamental é que não nos faltam propostas. Seríamos capazes de fazer uma ampla compilação do diagnóstico da crise e da falência do lulismo, além de medidas que deveriam ter sido adotadas ou não. A falta de diagnóstico sobre o que acontece não consiste no problema presente. Ao contrário, temos a caracterização muito precisa de onde a situação começou a degradingolar. Falta-nos, antes de mais nada, uma clareza sobre o que serão os sujeitos políticos daqui para frente, como eles estão dispostos a aparecer e a falar, e até que ponto nós seremos capazes de permitir que esse espaço apareça.

Por fim, concluiria que talvez uma das questões fundamentais para a esquerda hoje é compreender de uma vez por todas que governar não é dirigir. Se um dia a acreditamos nisso, devíamos parar com isso de uma vez por todas. Governar é garantir que as pessoas possam se dirigir a si mesmas.



## Avançar na disputa pelos rumos no novo ciclo político do país

Roberto Robaina <sup>1</sup>

O Brasil encerrou um ciclo político cuja marca foi o pacto da Nova República, costurado entre os partidos que ganharam força na luta contra a ditadura militar. Nesse ciclo, o PT foi o partido hegemônico do movimento dos trabalhadores e da juventude. O ciclo novo, que vem sendo aberto, está indeterminado e há uma luta em curso pelo seu sentido, cuja polarização é indicada, por um lado, pelo que irrompeu no levante juvenil e popular de junho de 2013 e, por outro lado, pelo seu simulacro, a marcha de 15 de março de 2015.

O regime político burguês – sustentado pelo PSDB no governo e pelo PT na oposição, e depois com o PT no governo e o PSDB na oposição (o PMDB sempre esteve no governo) – foi fraturado durante o levante de junho. Foi tal levante que produziu o fim de um ciclo em que o PT dirigiu o movimento de massas. Sem formular desta forma, foi o nosso equivalente ao “Que se vayan todos” que marcou a política argentina em dezembro de 2001. De modo que, assim como não se pode entender a política argentina sem este marco e como não se pode entender a Venezuela sem o “Caracazo” de 1989, não se pode entender o Brasil sem 2013.

O levante de 2013 teve antecedentes: greves das obras de construção das usinas de Jirau e Santo Antônio em 2011, e sobretudo a poderosa greve dos bombeiros do Rio de Janeiro, que derrotou o governo Cabral do PMDB. Tal efervescência social teve sua gênese no desdobramento da crise econômica mundial de 2008 e no rastilho de pólvora das revoluções árabes, dos indignados espanhóis, da juventude portuguesa e norte-americana. Mas quando finalmente explodiu, em junho de 2013, provocou uma

---

<sup>1</sup> Dirigente do PSOL, do Movimento Esquerda Socialista e editor da revista *Movimento*.

mudança que segue impedindo a estabilização política da dominação burguesa. O regime trata sempre de se recompor, mas não tem sido fácil. E agora, com a crise econômica, esta recomposição tem sido mais dura e custosa.

O trabalho para desmontar o levante de junho foi o sinal de igual entre a ação das direções do PT e dos partidos tradicionais da burguesia. Trabalharam com este objetivo durante todo segundo semestre de 2013 e todo ano eleitoral de 2014. O descontentamento popular, entretanto, seguiu. Depois das eleições – em que Dilma ganhou o segundo turno tratando de polarizar contra as medidas econômicas que um governo tucano aplicaria no caso de vencer, para aplicá-las logo em seguida –, a insatisfação ganhou novamente as ruas. Desta vez, porém, era na forma de um simulacro. A espontaneidade não era mais a marca das ações. Nem o radicalismo de esquerda. As forças de direita estavam no comando.

Olhando para trás, portanto, vemos que a tentativa de liquidar os efeitos de junho de 2013 teve várias formas. A repressão foi a mais pesada. Ela uniu governos do PT e do PSDB. Mas houve também dirigentes petistas que condenaram junho de 2013 por produzir e supostamente fortalecer perspectivas fascistas. Houve a Globo, tratando de desviar e restringir os protestos ao enfrentamento à corrupção em geral, buscando separar esta pauta das bandeiras sociais e anticapitalistas. O fato é que todos os partidos do regime da Nova República, durante meses e meses, buscaram abafar junho, roubar e/ou desviar seu significado. Dilma, durante o segundo turno das eleições, fez seu discurso à esquerda para que as forças de junho a apoiassem e fossem por ela canalizadas. A Globo e setores da classe dominante aproveitaram o desencanto com o estelionato eleitoral de Dilma para capitalizar para seus propósitos as energias do protesto. Neste caso, porém, produziu-se uma ação de rua de massas que tem o sentido oposto.

O que afirmamos aqui é o seguinte: a grande disputa estratégica do país será entre junho de 2013 e seus efeitos,

contra seu simulacro de 15 de março de 2015. A atual conjuntura de polarização PT e PSDB, impeachment ou não, deixa nublado que esta é a verdadeira disputa sobre o futuro. São dois processos cujas direções apontam para caminhos diferentes, e até opostos, disputando os rumos deste novo ciclo, embora o ano de 2015 e os primeiros meses deste ano mostraram que além da bifurcação há pontos de contato entre os que se identificam mais ou menos com cada uma destas mobilizações.

A velha divisão entre esquerda e direita no Brasil está longe de ser superada. Se junho indicou o despertar de forças que se inclinam para a esquerda, o 15 de março de 2015 foi o despertar pela direita. Então que pontos de encontro podem ter? O ponto de encontro entre os dois processos de mobilização, cujas bases sociais são diferentes, tem sido a luta contra a corrupção. Sem este ponto as mobilizações estimuladas pela direita política não teriam tido base de massas. Ainda que tal identidade seja por óbvio insuficiente para justificar qualquer participação de forças de esquerda em tais mobilizações, já que não alteraram o caráter essencial dos protestos, dado por sua direção, não há dúvida de que cabe às forças que ligaram sua sorte à defesa da perspectiva aberta no país pelo levante de junho de 2013 disputar as bases sociais indignadas com o governo federal. Disputar, claro, parte da classe média que aderiu aos movimentos de rua com eixo no impeachment, na qual se incluem muitos que agiram acreditando que estavam na mesma trilha aberta em junho de 2013. E ainda mais necessário é disputar os setores populares que, mesmo não tendo participado do 15 de março de 2015 e de suas ações seguintes, como o 13 de março deste ano, simpatizam com as mesmas, mais concretamente os setores populares que são pelo impeachment de Dilma e estão furiosos com o PT. Não disputar estes setores significa aceitar que o novo ciclo político tenha como marca central um simulacro do que foi junho de 2013: o 15 de março de 2015. Ou, então, apenas tentar reproduzir e manter no tempo o que a vida já deixou para trás: o papel progressista do PT.

Para disputar o significado do novo ciclo político temos a necessidade de uma série de políticas e iniciativas. Mas sem segurar com firmeza a bandeira anticorrupção estaremos derrotados nessa disputa. Trata-se de uma exigência, portanto, não apenas porque foi uma das bandeiras do levante de junho, mas também porque contribui para ampliar a base social dos que militam pela continuidade das marcas daquele acontecimento. Caso contrário, seria entregar esta bandeira às forças políticas que negam junho de 2013 e tomam seu simulacro de 15 de março como o acontecimento fundador do novo ciclo que o país está começando a trilhar. Seria entregar a bandeira nas mãos da direita, em suas distintas variantes, quase todas elas, aliás, marcadas pela corrupção. A luta contra a corrupção (que foi fortalecida em junho de 2013 com a aprovação no Congresso de leis que serviram para aprimorar as investigações) e a defesa da Operação Lava Jato (OLJ), ademais, semeiam o enfrentamento contra os governos burgueses que se preparam nas conspirações dos palácios, do parlamento e das corporações midiáticas. Afinal, estes setores querem abafar a operação que ameaça agarrá-los pelos calcanhares. Os partidos da ordem, para estabilizar o regime democrático-burguês fraturado desde junho de 2013, precisam, repetimos, esvaziar e reduzir os impactos da OLJ no ato seguinte a uma eventual queda do governo petista.

Aliás, há duas operações para abafar a operação: uma é encabeçada por Lula; a outra é dirigida pelo PSDB de Aécio e codirigida pela Globo. Lula aceitou ser ministro porque havia logrado convencer o PMDB ligado a Renan de que ele, Lula, não ficaria esperando um milagre e atuaria para liquidar o problema. Com Aécio tendo entrado no noticiário a partir da delação de Delcídio, a oposição de direita se enfraqueceu, fortalecendo a hipótese do plano de Lula dar certo. O impeachment caminhava para ser derrotado. Derrotado o impeachment, as próprias corporações iriam pressionar pela normalização da política para seguir seus negócios. Até a Globo teria que ceder. A liberação das gravações

desorganizou o plano Lula.

O plano Aécio pressupõe o impeachment. A partir daí, os capitalistas, neste caso animados, dirão “basta de crise política e confusão: aos negócios!”. A Globo tratará de dizer que o auge da Lava Jato já foi atingido, que Dilma até já caiu. Assim irá tirar a Lava Jato do centro do noticiário. Ou seja, os dois blocos de poder querem terminar com a Lava Jato mais cedo do que tarde. Contra estes dois objetivos, o apoio à Lava Jato é uma necessidade. Não estamos aqui chamando a depositar confiança na justiça tal como a mesma atua no Brasil. Nem tampouco desconsideramos os problemas na operação Lava Jato apontados por muitos juristas, advogados, intelectuais e militantes. Vladimir Safatle escreveu artigo<sup>2</sup> recentemente, criticando duramente Sérgio Moro. Seus argumentos são sólidos. Mas o foco nosso está concentrado na defesa de que a operação continue. Até na exigência de que ela continue.

Assim, a defesa das demandas do povo, dos direitos dos trabalhadores e dos jovens, do movimento camponês, dos direitos civis em geral, não pode deixar de ser combinada com a exigência da continuidade da Lava Jato e do combate contra à corrupção, marca dos regimes burgueses, tanto da ditadura militar quanto da Nova República.

Devemos precisar o que se refere à defesa da Operação Lava Jato: há um impressionismo em setores de esquerda, que tomam a OLJ como um processo essencialmente a serviço da “direita”. Na verdade, a OLJ deve ser pensada a partir do seu conteúdo e da repercussão que tem em amplas massas. A profundidade da OLJ revela as entranhas do poder como nunca o país pôde assistir. Os principais capitalistas brasileiros, as megaconstrutoras, foram desnudadas. O fato de que o núcleo dos donos de empresas como OAS, Odebrecht, Camargo Correia, Queiroz Galvão esteja detido em Curitiba é realmente uma novidade política em toda a vida

---

<sup>2</sup> *O suicídio da Lava Jato*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/vladimirsafatle/2016/03/1751218-o-suicidio-da-lava-jato.shtml>

republicana brasileira. Nunca os corruptores tinham sido tratados da mesma forma que o corruptos.

Esse núcleo — das empreiteiras que dominam o oligopólio da “logística” do país — controla grandes fatias do investimento e do orçamento público desde o período dos governos militares. Porém, a OLJ conseguiu também organizar de forma consistente, até aqui, a relação promíscua entre o núcleo financeiro e o núcleo “político”. Desvelou, para milhões, o esquema sórdido das castas que governam num ciclo que começa na liberação dos recursos públicos — via BNDES, estatais e outros — em contratos superfaturados, relacionando com o esquema de financiamento de partidos, líderes e com uma representação absurda de quase uma centena de deputados e senadores eleitos pelos três mais influentes partidos do país — o PT, PMDB e o PSDB. Uma investigação que chegou aos presidentes das duas câmaras legislativas do país — Renan Calheiros e Eduardo Cunha.

Como comentou o deputado Chico Alencar, em sua rede social,

“Em nota, PSDB diz que Alckmin, Aécio e Aloysio Nunes Ferreira ficaram ‘satisfeitíssimos’ com a recepção que tiveram em ato de protesto contra o governo. Só que foram hostilizados como “oportunistas” e aos gritos de ‘Lava-Jato’ e ‘Merendão’ na av. Paulista.

Marta Suplicy, agora no PMDB de Cunha e cia., foi escorraçada. Suspeito que o que mais cresce é o PDP: Partido dos Desencantados com a Política. Com esse tipo de política corrupta, hipócrita, capturada pela grana das grandes empresas, afirmo. Mudar tudo é preciso, mas os partidos do condomínio do sistema não querem.”

Nossa convicção é a de que, se formos capazes de intervir com audácia, a esquerda autêntica pode disputar a direção do movimento de massas e construir uma nova hegemonia entre as forças sociais dos trabalhadores e da juventude.

Nesse momento, o impasse acerca do impeachment não está resolvido. Uma parte da burguesia fez a opção pelo impeachment. Se em dezembro tal opção havia se enfraquecido, agora, quando fechamos esta revista, tudo indica que finalmente o impasse será rompido. O impeachment será votado. A possibilidade de sua aprovação não é certa, mas cresceu muito. A base política desta opção foi o fato de que o PT se mostrou incapaz de controlar o movimento de massas. Para quem tinha dúvidas, junho de 2013 provou. E Sarney e Delfim Netto sempre disseram que o governo do PT teria com resultado final a destruição da esquerda. Sarney escreveu isso para justificar sua política de apoio ao PT em 2003. Sua posição era de que o PT faria dois mandatos e depois a situação se normalizaria, com a esquerda terminando. Delfim falou que o PT era útil para salvar o capitalismo. Demorou mais do que os dois mandatos, mas finalmente uma parte da burguesia quer um governo normal, sem intermediários, sem ideologias que eles consideram confusas.

Do ponto de vista econômico, a base do impeachment foi a crise e a ruptura da aliança da indústria com o governo. Os setores burgueses da indústria seguem exigindo proteção do governo, ou pediam, porque já assumiram a impotência do governo e a crise bateu às portas de tal forma que agora há uma pressão de uma parte desta indústria para que exista sua integração – dos que puderem – nas cadeias globais de valor.

### **A hipótese do impeachment tinha ficado mais distante, mas...**

Num primeiro momento em que a pauta do impeachment foi posta com mais força, em dezembro de 2015, a chefia da operação acabou nas mãos de um político que expressa a decadência da política burguesa: Eduardo Cunha. Os métodos golpistas de Cunha não conseguiram ir adiante. Os ecos das forças democráticas da luta contra a ditadura, ainda presentes no Brasil, se fizeram ouvir. E as manobras de Cunha foram barradas no STF. É possível

que o STF tenha se movido menos pelos ecos do passado e mais pelo temor do futuro, com o que poderia explodir com a tentativa de um “golpe paraguaio”. Nós do PSOL já tínhamos escolhido nosso lado, decididos a enfrentar Cunha e seu impeachment, embora nossa posição, expressada por Luciana Genro, era de que o país necessitava de uma renovação, ainda que fosse pela via limitada das eleições gerais.

A partir da decisão do STF, a possibilidade do impeachment voltou a se afastar. Mas a crise política seguiu. Quando este artigo estava sendo escrito, a ISTOÉ publicava a delação premiada de Delcídio do Amaral. Tudo indicava uma aceleração do descontrole político, da crise e um aumento enorme das possibilidades da queda do governo. Mas desta vez sem o comando de Cunha. O isolamento do governo parece total e irreversível. A erosão da legitimidade do mandato presidencial parece ser quase completa, para dizer o mínimo. Com exceção de duas, todas as seções da OAB se posicionaram pelo impeachment.

A posição que defendemos tem sido a realização de eleições gerais. É uma política para construir espaços democráticos e apostar no empoderamento do povo. Sabemos que eleições não representam uma saída em si mesmo para a crise, ainda mais enquanto os trabalhadores não têm força nem organização para ditar os rumos do país. Mas não aceitamos Temer como presidente e não nos somaremos na defesa de um governo antipopular, cujos planos são de continuar atacando os trabalhadores.

Tendo consciência de que não temos força, por ora, para ser uma alternativa nacional de massas e, sobretudo, um alternativa de poder, sabemos que é preciso uma política nacional correta e uma capacidade de acelerar experiências e dar saltos políticos na construção desta esquerda.

Para acumular forças, é preciso aumentar o oxigênio democrático do país, que vem sendo reduzido pela combinação entre o caráter burguês da atual democracia; a traição e a decepção com o PT; as políticas burguesas de ataque aos direitos do povo

e ao movimento operário, incluindo também os setores reacionários que se erguem contra todas as pautas dos direitos civis. Para aumentar o oxigênio democrático e, portanto, os espaços para a construção de uma política de emancipação, exige-se romper a polarização entre PT e seus aliados por um lado e PSDB, Rede Globo e seus aliados por outro. Até então unidos na defesa do regime da Nova República, agora disputam entre si e com métodos similares. Ambos querem bloquear os efeitos políticos democráticos e de esquerda emergem neste novo ciclo aberto no país desde junho de 2013. Não à toa todos estes partidos e seus governos enfrentaram junho e usaram até mesmo as forças de repressão para reprimir o movimento de massas.

A ruptura desta polarização abrirá um novo mapa, cujas coordenadas serão definidas na disputa no interior deste espaço novo. A questão agora é expandir esta nova possibilidade. E de nossa parte desenvolver uma posição de esquerda anticapitalista e revolucionária. Nossa sorte, socialmente, está ligada à capacidade de luta da classe trabalhadora e da juventude.

### **As novas coordenadas da esquerda**

Durante uma de suas palestras no Fórum Social Temático ocorrido em janeiro, Boaventura de Sousa Santos, diante de uma pequena plateia presente no confortável e amplo auditório Dante Barone na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, perguntou onde estavam as pessoas de Porto Alegre. Se o público em geral era pequeno, composto também por pessoas vindas de outros estados, de fato era ainda menor a assistência dos de Porto Alegre. A pergunta de Boaventura buscava demonstrar que nos últimos 15 anos a esquerda sofreu um grande retrocesso. Sua constatação era verdadeira, mas como nestes casos, se nosso objetivo não se limita a interpretar o mundo, mas também a levar adiante a luta por transformá-lo, a compreensão necessita também uma orientação para a ação. Para tanto, seria útil obter mais informações do

que estava ocorrendo na cidade.

Um dia antes, durante a noite, o plenário Ana Terra na mesma capital estava lotado para assistir à palestra de uma ativista curda falando da revolução do Curdistão. No calor de dezembro, menos de um mês antes, cerca de 300 mulheres de Porto Alegre se reuniram em praça pública para discutir com Luciana Genro a luta das mulheres e o direito à cidade. Luciana Genro, que em toda sua trajetória foi definida como radical por toda a burguesia e identificada como de extrema-esquerda no período que militou no PT, obteve, quando candidata a Presidenta da República pelo PSOL em 2014, mais de 7% da votação em Porto Alegre. Cada pessoa que deu este voto sabia que suas chances eram remotas ou mesmo inexistentes. Agora, nas primeiras pesquisas sobre as eleições municipais para prefeitura, Luciana Genro tem cerca de 19% das intenções de voto, em segundo lugar. Em primeiro lugar nas pesquisas estava Manuela D'Ávila, principal nome público do PCdoB. Manuela renunciou à candidatura no final de fevereiro.

As eleições municipais podem se converter num primeiro momento de disputa de massas e de emergência de forças ligadas a este novo ciclo político. O PSOL terá nela uma janela de oportunidade. Longe de sermos triunfalistas, a vitória de Luciana Genro na eleição municipal de Porto Alegre não será nada fácil, é claro. Mas o novo não é que seja difícil. O novo é que seja possível. E para muitos até provável. Esta mesma possibilidade está aberta no Rio de Janeiro, com a campanha de Marcelo Freixo, e em Belém, com a campanha de Edmilson Rodrigues, que completam as três prioridades do PSOL, para não citar todas as inúmeras candidaturas competitivas que o partido terá nas eleições de outubro.

Essa é a dimensão do novo que Boaventura não percebeu ainda, e por isso segue trabalhando com as coordenadas da esquerda anterior, uma esquerda que governou para os interesses do capital durante mais de uma década. Não quero dizer que esta esquerda não tenha experiências e processos de construção e de elaboração dos quais devemos aprender. Tem, seguramente, não

apenas de seus erros, suas falências, mas também de seus acertos. Boaventura também tem muito a ensinar. Há, aliás, importantes parcelas que ainda militam no PT, militantes e quadros dirigentes que querem ser parte de uma esquerda autêntica e o projeto de impulsionar esta recomposição deve contar com eles. A questão é por onde passa esta recomposição, qual sua estratégia, em que processos se apoia e que programa defende.

### **A ideologia do progresso no capitalismo está desmoronando**

Uma das premissas mais falsas daqueles que defendem que os governos do PT foram progressistas é a ideologia de que 40 milhões de pessoas saíram da pobreza e se incorporaram à classe média. Se isso de fato tivesse ocorrido, o apoio popular aos governos do PT estaria ainda muito forte, apesar da crise atual e malgrado toda a corrupção. Mas, considerar que renda familiar de 1600 reais até 3000 reais pode ser considerada renda de famílias que se incorporam à classe média, é algo que beira o cinismo. Boaventura infelizmente é um dos que sustenta que os recursos estatais, distribuídos na forma de política compensatórias, como o Bolsa Família, “fez com que camadas passassem da pobreza para a classe média de uma forma sem precedentes”<sup>3</sup>. Se tivesse dito que milhões saíram da miséria para a pobreza, tal afirmação seria respeitada, mas a falta de proporção é gritante.

Agora, o Brasil está retrocedendo até mesmo nas conquistas sociais obtidas. É a confirmação da tese de Leon Trotsky de que o capitalismo dá com uma mão e tira com a outra. Depois de afirmar que o Estado tinha a possibilidade de tributar os ricos, Boaventura, desta vez corretamente, definiu que isso não ocorreu porque os “governos não colocaram em pauta este ideal e aceitaram a ideologia das agências de crédito e do Fundo Monetário Internacional”.

---

<sup>3</sup> *Jornal do Comércio*, Porto Alegre, 25/01/2016.

## Doam com uma mão e tiram com a outra

O fato é que as ideologias burguesas e reformistas foram golpeadas com a eclosão da crise econômica, a maior da história do país. A demagogia do ex-presidente Lula, dizendo que a crise mundial do capitalismo iniciada no final de 2007 chegava ao Brasil apenas como uma “marolinha”, desmoronou. E com ela a ideologia defendida por setores burgueses, líderes do PT e até alguns dirigentes políticos à esquerda do PT, de que os chamados países emergentes estavam descolados da crise mundial. Os efeitos maiores não foram imediatos, mas sua força e persistência têm sido pesados.

O país estagnou em 2014 e teve recessão em 2015. Mais do que isso: teve depressão, com a queda do PIB de quase 4% e de projeção de mais de 3% de queda em 2016. Não há quem arrisque dizer quando os investimentos capitalistas ganharão fôlego, nem quando o PIB voltará a crescer, mas já 2017 também está indicado como ano cuja estagnação será a marca. Em 2015, a queda chegou a 8% da produção industrial, superando o pior resultado, de 2009, quando o recuo foi de 7,1%<sup>4</sup>. E são as opções econômicas dos governos petistas que promoveram um “processo de desindustrialização”. Como também disse Boaventura “tudo foi canalizado para o agronegócio e a mineração, com consequências sociais fortes”.

A queda da produção industrial em 2015 tem sido generalizada. O setor utiliza apenas 74,6% de sua capacidade instalada e o setor de bens de capital retraiu em 25,1% de janeiro a novembro, revelando a queda brusca dos investimentos. O rendimento médio do empregado da indústria caiu 12,5% em novembro de 2015 em comparação com o mesmo mês de 2014. A queda do poder aquisitivo se soma ao desemprego, que, em março, ameaça chegar a 10 milhões de trabalhadores, além do descaso com a saúde e a educação públicas. Tudo somado levou ao

---

<sup>4</sup> Valor Econômico, 12/01/2016.

desmoronamento da ideologia de que o PT, associado ao capitalismo brasileiro, poderia levar a uma melhoria constante, ainda que paulatina, do nível de vida e de cultura dos brasileiros.

Tal situação provocou desilusões em milhares de ativistas. Mais grave é a decepção de milhões de pessoas que acreditaram no PT. Tal desilusão traz à construção de um novo movimento de esquerda dificuldades novas não vividas pela experiência do próprio PT. O desabamento do PT foi nossa queda do muro de Berlim. Dessa forma, assim como a queda do muro e o colapso do socialismo real provocaram uma crise na consciência de esquerda e um cenário mundial sem projetos alternativos de nenhum tipo ao domínio do capital durante as últimas duas décadas do século XX (o bolivarianismo indicou uma possibilidade nova, ainda que estejamos vendo agora também seu esgotamento), com o colapso do PT é inegável que a esquerda brasileira atravessa e atravessará dificuldades e obstáculos. Mas aqui há duas vantagens. A primeira é a existência, prévia ao colapso do PT, do PSOL. A segunda, ainda mais importante, é que o Brasil não experimentou apenas essas desilusões, mas também um dos maiores levantes juvenis e popular dos últimos 50 anos: o levante de junho de 2013. Este levante foi a marca mais importante do final do ciclo aberto com a fundação do PT e com a campanha das Diretas Já. E provavelmente da abertura de um novo ciclo de recomposição da esquerda e das forças anticapitalistas.

### **Uma alternativa de esquerda se forja sendo fiel a junho de 2013**

A eventual queda do governo federal parece ser o plano central da maioria da classe dominante. Em parte, tanto o PSDB quanto o PMDB planejam controlar o poder e usá-lo para abafar a Operação Lava Jato, contando, evidentemente, com a cumplicidade da mídia corporativa. É difícil saber se o juiz Sérgio Moro se resignará diante desta política e, caso tente manter a força e a

eficácia da operação, se logrará romper o cerco da aliança contrarrevolucionária da impunidade. De qualquer forma, a crise econômica continuará e a exigência burguesa dos planos de ajuste levará ao choque do governo com o movimento de massas mais cedo do que tarde. Os governos estaduais desta aliança, como o de Alckmin em São Paulo, Beto Richa no Paraná, Sartori no Rio Grande do Sul, e tantos outros, já sofrem questionamento nas ruas. Alguns, como o do PSDB de Beto Richa, com investigações judiciais avançadas em seu encalço.

Para a esquerda socialista, os desafios serão enormes. Diante da falência do PT e do governo Dilma, a tarefa estratégica segue sendo a construção de um projeto de esquerda coerente e com influência de massas. Nesse sentido, é importante ter sempre junho de 2013 no radar, nas coordenadas da nova configuração da política que está pulsando. E as disputas pelos governos municipais são instrumentais nesta direção. Quando Boaventura perguntada pelo público de Porto Alegre, vale lembrar que aqui foram os primeiros palcos de junho. E para aqueles que acham que a direita está muito forte, ganhou as ruas, devemos dizer que embora de fato a direita tenha crescido na esteira da traição da direção do PT, embora tenha havido passeatas de milhares nas ruas em 15 de março de 2015, tendo como principal referência Aécio Neves, 2015 terminou com milhares de jovens em São Paulo tomando as escolas e derrotando o governo do PSDB. Jovens que estavam contestando o capital, os burocratas, sendo protagonistas de seu destino. E 2016, antes do 13 de março – quando Aécio Neves e Alckmin foram vaiados em seu próprio palanque –, começou com as passeatas contra o aumento das passagens de ônibus novamente em São Paulo. Estas passeatas foram bloqueadas por forte repressão policial. A experiência tem sido feita por milhares de novos possíveis ativistas. É possível e até provável que não tenhamos no Brasil neste ano um levante que se assemelhe ao que foi junho de 2013. Até mesmo um forte ascenso do movimento de massas tem sido bloqueado pela desilusão, pela falta de perspectiva, pelo peso

das traições, mas estão se acumulando contradições. O que é mais gritante é que “tudo que é sólido desmancha no ar”.

Se podemos comparar junho de 2013 com as manifestações domingueiras insufladas pela direita desde 15/03/2015, afirmamos que para além do simulacro, existe um dado alvissareiro para as forças da mudança e contra a ordem: a juventude, principal sujeito social das jornadas de junho, foi a grande ausente das manifestações que a direita tem patrocinado.

Esse processo de ruptura geracional é profundo e terá desdobramentos inevitáveis. A nova pauta de luta por direitos contaminou as ruas com a primavera feminista. Existe um novo ativismo LGBT e do movimento negro, das lutas antiproibicionistas, de lutas por direitos urbanos. A vitória dos estudantes secundaristas de São Paulo nas suas ocupações teve um impacto fundamental, pois questionou não apenas o governo tucano como toda a estrutura de poder dentro da escola, derrubando algumas de suas direções, deixando marcas nas cerca de 200 escolas ocupadas, desde as mais tradicionais e centrais, até as escolas de periferia, nas quais toda a comunidade escolar se mobilizou para apoiar a luta secundarista.

O movimento de massas rompeu a passividade de anos anteriores. Assim, embora ideias de direita tenham se fortalecido em uma parcela das massas — e também posições de extrema-direita como as de Bolsonaro — e estejamos sofrendo uma contrarrevolução econômica permanente que atinge sobretudo o movimento operário e dificulta a organização e a construção de uma proposta alternativa e anticapitalista, não há uma perspectiva de retrocesso das lutas sociais nem de bloqueio intransponível para as forças de esquerda. Longe disso. As forças burguesas seguem dominando o país, por óbvio, e sua ideologia é amplamente dominante. Soma-se a isso o fato de que a traição do PT provou desencanto, desilusão, ceticismo. Se ainda levarmos em conta que não rompemos o período de ausência de alternativas, de crise ideológica provocada pelo stalinismo, seremos conscientes das

dificuldades. Mas também não se pode perder de vista os espaços vazios. E a situação atual do PT abre um espaço a ser preenchido por uma esquerda da esquerda.

## **Aprender com os erros do PT**

Então, não teremos uma construção fácil. Mas temos uma luta em curso. Não estamos com a terra arrasada e temos uma enorme responsabilidade. Se há algo útil na crise e na bancarrota do PT é justamente o desmoronamento de que podemos viver de ilusões. O PT passou mais de duas décadas chamando os trabalhadores a votar no partido e a acreditar que com o PT governando a situação seria de progresso para todos. Esta ilusão caiu. E se há algo verdadeiro na política é que a única saída possível para que se construa uma alternativa é que a mobilização de massas deve ser permanente. Quando a mobilização cessa, a política de emancipação cessa, congela-se e se retrocede. O PT reduziu sua política ao dizer que o voto mudava a vida. Passou duas décadas desmobilizando com esta ideologia.

O caminho não é fácil. A desilusão causada por esse fim de ciclo vai recair, de alguma ou outra forma, sobre o conjunto da representação das ideias progressistas, sobre a disputa e o significado do próprio termo “esquerda”. Assim como a queda do muro de Berlim teve suas inegáveis contradições, abrindo todo um período de recomposição e de retrocesso na consciência, no Brasil pós-PT teremos uma longa reconstrução a ser feita. Nossa batalha contra o desencanto vai levar tempo. Ela é inevitável, mas antes que nada necessária.

Por isso, o PSOL tem responsabilidade. Afinal, o PSOL tem chances de ter peso eleitoral. Já tem peso eleitoral nas capitais e em pelo menos três delas disputamos com chances reais de vitória: Porto Alegre, Rio de Janeiro e Belém. Nosso desafio é fazer não apenas uma campanha eleitoral, mas um movimento político e chamar o povo a confiar em si mesmo, na força da sua

luta e organização. É claro que a eleição é importante. Seríamos tolos se não víssemos isso. Podemos dar saltos de construção nas eleições. A burguesia também sabe disso e por isso aprovaram a lei da mordaza, que corta espaços do PSOL para fazer o debate público eleitoral. Mas a política não se resume à eleição e neste ponto temos que usar a lei da mordaza como mais uma prova de que esta democracia não é verdadeira, não é real, e que o Estado, sempre que esteja ameaçado, por menor que seja esta ameaça, usa a força da repressão contra o povo. Os jovens de São Paulo viram isso em janeiro. Se conseguirmos transmitir essas ideias, estaremos dando um grande passo. Será apenas o começo. Um começo que é também um recomeço. Um recomeço de uma ideia que não é nova. Uma ideia comunista, de luta pelo comum, pela propriedade comum, que afirma sempre sua necessidade. Uma necessidade ainda mais evidente quando o capitalismo mostra sua natureza de um regime profundamente desigual, concentrador de riqueza e de poder, e produtor de crises que levam cada vez mais pessoas à miséria e ao desespero.

Essa ideia busca sua realização de formas variadas e tem sido reforçada por movimentos intermediários que, ainda não sendo diretamente coletivistas, são críticos ao capital financeiro, ao domínio do capital financeiro e da guerra. Exemplos como o Syriza, que não teve força e consistência para ir adiante, e sobretudo o processo de construção de alternativas, como o Podemos da Espanha, que está modificando a política deste país e abrindo possibilidades desconhecidas, o Bloco de Esquerda em Portugal, etc., são indicações de que é possível ganhar influência de massas. São processos que nos inspiram e mostram que não estamos sozinhos.



## Compartilhar a Mudança: Uma alternativa para Porto Alegre

Luciana Genro <sup>1</sup>

Este texto tem como base teórica as elaborações de David Harvey, Raquel Rolnik e do Podemos espanhol. É uma contribuição ao debate que teve início no ano passado nos eventos “Cidade para Quem” e “Cidade das Mulheres”, que reuniram quase 2 mil pessoas com a presença de Raquel Rolnik, Marcelo Freixo, Salo de Carvalho, Márcia Tiburi, Rosana Pinheiro-Machado, entre outros e outras lideranças e militantes dos movimentos sociais. Através da plataforma **Compartilhe a Mudança** e das reuniões e encontros que já estamos realizando com pessoas, grupos políticos, partidos e movimentos queremos dar continuidade a este processo de discussão e de construção programática. Além das pessoas citadas ao longo do texto, quero agradecer à equipe que está ajudando a construir o diagnóstico dos problemas e as propostas para o nosso programa e aos que contribuíram com os textos que estarão disponíveis na plataforma.

Estamos num momento de emergência social no Brasil e na nossa cidade. A crise econômica e a crise social se agravam. O povo vive dificuldades imensas.

Na nossa Porto Alegre os números não mentem:

- 350 mil pessoas vivem em áreas irregulares, desassistidas pela prefeitura ou com serviços públicos municipais de baixa qualidade;
- Quase 200 mil pessoas estão desempregadas na Região Metropolitana;
- 50 mil famílias vivem com renda per capita de R\$ 440,00;
- 70 mil chefes de família, na sua maioria mulheres jovens,

---

<sup>1</sup> Ex-deputada federal, candidata à Presidência da República em 2014 e pré-candidata à Prefeitura de Porto Alegre. Dirigente do PSOL e do Movimento Esquerda Socialista.

têm renda de apenas R\$ 880;

Estes números mostram o quanto interessa às representações políticas manterem uma situação que lhes assegura seus privilégios e reproduz infinitamente as desigualdades.

Por trás dos números frios está o povo real, que vive um cotidiano de salários desvalorizados, transporte coletivo precário e caro e saúde pública em franca situação de decadência. Precisamos renovar a política, o país, a cidade.

Precisamos superar obstáculos e construir novos caminhos.

A eleição pra prefeitura abre uma janela de oportunidade. A luta pela emancipação do povo vai muito além dos muros da cidade. Mas, se é verdade que a Prefeitura não poderá solucionar todos os problemas isoladamente, é também verdade que pode melhorar a vida das pessoas, avançar na construção de uma cidade acolhedora, segura e democrática, agregando valor político ao país inteiro.

É tempo de valentia.

Porto Alegre precisa de um conjunto de políticas públicas produzidas com intensa participação da sociedade – a partir dos interesses e necessidades da sua população de baixa renda, da juventude, das mulheres batalhadoras –, que defendam os direitos fundamentais desta cidadania, particularmente na saúde, no transporte coletivo e na educação.

É preciso criar e valorizar os recursos e infraestruturas públicas, garantindo políticas de assistência social qualificadas, saúde, educação, moradia, transporte e lazer de qualidade para todos - e não somente para quem tem condições de pagar.

O grupo político que governa a cidade transformou a Prefeitura num gigantesco aparato burocrático de omissões. Os políticos deste pacto de governabilidade sacrificam os direitos do povo, mas garantem os interesses dos poderosos de sempre, que colocam seus interesses privados acima do interesse público.

A apropriação da cidade pelo seu povo só ocorrerá se os movimentos sociais e as organizações populares unirem-se para derrubar as barreiras da burocracia e da arrogância, que distanciam o cidadão comum dos governos democraticamente eleitos.

A resposta tem que ser de mobilização e de articulação dos movimentos nessa luta para que as cidades sejam nossas.

Precisamos arrombar as portas das instituições que estão tão distanciadas do povo.

Junho de 2013 mostrou que o que parecia inimaginável não é mais impossível.

Para chegar lá nos inspiramos nos melhores exemplos do mundo atual. Na Espanha, as prefeituras de Barcelona e Madri mostram que é possível governar com uma plataforma anticapitalista, cidadã e democrática.<sup>2</sup>

O fenômeno Bernie Sanders no Partido Democrata dos Estados Unidos, um candidato contra Wall Street em pleno coração do capitalismo e que colocou a favorita Hillary Clinton contra a parede, é outro sintoma de que o imprevisível já não é mais impossível, pois novos possíveis se abrem.

Bernie foi prefeito de Burlington, Vermont, de 1981 a 1989, e enfrentou grandes proprietários de terras urbanas, garantindo moradia acessível aos mais pobres. Ele brigou por uma orla que não fosse somente para a elite, estimulou a economia cooperativa, desenvolveu programas voltados para as mulheres e jovens e ainda criou assembleias de planejamento de bairro, proporcionando-lhes orçamento para realizar projetos.<sup>3</sup>

Nós também podemos.

---

2 Quando milhões de espanhóis tomaram as ruas em maio de 2011 e alguns meses depois a direita ganhou as eleições, os que não acreditam na mudança acharam que seus prognósticos estava sendo confirmados. Erraram. Menos de 4 anos depois surgiu o maior partido da nova esquerda do mundo, o Podemos, que se construiu e ganhou, com seus aliados, várias prefeituras, como as de Madri, Barcelona, Cádiz, Valencia, La Coruña e Zaragoza, e nas eleições nacionais revelou-se a força de esquerda que mais cresceu, encerrando o bipartidarismo que caracterizou a Espanha nas últimas décadas.

3 <http://www.thenation.com/article/bernie-s-burlington-city-sustainable-future/>

## Democracia Real

O novo no Brasil é que importante parte da cidadania não está disposta a resignar-se diante das injustiças e organiza-se para defender seus direitos.

Enquanto o sistema político tenta circunscrever a participação popular ao momento eleitoral, a mobilização social do povo insatisfeito pode fazer a relação de forças ficar favorável à democracia real, na qual a criação de novos poderes democráticos é essencial para a transformação do poder político.

Este é o desafio que propomos para Porto Alegre.

Aqui no Brasil presenciamos a primavera carioca de 2012 que levou Marcelo Freixo a 30% dos votos pra prefeitura do Rio.

Em 2013 este processo deu um salto com as grandes mobilizações de rua, na luta que explodiu contra o aumento das tarifas de ônibus.

Nós do PSOL de Porto Alegre temos orgulho de ter sido parte importante, tanto das manifestações de rua como da ação judicial vitoriosa, encabeçada por Pedro Ruas, Fernanda Melchionna, Roberto Robaina e Luciana Genro.

Temos certeza que 2013 não foi em vão. Seus ecos recentes foram as ocupações das escolas em São Paulo.

Por todo o Brasil e em especial na nossa Porto Alegre vão continuar reverberando as demandas por transporte, educação, saúde, moradia, enfim, pelo direito à cidade – são direitos que não foram atendidos pelos governos e estão mais vivos do que nunca como necessidades do povo e na luta dos ativistas.

As eleições municipais colocam, mais uma vez, o debate sobre a necessidade de mudanças estruturais na nossa cidade.

Mas estas mudanças só poderão se realizar através de um processo, do qual surja um governo popular conquistado e construído a partir de baixo.

Como enfatizam os companheiros do CEDS<sup>4</sup> em seu documento “Por um programa de mobilização popular para a eleição municipal”, as últimas gestões da Prefeitura Municipal de Porto Alegre desmontaram grande parte dos serviços públicos.

O desmonte se dá através de terceirizações e da precarização dos serviços.

O remédio é o urgente fortalecimento da Prefeitura como prestadora de serviços sem a intermediação do empresariado.

## **Reconstruir a máquina pública**

É claro que os problemas estruturais do capitalismo não podem ser resolvidos com modelos de gestão presos aos limites dos municípios.

Contudo, se pensarmos em uma luta política anticapitalista que se desenvolva em escalas maiores – nacionais e internacionais –, é inegável que a disputa pela cidade é parte da construção de um novo projeto de poder.

Assim, construir um modelo político de transição entre a barbárie capitalista cotidiana e um país onde a justiça prevaleça a partir de uma organização democrática da maioria passa por elaborar sobre que tipo de cidade queremos.

Isto é, passa pela discussão central de como mobilizar a cidadania para construir seu projeto independente de vida.

Será a partir das experiências que passamos, das lutas que travamos e da construção de novas formas de interlocução que consigam de fato incluir as pessoas e fazer com que elas se sintam protagonistas desse novo momento, desse novo processo político que estamos vivendo agora.

Os próximos anos serão de crise econômica e, portanto,

---

4 O CEDS (Centro de Estudos e Debates Socialistas) é um grupo político e sindical que não pertence a nenhum partido e atua em vários movimentos sociais, especialmente na direção do Sindicato dos Municipários de Porto Alegre (SIMPA) e nos entregou sua contribuição ao debate municipal na forma do texto “Contribuição programática do CEDS para a eleição municipal de Porto Alegre, destinada aos partidos da esquerda socialista à militância de esquerda em geral – 28/01/2016”.

de escassez de recursos públicos. Neste contexto é ainda mais importante chamar a cidadania a definir as necessidades e inverter as prioridades, colocando o interesse público em primeiro lugar.

Porto Alegre tem uma história de uma prática de luta, e aqui, em momentos econômicos difíceis, conseguimos experimentar e inovar, e aprendemos com isso. E como as lutas e os sonhos ainda seguem latentes na realidade, nós vamos conseguir experimentar e inovar de novo. E ir muito mais além.

### **Cidade para quem?**

As cidades são fundamentais no processo de acumulação capitalista. Reivindicar o direito à cidade é essencial para derrotar o sistema capitalista e suas estruturas de poder e de exploração.

Para valorizar o capital e gerar lucro, os capitalistas estão sempre em busca de novas oportunidades de negócios rentáveis. Eles exercem pressão sobre os gestores das cidades para obter as melhores oportunidades.

O problema pode ser visto nas ruas: os capitalistas não estão interessados em garantir uma cidade democrática, aprazível, na qual todos possam sentir-se bem.

Ao longo das últimas duas décadas foram conquistados instrumentos legais importantes para garantir direitos sociais nas cidades.

Temos o Estatuto das Cidades e até um Ministério das Cidades. Conquistamos várias leis, Conselhos, Fundos e Planos, mas estes instrumentos, que foram resultado de muitas lutas sociais – e que depois da chegada do PT ao poder foram institucionalizados –, contêm ambiguidades importantes.

No momento em que nasceram, também a política neoliberal estava entrando com força.

Precisamos fazer com que de fato, e não só de direito, seja garantida a função social da propriedade prevista no Estatuto das Cidades.

Também é fundamental barrar os despejos forçados para garantir o direito inalienável à moradia, que a própria Constituição prevê.

Está mais do que na hora de efetivar uma sobretaxação das grandes propriedades, dos imóveis abandonados e dos vazios urbanos jogados à especulação através da progressividade do IPTU, bem como listar os imóveis públicos, constituindo um Banco de Terras com prioridade para habitação popular.

Muitos destes são devedores dos impostos municipais que poderiam ser cobrados por meio de dação em pagamento, mecanismo previsto na legislação para combater a sonegação e a especulação.

Os pontos mais avançados dos instrumentos legais que conquistamos na luta pela reforma urbana necessitam de mudanças estruturais para serem implantados.

Por exemplo, a lógica dos megaeventos. Ela ilude os cidadãos com a perspectiva de que eles deixarão um “legado” positivo para a cidade, mas na verdade deixam apenas um rastro de obras mal planejadas, inacabadas e superfaturadas através dos famosos “aditivos” aos contratos iniciais.

O legado da Copa do Mundo aqui em Porto Alegre é muito ilustrativo desta inversão de papéis que nós vemos nas cidades, onde quem ganha protagonismo são as grandes empreiteiras e construtoras.

Este legado foi principalmente obras inacabadas e/ou superfaturadas e remoções de milhares de famílias de suas casas. Em Porto Alegre há ainda muitas famílias lutando pelo seu direito de continuar morando em áreas relativamente nobres da cidade e não serem expulsas para áreas mais longínquas.

Há famílias que saíram das suas casas com a promessa de novas moradias mas não receberam nada. Na avenida Tronco, por exemplo, temos um cenário de devastação.

O verdadeiro legado da Copa foram as violações de direitos humanos nestas remoções forçadas e os lucros estratosféricos

para as empreiteiras e para a FIFA, dois segmentos desmascarados em grandes escândalos de corrupção.

Dentro desta lógica, o que importa nas cidades é fazer negócio, garantir o lucro e fazer com que os investidores ganhem. Tudo às custas dos pobres, às custas do bem estar nos bairros e às custas da mobilidade urbana, porque a lógica do automóvel particular cada vez mais inviabiliza a mobilidade urbana das cidades e não há investimento no transporte coletivo e em modais alternativos.

Junto com as pessoas mais vulneráveis, a natureza também é uma das vítimas constantes deste processo eterno de valorização do capital.

Em Porto Alegre a reciclagem ainda atinge uma parcela muito pequena do lixo produzido. Não há uma política de educação ambiental e os contêineres estão somente na região central da cidade.

Ao poder das concessionárias dos serviços públicos, das empreiteiras e das incorporadoras, soma-se nesta nova fase do capitalismo global a financeirização e a globalização das políticas urbanas.

Para o capital financeiro o único bom uso da cidade é aquele que vai gerar o maior lucro no futuro.

Por isso os grandes projetos, como é o caso do Cais Mauá, não contemplam pequenos negócios, lojinhas, moradias, e sim grandes torres, com shopping e escritórios de luxo, capazes de gerar grandes lucros.

**O processo de expulsão dos pobres das áreas nobres ou centrais da cidade é a face mais cruel desta necessidade de fazer da cidade um grande negócio.**

O sistema atual considera irregular e ilegal aquilo que é a prática concreta de vida das pessoas, a forma como elas se organizam para sobreviver e morar.

Nosso desafio é o inverso desta lógica, é pensar o espaço a partir da forma como as pessoas vivem, das suas necessidades,

de como apoiar e desenvolver estas formas, invertendo o sentido da construção da cidade.

Porto Alegre assiste de forma cristalina a expansão predatória da especulação imobiliária na Zona Sul da cidade, especialmente em áreas verdes, e também com as intervenções urbanísticas desastrosas e autoritárias na orla do Guaíba.

Esses projetos não são moldados para suprir a carência de moradia digna ou para produzir espaços qualificados de lazer e de cultura à população. A lógica que os orienta é simplesmente a garantia do maior lucro com o menor custo possível a seus investidores.

Este processo também se expressa na criação do Investe POA, Empresa de Gestão de Ativos do Município de Porto Alegre, que poderá emitir de forma autônoma títulos da dívida municipal, dando em garantia receitas, terrenos, imóveis e o capital de todas as empresas públicas da cidade.

Além de fazer a dívida pública disparar, este mecanismo poderá por em mãos privadas todo o patrimônio da cidade e até mesmo a sua receita, e sem nenhum controle público.

Como definiu Roberto Robaina em artigo no Jornal do Comércio<sup>5</sup>, trata-se de uma sociedade anônima cujo capital social inicial advém dos cofres públicos, mas seu poder e sua propriedade são também dos poderosos acionistas privados.

O governo municipal não tem poderes para mudar o sistema em nível nacional, mas pode e deve confrontá-lo dentro do seu alcance, colocando o interesse público acima do interesse das grandes corporações – que enxergam na cidade apenas uma possibilidade de negócios, não um polo ativo de cidadania e de qualidade de vida.

É preciso acabar com a intermediação privada dos serviços públicos.

---

<sup>5</sup> [http://jcrs.uol.com.br/\\_conteudo/2016/01/opiniaio/479467-financeirizacao-e-exploracao-de-porto-alegre.html](http://jcrs.uol.com.br/_conteudo/2016/01/opiniaio/479467-financeirizacao-e-exploracao-de-porto-alegre.html)

O governo municipal não tem poderes para mudar o sistema em nível nacional, mas pode e deve confrontá-lo dentro do seu alcance, colocando o interesse público acima do interesse das grandes corporações – que enxergam na cidade apenas uma possibilidade de negócios, não um polo ativo de cidadania e de qualidade de vida.

É preciso acabar com a intermediação privada dos serviços públicos.

Hoje estes serviços estão totalmente subordinados à lógica das terceirizações e concessões, o que limita de forma estrutural o atendimento das demandas sociais, subordinando-as ao interesse das empresas privadas.

Para isto é preciso resgatar a ideia do “BEM COMUM”. Como afirmam os companheiros do Raiz – Movimento Cidadanista em sua Carta Cidadanista <sup>6</sup>, a reconstrução do BEM COMUM inclui o direito à cidade e à livre circulação nos espaços públicos, sem barreiras de qualquer tipo, sejam físicas, financeiras, culturais ou sociais.

## **Garantir direitos e construir um plano de emergência**

Ao mesmo tempo em que lutaremos para atacar os problemas estruturais, apresentaremos um plano emergencial, de medidas concretas, pontuais e viáveis. Um plano para ser aplicado nos primeiros 100 dias de governo.

As medidas contidas neste plano serão construídas a partir do diagnóstico da cidade e da análise das finanças da prefeitura que estamos produzindo.

Ao mesmo tempo em que apontaremos as medidas emergenciais, trabalharemos com o objetivo estratégico de garantir os direitos sociais e os direitos humanos através de políticas públicas com controle social e transparência, exigindo dos governos

---

<sup>6</sup> [http://www.raiz.org.br/media/uploads/documentos\\_da\\_raiz/raiz\\_carta-cidadanista2.pdf](http://www.raiz.org.br/media/uploads/documentos_da_raiz/raiz_carta-cidadanista2.pdf)

estadual e federal que repassem os recursos que de direito são da cidade.

A segurança é uma preocupação permanente da população de Porto Alegre. A crise econômica nacional e o desmonte do Estado tem no aumento da violência uma das suas principais consequências.

Porto Alegre sofre diretamente as consequências da política desastrosa de ajuste promovida pelo PMDB no governo do Estado, e o vice-prefeito Sebastião Melo, que é do PMDB e foi o coordenador da campanha de Sartori, não pode ser isentado desta responsabilidade.

Ainda mais que Porto Alegre é a capital brasileira campeã em roubo de veículos, com índices que são quase o dobro da média nacional. É escandaloso que ao invés de cumprir seu papel na fiscalização dos desmanches ilegais, como é sua atribuição, a prefeitura alugue terrenos para este negócio, contribuindo, por ação ou omissão, com o crime de roubo de carros.

Desde sempre se sabe que desmanches são a porta de saída de peças de carros roubados. A fiscalização sobre eles deve ser dura e permanente, como parte de uma política municipal para combater o roubo de carros. O PSOL luta por uma CPI na Câmara Municipal para investigar este fato estarrecedor.

Além disso, a prefeitura pode e deve desenvolver uma política preventiva na segurança pública, que resgate os jovens que são alvo do tráfico e do crime organizado através de políticas de educação, cultura e trabalho.

É preciso também garantia de uma Guarda Municipal presente na cidade e de iluminação pública nas ruas e praças.

No caso da saúde pública também vivemos uma precariedade que atinge diretamente os mais pobres. Uma consulta com especialista em Porto Alegre pode levar dois anos para acontecer.

Por exemplo, áreas como a ortopedia, com 9982 pessoas na fila, estão estranguladas. Na área de saúde mental, conforme o SIMERS, há 7200 pacientes na fila para atendimento. No Pronto

Atendimento da Cruzeiro do Sul pacientes de saúde mental são colocados no chão por falta de leito.

Garantir o acesso à saúde pública de qualidade é um desafio fundamental na busca por uma cidade mais justa. É inaceitável que os postos de saúde sigam com falta de médicos e até mesmo de materiais básicos para o atendimento. Os medicamentos são escassos e agora a ausência de farmacêuticos inviabiliza o acesso aos remédios nos postos de saúde.

Exemplo de descaso com vulneráveis sob responsabilidade direta do governo municipal é a situação dos abrigos que acolhem as crianças e adolescentes em situação de risco.

O Secretário da FASC chegou a ter seu afastamento determinado pela Justiça por negligenciar estas crianças, expondo-as a viver em ambientes insalubres e sem atendimento adequado, apesar dos esforços de funcionários dedicados.

Outro exemplo revelador da injustiça social que permeia nossa cidade é que só metade das crianças de 0 a 5 anos consegue lugar em creches e pré-escolas da capital, uma realidade que prejudica as crianças e as mulheres, forçadas a abandonar os estudos ou o trabalho para cuidar dos filhos. Agora é obrigatória a inclusão de 100% das crianças, no mínimo, a partir dos 4 anos.

## **Combater as desigualdades**

Nossa cidade é a capital mais segregada do país, conforme análise feita pelo jornal Nexo a partir do índice demográfico de dissimilaridade.<sup>7</sup>

A cidade “branca” vista por quem circula nas áreas mais nobres de Porto Alegre esconde uma periferia na qual a população negra convive com a pobreza e a falta de serviços públicos básicos.

Para combater esta realidade é preciso revolucionar a

---

<sup>7</sup> <https://www.nexojornal.com.br/especial/2015/12/16/O-que-o-mapa-racial-do-Brasil-revela-sobre-a-segrega%C3%A7%C3%A3o-no-pa%C3%ADs>

urbanização dos espaços públicos com uma perspectiva social, de inclusão, de cultura e lazer.

Isso passa por pensarmos a dinâmica do fluxo entre centro e periferia, que nas grandes cidades obedece à lógica capitalista: a segunda funciona como fornecedora de mão de obra ao primeiro.

Para fazer esse trajeto, a população precisa pagar caro pelo transporte que deveria ser público e se deslocar durante horas em condições totalmente precárias.

Quando retorna para suas casas, no espaço segregado das periferias, o povo ainda precisa encarar a deficiência ou ausência completa nos serviços públicos, que sempre são melhor prestados nas regiões centrais das cidades.

A tarifa de ônibus é uma das mais caras do Brasil. O PSOL, mais uma vez, obteve uma vitória na Justiça que obrigou as empresas a reduzir o preço abusivo das tarifas.

A licitação feita pela prefeitura manteve as mesmas empresas que operavam há décadas na cidade. Não aceitaremos a lógica que impera atualmente, através da qual grupos privados enriquecem à custa de uma passagem cara e oferecem à população um serviço deficiente. A mobilização da juventude e a ação judicial ingressada pelo PSOL questionam este modelo que só serve aos interesses das grandes empresas.

Não podemos aceitar que seja natural uma cidade onde uma parte da população é segregada, com renda per capita mais baixa e serviços públicos precários.

Recentemente a ocupação Lanceiros Negros trouxe à tona esta realidade de exclusão. Protagonizada em sua maioria por negros e negras, a ocupação denunciou a segregação urbana e agora reivindica a transformação do prédio público, abandonado há 8 anos, em uma casa de acolhimento e passagem, para abrigar e proteger famílias em situação de risco e abandono.

A luta pela moradia tem sido cada vez mais forte em Porto Alegre. São cerca de 350 mil pessoas que vivem em áreas

irregulares. A bancada do PSOL na Câmara Municipal, com Fernanda Melchionna, Pedro Ruas e depois com Alex Fraga, tem lutado com muita firmeza pela transformação das áreas ocupadas em Áreas de Interesse Social, para que sejam regularizadas e urbanizadas.

O projeto da bancada do PSOL foi aprovado, mas o governo municipal, demonstrando imensa insensibilidade com o problema da moradia para os pobres, vetou a lei, que agora está sob juízo.

### **Subordinar o mandato popular à cidadania**

Somente da cidadania organizada pode vir a solução para os problemas das cidades, com sua participação direta na construção de uma democracia real.

A voz e as demandas dessa maioria que já não se reconhece neste regime corrupto precisam chegar nas instituições.

Só assim poderão ser revolucionadas e tornadas de fato representativas. A participação popular não pode, entretanto, ser esvaziada do seu conteúdo de ruptura. Não podemos aceitar um processo decisório concentrado nas mãos do poder econômico que, associado ao poder midiático - que também é controlado pelo poder econômico -, acaba sendo apenas um teatro da participação, da tecnologia da participação.

Por isso é necessário um governo que some a capacidade de gestão da coisa pública à capacidade de envolver as maiorias na configuração do seu próprio futuro.

Um governo que envolva a juventude, trabalhadores, as mulheres, os negros e negras, idosos, sem teto, pessoas com deficiência e a população LGBT na construção, execução e fiscalização das políticas públicas.

É preciso articular inteligência da cidade – os seus atores sociais que estão na iniciativa privada, nas entidades de classe, nos movimentos populares, no funcionalismo público

concurado, na cena cultural e nas universidades - na construção coletiva do planejamento urbano.

Por exemplo, o Instituto dos Arquitetos do Brasil, IAB/RS, elaborou um importante documento com 10 pontos fundamentais para as administrações municipais construírem um projeto de cidade<sup>8</sup>, uma contribuição fundamental dos arquitetos e urbanistas que precisa ser levada em conta por um governo que pretenda utilizar-se da inteligência da cidade para governar.

Valorizar e estabelecer uma relação de construção comum com os sindicatos, associações e ONGs populares, assim como com os movimentos sociais dos mais variados tipos, é fundamental para isso.

O desafio é construir uma democracia real em Porto Alegre, onde o governo governe escutando.

Mais importante: onde subordine à cidadania as grandes decisões que impactam a vida urbana, sem distribuir regalias a amigos e sem aparelhar a prefeitura com interesses político-partidários, personalistas e eleitoreiros.

O desafio é qualificar a máquina pública e tirar das empresas privadas o poder de intermediar a relação da população com os serviços que são obrigação da prefeitura é uma necessidade.

Em Porto Alegre, nos últimos 10 anos, foram criadas 13 novas estruturas e órgãos municipais, mas o número de servidores caiu de 14.080 para 13.291 na administração direta, enquanto cresceram as terceirizações e os cargos de confiança.

Caiu também o nível de investimento, que era de 10% da Receita Corrente Líquida em 2005 e baixou para 5,1% em 2015. É preciso reverter o sucateamento da máquina pública, dar protagonismo, qualificação e condições de trabalho aos servidores de carreira. Só assim é possível oferecer serviços públicos de qualidade para a população.

---

<sup>8</sup> <http://www.iabrs.org.br/web/Editoriais/Editorial.aspx?id=4148>

## **Os integrantes do governo devem perceber-se como servidores dos cidadãos.**

Nesta condição, não podem esquecer por um minuto que ocupam seus cargos porque o povo lhes delegou um mandato.

Mas este mandato não pode anular a soberania popular, por isso os mecanismos de democracia direta precisam funcionar permanentemente, através de plebiscitos, referendos e consultas públicas, valorizando a participação popular.

Assim, será um governo que avance dos espaços já conquistados e que mova as peças para converter o pessimismo e o descontentamento com a política em vontade popular de mudança e de abertura democrática para novas possibilidades de governança urbana e cidadã.

No final dos anos 80 e anos 90, a experiência da esquerda no governo, hegemônica pelo PT, e a implantação do Orçamento Participativo, transformaram Porto Alegre em uma referência mundial, símbolo da democracia participativa e referência de luta por “um outro mundo possível”, com o Fórum Social Mundial.

Mesmo depois da derrota do PT, em 2004, o OP seguiu existindo, muito embora tenha perdido muito como instrumento de autêntica participação popular.

Ao mesmo tempo que o OP foi perdendo força e capacidade de canalizar a vontade de mudança, Porto Alegre foi perdendo sua capacidade de ser uma referência de mudança.

Este caminho deve ser retomado. Mas para esta retomada é preciso ser consciente de que não apenas os governos do PMDB esvaziaram e transformaram o OP em simulacro do que era, mas que também os governos do PT em nível nacional sepultaram a possibilidade do próprio PT assumir novamente qualquer papel hegemônico numa linha de mudança.

No governo federal, ao invés de promover o OP no plano nacional e reforçar tais experiências nas cidades, aceitou reproduzir a lógica do Congresso Nacional. Os 300 picaretas de sempre seguiram com seu poder no país.

Por tudo isso é preciso fazer um profundo balanço deste processo – que não é objeto deste texto – para que a cidade possa seguir na vanguarda da construção de instrumentos participativos que não se limitem a administrar a escassez e sejam expressões autênticas da cidadania, sem subordinação aos interesses dos governos de plantão. Instrumentos autônomos e capazes de empoderar a cidadania para discutir e decidir as prioridades da cidade.

O direito à cidade é um direito comum e não individual, por isso é preciso o exercício de um poder coletivo para reformular os processos de urbanização.

Para esta profunda mudança que estamos propondo a auto-organização da cidadania é fundamental. A partir dos bairros e dos locais de trabalho, estudo, cultura e lazer é possível garantir que as pessoas sejam protagonistas da mudança.

Já vemos a proliferação de redes e grupos locais que se articulam para garantir que sua voz seja ouvida. Estes espaços são cruciais para fazer o diagnóstico dos problemas e mobilizar a força coletiva para resolvê-los.

### **Transparência, combate aos privilégios e à corrupção**

A participação é o eixo ordenador deste projeto. A transparência e o combate aos privilégios e à corrupção são sua coluna vertebral.

As paredes deste governo devem ser de vidro, através do qual todas as ações sejam visíveis e sujeitas ao controle social.

É preciso construir mecanismos de controle que impossibilitem as negociatas, as propinas e as diversas formas de corrupção disseminadas nas relações entre o público e o privado, como demonstrado pela Operação Lava Jato – a ponta de um iceberg de grandes dimensões e que se projeta de forma intensa também na cidade.

Por exemplo, é preciso fortalecer a Controladoria-Geral do Município, dar transparência e publicidade às auditorias

e estimular a criação de um comitê cidadão de especialistas que acompanhe de perto este trabalho de controle do uso do dinheiro público.

Da mesma forma é preciso acabar com qualquer tipo de privilégios e mordomias com o dinheiro público, começando com @ prefeit@ e o primeiro escalão do governo a dar o exemplo.

É preciso reduzir a diferença entre os salários mais altos e os mais baixos, restringir o uso dos carros oficiais, diárias e outras formas de privilégio.

Os cargos em comissão (CCs) devem ser drasticamente reduzidos. Os servidores concursados têm que ser valorizados, sendo chamados a assumir o protagonismo das políticas públicas e não serem subordinados a cargos de confiança sem conhecimentos técnicos.

Essas medidas não vão resolver o problema da escassez de recursos, que está relacionada também a problemas nacionais, mas recolocam os agentes políticos municipais em sintonia com o povo e fornecem o justo exemplo de que é possível governar sem privilégios.

**É na cidade que vamos converter o pessimismo e o descontentamento com a política em vontade popular de mudança.**

Esta disputa pela cidade é também uma luta anticapitalista. É uma luta pela construção de um novo tipo de poder.

Um poder que seja efetivamente popular, articulado com a sociedade, com a cidadania e com os movimentos sociais.

A cidade parece ser algo pequeno em relação ao sistema, mas é na cidade que o sistema se materializa.

É na cidade que o sistema se concretiza como excludente, como opressor, como discriminatório.

É na cidade que os LGBTs não têm acolhimento, onde são perseguidos, discriminados e desenvolvem a luta pela igualdade.

É na cidade que as mulheres enfrentam a violência e encontram o seu espaço de luta por um salário igual ao dos homens

e pelo direito de andar livremente nas ruas sem serem assediadas.

É na cidade que a juventude é criminalizada e busca o seu espaço de lazer e de sociabilidade.

É na cidade que os trabalhadores se organizam para lutar pelo salário, pelos seus direitos.

É na cidade que os negros e as negras são segregados.

É na cidade que podemos democratizar o acesso à educação, à cultura, ao esporte, enfim, ao desenvolvimento pleno do ser humano.

É na cidade também que há uma proximidade maior do poder público com as pessoas e, portanto, onde podemos construir um movimento de luta pela democracia real.

É tempo de valentia, de superar obstáculos e construir novos caminhos. A eleição municipal de 2016 abre uma janela de oportunidade para que enfrentemos este desafio e possamos colocar Porto Alegre mais uma vez na vanguarda da construção das mudanças que o Brasil precisa.



## Nossas tarefas na luta contra o impeachment

Serge Goulart <sup>1</sup>

Camaradas, companheiros e companheiras,  
A pressão aumenta em todo o país.

A pressão das classes inimigas em seu ataque contra a classe trabalhadora se expressa na campanha aberta, na mobilização geral de toda a imprensa, empresas e da maioria dos partidos burgueses, do Judiciário, pelo Impeachment de Dilma e a retomada do controle direto do Estado pela burguesia. O concreto é que para a burguesia o governo Dilma/Lula não tem a capacidade de imprimir com suficiente velocidade e profundidade todas as medidas que ela julga necessárias para enfrentar a atual crise internacional. É isso que conduziu a maioria da burguesia à posição de apoiar abertamente o Impeachment.

Os interesses particulares de Temer, o PMDB e outros são apenas acessórios que alimentam a fogueira e que ajudam a imprimir uma dinâmica própria à crise, dinâmica essa que eles mesmos não controlam. Os diferentes interesses conflitantes das frações burguesas e burocráticas em luta ameaçam abrir uma crise maior no Brasil.

O artigo da revista *The Economist* “*É hora de ir! A presidente manchada deve renunciar*” (26/03/16) reflete uma tentativa da burguesia imperialista de encontrar uma saída que diminua ao mínimo o trauma da destituição do governo. A Folha de SP aderiu em editorial. A renúncia de Dilma/Lula provocaria uma paralisia de todo o movimento nas ruas. Deixaria atônitos todos os que atenderam ao seu apelo de lutar “contra o golpe”. Dilma/Lula estariam fazendo o que Lugo fez no Paraguai quando sofreu o golpe do Congresso (aquele sim um golpe contra as maiorias), e desmontou toda resistência.

Já a derrubada de Dilma/Lula via Impeachment

---

<sup>1</sup> Dirigente da corrente Esquerda Marxista.

desenvolveria nos setores das massas que hoje “lutam contra o golpe” um sentimento de legitimidade para no dia seguinte “continuar a luta contra o golpe”, ou seja, lutar para derrubar o novo governo. Não haveria respiro e toda medida amarga tomada pelo novo governo se encontraria com a disposição redobrada do movimento de massas de enfrentar e derrubar o novo governo “golpista”. É esta situação que *The Economist* e a Folha de SP desejariam evitar pedindo ao moribundo que se mate.

De outro lado, está a pressão do aparato do PT, da CUT, do MST e do MTST para salvar o governo na linha de que eles são vítimas de um “Golpe” e que são eles, e não os burgueses da oposição, os verdadeiros defensores do “Estado Democrático de Direito”. Os aparatos se lançaram a mobilizar sua base social e todos os setores “democráticos” estão assustados com a iminência de um “Golpe”, um “retrocesso” como dizem.

Ao mesmo tempo, as duas frações em luta se unificam para golpear juntas a classe trabalhadora e a juventude aprovando, como metralhadoras, leis, decretos, etc., de ataques às conquistas populares. A Lei Antiterrorismo é um exemplo dessa unidade que inclui o ataque às liberdades democráticas mais essenciais que é a Liberdade de Manifestação, de Expressão e de Organização. Sem essas Liberdades o movimento operário está manietado. E neste ataque eles estão juntos!

Essa é uma mancha suja em sua face que o PT nunca vai limpar.

Essa pressão é descarregada também sobre a organização revolucionária para liquidar e dissolver toda política independente, política leninista e revolucionária, que consiste em combater sem alinhar-se com qualquer das frações burguesas em luta, seja o aparato operário-burguês do PT ou a burguesia diretamente.

Combater segundo os interesses da classe operária significa não se subordinar nem aos reacionários burgueses e nem a esse governo dos e para os capitalistas capitaneado pelo PT.

Os aparatos que dirigem as organizações de massa estão

bloqueando qualquer política independente e trabalhando para isso com afincos para impedir um choque das massas com a reação e as instituições. Ao mesmo tempo em que tentam recuperar apoio entre os burgueses. Essa foi a essência do discurso de Lula “paz e amor” no dia 18.

Mesmo ameaçados de catástrofe nos seus planos políticos e pessoais esta gangue política que dirige o PT e o governo busca conter a crise política no quadro da discussão de “quem é mais capaz de sustentar as instituições e aplicar os planos econômicos de Ajuste”.

Sua linha de “Não vai ter Golpe” e “Em defesa da Democracia”, “Em defesa do Estado Democrático de Direito” é a defesa das instituições reacionárias existentes neste país. E, em nenhuma hipótese, pode ser confundida com a defesa das Liberdades Democráticas, que eles atacam todos os dias desde junho 2013, junto com seus adversários burgueses.

Todo socialista que se alinhar com a “Defesa do Estado Democrático de Direito”, que é a defesa da existência de conjunto das atuais instituições políticas, está abandonando a política proletária independente, está abandonando a luta pelo socialismo e se passando, em atos, para o campo da defesa das instituições do capital. E no caso do Brasil, pior ainda, de instituições da democracia bastarda de um país atrasado e controlado pelo imperialismo e por uma podre e covarde burguesia.

A palavra de ordem de “Defesa da Democracia”, hoje, tem o sentido de que haveria uma ameaça de ditadura de qualquer tipo, seja civil, policial ou militar. Concretamente, hoje, a palavra de ordem de “Defesa da democracia”, tem o sentido de sustentação do direito do governo Dilma/Lula pisotear o povo nos próximos anos porque “ganhou as eleições”!

Na atual crise não está em questão para os marxistas escolher entre democracia e fascismo, entre democracia e ditadura. Isso é falso até a medula. E não passa da repetição da velha política stalinista de falsa “luta contra o fascismo” e cujo objetivo era

subordinar politicamente o proletariado à burguesia. Ainda mais quando não existem bases sociais de massa e nem forças políticas estruturadas capazes de erguer um regime fascista, hoje, nem no Brasil, nem no mundo.

Participar ou divulgar, acriticamente, atividades que tenham como pano de fundo essa política seria curvar-se à pressão destes aparatos, seria deslizar para o abandono de uma política independente.

Concretamente uma política independente e revolucionária nestas circunstâncias tem que se expressar na luta pela auto-organização das massas e por sua entrada em cena de forma independente, sob suas próprias bandeiras e métodos de luta. A luta por uma Assembleia Popular Nacional Constituinte, por um Governo dos Trabalhadores, é esta expressão independente. A palavra de ordem de Assembleia Popular Nacional Constituinte se opõe de forma consciente e profunda contra a tentativa de salvação das atuais instituições na forma de “Defesa do Estado Democrático de Direito”, fórmula que significa a defesa do atual aparato de Estado, das instituições repressivas herdadas da ditadura militar, do atual Congresso e Judiciário. Defender as Liberdades Democráticas conquistadas, inclusive contra a própria burguesia, e que estão incrustadas nas leis, é muito diferente de defender o conjunto do edifício de opressão e exploração de classes existente.

A questão da democracia, e a defesa das liberdades democráticas num país atrasado, na época do imperialismo, só pode ser resolvida na luta e pela revolução proletária, ao mesmo tempo, todas liberdades democráticas que ajudam a organização do proletariado, conquistas incrustadas na lei, devem ser defendidas com toda força, pois nenhuma delas foi concessão da burguesia. Foi a luta de classes que colocou lá cada uma delas e a sua defesa é a defesa da luta de classes. A questão fundamental, na situação atual, é manter a independência de classe e combater explicando a necessidade da auto-organização das massas, a necessidade de luta contra a direita, de defesa das conquistas e de luta pelo

socialismo. Mesmo que isso seja uma tarefa atacada por todos os lados pelos aparatos, pela burguesia e pelas seitas ultra esquerdistas.

Para isso servem os verdadeiros revolucionários. Eles não se curvam frente às instituições “democráticas” da burguesia e nem se arrastam pelo chão, na altura do senso comum das massas intoxicadas pelos discursos dos aparatos burgueses disfarçados de socialistas, ou de “progressistas”, no interior do movimento operário.

Para a direção do PT, da CUT, as atuais mobilizações têm como objetivo salvar a si próprios, assim como as instituições burguesas que eles sustentam. E por isso sua linha política é uma armadilha. Lula, Wagner, Stédile, fraudaram, deturparam e abandonaram a convocatória original do dia 31/03/16, para a Marcha a Brasília, e buscam encapsular toda a vontade popular de luta contra a direita na linha de “Contra o Golpe, Defesa de Dilma”. E no dia 31/03 sequestraram os Atos em todo o país. Nossas bandeiras e nossa política estava lá e isso era um contraponto importante.

O seu objetivo com estas mobilizações é usá-las como moeda de troca para evitar sua própria queda e seguir com seus planos de salvação do capital. Seu método é manipular o movimento popular ao mesmo tempo que compra voto de deputados dos partidos burgueses na Câmara. Ou seja, mais do mesmo que já fez até agora para compor a tal “base aliada”. O resultado será um desastre maior do que o preparado até agora. Mas, como um cego em direção ao abismo, corre por seus objetivos imediatos que são:

1. Impedir que eles próprios sejam retirados do controle do Governo e percam todas os seus privilégios e fontes de corrupção pessoal e política. Isso significa neste momento derrotar o Impeachment na Câmara.

2. Continuar governando para poder usar, ao menos, parte da força do aparato de Estado para se proteger do Judiciário e escapar de um fim de governo no cárcere. É o que pretende

grande parte dos antigos aliados, e os adversários, de Dilma e Lula. A nomeação de Lula como ministro mostra exatamente isso, onde se inclui uma boa dose de pânico.

3. Continuar, mesmo agora, e sob ameaça, aplicando os planos de guerra civil do Capital contra o proletariado.

4. Impedir o surgimento e desenvolvimento de uma crise revolucionária que poria em questão direta e progressivamente, não só toda a direita, as instituições burguesas, como o governo em si e todo o aparato do PT e da CUT.

5. Impedir a qualquer custo o surgimento de um movimento independente da classe trabalhadora e da juventude que escape ao controle dos aparatos. Impedir a auto-organização popular.

O centro desta política é Lula e a direção do PT. Outros se adaptam e capitulam apesar de formalmente manter a luta pelas reivindicações e contra o Ajuste. Mas, assim que a pressão da situação e do aparato do PT se amplia, eles se dobram e cada um a seu modo, como Camões nos “Lusíadas”, cantam:

*“Cessem do sábio Grego e do Troiano  
As navegações grandes que fizeram;  
Cale-se de Alexandro e de Trajano  
A fama das vitórias que tiveram;  
Que eu canto o peito ilustre Lusitano,  
A quem Netuno e Marte obedeceram:  
Cesse tudo o que a Musa antiga canta,  
Que outro valor mais alto se alevanta”.*

Ora, outro valor mais alto se levanta: “As instituições democráticas estão em perigo!” E, “as navegações grandes”, que ainda é preciso fazer, a “fama das vitórias”, seus combates passados, passam a segundo plano porque o valor mais alto, a “Democracia”, se levanta.

Sem precisar ridicularizar essa tentativa arrogante de igualar este governo e o PT com “a democracia”, o que é matar de riso qualquer cidadão sério, reafirmamos que não há nenhum golpe em curso, no sentido de que um novo governo da minoria burguesa ameace de liquidação pronta as Liberdades Democráticas. Elas já estão ameaçadas pelo atual governo, pelo Judiciário e pelo Congresso, pelo menos, progressivamente, desde junho de 2013, quando toda essa gente sentiu um medo mortal e um frio na espinha ao perceber que ninguém mais controlava as massas.

O que há em curso no país é uma luta palaciana, uma guerra de camarilhas, uma redistribuição de haveres e poderes entre os clãs que mordem para locupletar-se e disputam a vaga de defesa do Capital. E com a ameaça da imensa crise que se amplia, a burguesia decidiu interromper a terceirização do governo e retomar ela própria o controle do aparato de Estado.

Não há nenhum golpe no sentido de que um governo “pós Dilma” viria cassando partidos, sindicatos, movimentos e proibindo qualquer liberdade democrática, ou seja, uma ditadura civil, policial ou militar. Isso é uma falsa perspectiva. Não existe a menor correlação de forças para isso, hoje, no Brasil. O que há é um processo crescente de ataques contra as liberdades democráticas implementado por FHC, Lula e Dilma e que avança na medida que a crise econômica avança e a burguesia é cada vez mais incapaz de governar sem repressão aberta ou disfarçada como um dos principais instrumentos. Aliás, nisso Dilma é campeã. O próximo governo capitalista só continuará esse processo. Cada vez mais o Estado, todos os seus diferentes aparatos, aparecem como o que ele é essencialmente: um bando de homens armados para garantir a exploração de uma classe minoritária sobre as outras classes exploradas e oprimidas.

Se a questão é que não se pode interromper um governo eleito segundo as regras podres e malditas do sistema atual, então os revolucionários estão perdidos. E, aliás, estaríamos todos errados e seríamos meros “golpistas” ao mobilizar pelo Fora Collor,

Fora FHC, etc.

As classes dominantes não fizeram regras e instituições para permitir que as classes exploradas e oprimidas as derrotassem na luta pelo poder político. E os verdadeiros democratas também estão perdidos, já que acreditam que a democracia do mandato implica no respeito ao voto, ao programa, que elegeu o cidadão e seu partido. A questão, na verdade, é bem outra. Aliás, democracia é outra coisa.

Chamar de democracia o fato de que um partido pode ser eleito com um programa e depois automaticamente tem autorização de quatro anos para fazer o contrário, é um escárnio com a democracia da grande revolução francesa e com o povo, tomado por otário.

O fato substancial é que há uma crise política, provocada pela crise econômica mundial e a resistência das massas a serem transformadas em animais de carga, que ameaça todo o edifício. É a mais importante crise desde o fim da ditadura e a queda de Collor. E anuncia que a Nova República, este estilo de pacto social que permitiu a sobrevivência das instituições burguesas ameaçadas e trouxe à situação de hoje, e que exigia o governo domesticado do PT controlando as massas para manter-se, está se esfumando. Entramos numa crise de fragmentação do regime político brasileiro.

Só a ausência de uma direção proletária independente, de um partido revolucionário, explica não termos mergulhado ainda numa crise revolucionária. É nessa situação que é imperativo intervir construindo a Esquerda Marxista. Em primeiro lugar explicando essa situação para a vanguarda operária e da juventude e não se lançando como ativista, como massa, em qualquer atividade. Toda participação, e ela deve ser uma obrigação para todo militante, deve acontecer sob o império da discussão política e explicação da posição consciente dos marxistas.

O fato de que a gritaria sobre o “Golpe” seja uma falsificação da realidade, não quer dizer que não importa aos marxistas

o que se passa e qual o desfecho desta luta entre as camarilhas, a burguesia e o aparato corrompido e traidor do PT, ou seja, pelo menos imediatamente, o resultado do processo de Impeachment conduzido por Cunha e seus aliados.

De forma alguma. Seria estupidez política e sectarismo puro virar as costas a esta luta política aguda.

Os marxistas intervêm na situação concreta com uma política concreta. Mas, situação concreta não tem nada a ver com tomar a política dos aparatos como sendo “a situação concreta”. Isso sim seria pura ilusão. E também nada tem a ver com tomar o senso comum e o que dizem os setores confusos das massas como sendo “a realidade” à qual “é preciso se adaptar”.

É nossa tarefa trabalhar para ajudar a classe operária e a juventude a entrar em cena de forma independente, o que inevitavelmente vai provocar um choque com este governo dos capitalistas. Mas, não só com o governo, vai ser preciso enfrentar ao mesmo tempo todo o Congresso e o Judiciário. A simples entrada na arena política da classe trabalhadora com seus próprios métodos, greves, passeatas etc., e suas reivindicações próprias transformará automaticamente esta situação de crise política aguda, agudíssima, em crise pré-revolucionária e colocará abaixo todo o regime.

Já explicamos antes que nossa posição é contra o Impeachment, não porque “é preciso defender a democracia”, isso é ridículo. Somos contra o Impeachment porque ele, hoje, só serve aos setores mais reacionários tomarem o controle do governo e ampliar os ataques contra o povo. Preferimos que o jogo prossiga com todas as frações das cúpulas se engalfinhando enquanto ajudamos a preparar as forças independentes que dominarão o próximo capítulo desta interminável novela de mediocridades e maldades contra o povo.

Dilma, e agora sem escapatória Lula, ministro sem pasta, aliás, governo Dilma/Lula como deve ser caracterizado, ambos devem ser responsáveis pelo que fizeram até agora e que vão continuar fazendo. E, portanto, responder politicamente pagando o

preço de governar para o Capital em época de crise.

Crise que, a bem da verdade, não é culpa de Dilma como afirma a oposição e sim da crise econômica internacional. Assim como não era qualidade de Lula que a “tsunami” não chegasse antes aqui. O Brasil nunca esteve “blindado”, mas recebendo dinheiro imperialista aos borbotões para comprar, fundar e estabelecer uma maior dominação sobre o Brasil, ao mesmo tempo que Lula, fazendo o que os norte-americanos mandaram, endividava todo mundo, inclusive o Estado.

O resultado é que os defensores do “capitalismo com face humana”, do capitalismo em que “banqueiros e trabalhadores ganham” serão politicamente esmerilhados no próximo período. E a direita também vai cada vez mais se fragmentar pois cada vez tem menos a oferecer. Aliás, só oferece “tirar”.

O impasse absoluto desse governo Dilma/Lula está expresso na equação: Abandonado pelas massas que traiu, encurralado pelo Judiciário, imprensa e Congresso, se perder a batalha do Impeachment está liquidado e suas diversas camarilhas internas vão revoar, entrar em pânico, aderir, etc., etc. Se conseguir impedir o Impeachment reunindo 172 votos contra, vai governar com um Congresso abertamente hostil cujo objetivo vai ser paralisar o governo, aprovar todas as maldades que o governo enviar para queimá-lo ainda mais e sangrá-lo até 2018, para enterrá-lo com cal por cima.

A única possibilidade deste governo Dilma/Lula sobreviver, se ganha a batalha do Impeachment, seria expulsar seus aliados burgueses do governo, PP, PSD, etc., e convocar o povo à mobilização sobre a base de tomar medidas efetivas de defesa dos trabalhadores e de enfrentamento aos capitalistas. Seria uma ruptura com a burguesia. Esta via está cerrada neste momento por toda a política e disposição de Lula e do PT. Mas, se por razões de sobrevivência do aparato, ela viesse a acontecer, o que é altamente improvável, o governo e o PT se fragmentariam e se dividiriam. Isso também abriria uma situação pré-revolucionária no Brasil.

Mas, se existe como hipótese, é preciso afirmar que é muito pouco provável que se realize. E quem depositar esperanças nesta via vai, provavelmente, sofrer e chorar muito.

**Na situação de hoje, onde o aguçamento da crise dá saltos todos os dias, os marxistas devem participar entusiasmadamente de todas as lutas, mobilizações e Atos contra o Impeachment, pois ele comporta o elemento sadio de agrupar-se para enfrentar a direita e a derrota do Impeachment deixaria a burguesia atônita e sem rumo.** Mas, os revolucionários marxistas só podem e devem participar aí com suas próprias bandeiras, com total independência política e organizativa (panfletos, faixas e jornal próprios). Lutando contra o Impeachment os marxistas devem sempre ressaltar as bandeiras independentes e próprias do movimento operário e da juventude.

Não deve ser preocupação de nenhum revolucionário marxista que nestas atividades os dirigentes das organizações de massa sequestrem as atividades, mudem as palavras de ordem e transformem-nas em Atos de “Defesa do governo” e da “Democracia”. Isso só ressaltará nossas posições e sua justeza, assim como desmascara estes dirigentes social-traidores. Não nos confunde e nem nos dissolve se mantemos nossa atividade política independente. E o clima político é favorável aos revolucionários com se constatou no dia 31/03, onde vendemos muitos jornais em todas as atividades.

O que interessa aos revolucionários marxistas é contatar a vanguarda, discutir política e explicar “pacientemente” o que se passa e o que está em jogo, como sair desta situação e que só avançando na luta pela revolução e pelo socialismo será possível resolver a situação, a corrupção, a miséria, o desemprego, a Educação, Saúde, enfim, o que a população necessita.

E que isso só pode ser feito se for feito de forma independente de qualquer partido burguês e de qualquer capitalista, ou melhor, em luta direta contra eles. Para isso é preciso o povo oprimido e explorado organizado em comitês, em Assembleias, e

nacionalmente organizado e mobilizado numa Assembleia Popular Constituinte, que varra as atuais instituições e seus políticos, constituindo um Governo dos Trabalhadores, assumindo o controle coletivo da economia e planificando-a.

Nossa tarefa imediata é contatar o mais amplo leque de estudantes e trabalhadores diretamente com nossos materiais políticos e discutir com eles, ganhá-los para a Esquerda Marxista e a CMI. Essa é uma tarefa que vale seu peso em ouro.

## Em defesa da democracia ou em defesa do governo?

Charles Rosa<sup>1</sup>

Em artigo publicado no blog Junho<sup>2</sup>, o cientista político Frederico de Almeida busca se contrapor ao Movimento Esquerda Socialista (MES)<sup>3</sup> a respeito de como caracterizar a atual situação política do país. A discórdia gravita em torno da conceituação de “golpe” para o desmoronamento da governabilidade petista e o possível impeachment de Dilma Rousseff. Conforme a opinião do polemista, a corrente política de Luciana Genro exhibe uma visão turva da realidade presente, em decorrência de um método de análise que ignora episódios relevantes da história, “instrumentaliza” as instituições democráticas e superestima as oportunidades abertas aos movimentos populares na hodierna correlação de forças. Este texto visa prosseguir o debate salutar com Almeida e o conjunto da esquerda, sustentando que não há elementos suficientes para se diagnosticar neste momento um “golpe” contra o Estado Democrático de Direito, embora o país atravessasse uma grave crise institucional na qual não se pode minimizar uma dinâmica de saída conservadora.

Antes de tudo, porém, vale explicar um pouco mais o nosso rigor implacável com o emprego do termo “Golpe”. Preciosismo acadêmico de quem se deleita com o manuseio de enciclopédias ou preocupação prática de um agrupamento que se pretende revolucionário? Embora a primeira atitude não seja condenável em tempos de culto à desinteligência, acreditamos que a segunda atitude seja mais condizente com a tradição política reivindicada pelo MES, a qual remonta períodos de enfrentamento a regimes ditatoriais na América Latina. Se há “golpe” em vista, nenhuma outra tarefa justifica a não mobilização de

---

1 Militante do MES e graduando em História na USP.

2 ALMEIDA, Frederico. *Não Vai Ter Golpe? - Um debate na esquerda*. Disponível em <http://blogjunho.com.br/nao-vai-ter-golpe-um-debate-na-esquerda/>

3 *Vai ter golpe?* Documento do Secretariado Nacional do MES.

todos os efetivos e quadros de nossas fileiras para obstaculizar a marcha contrarrevolucionária. Impulsionar formas de milícias populares ao lado de TODOS os setores democráticos consequentes não seria uma tática fora de cogitação, mas quiçá uma obrigação impostergável.

Mas o que entendemos por “golpe”, afinal? O MES reserva a nomenclatura “golpe ao Estado Democrático de Direito” para um certo tipo de manobra ultrarreacionária executado pelas classes dominantes, no sentido de conformar a maquinaria estatal às suas incessantes e crescentes necessidades de exploração da maioria do povo, redundando na perda acelerada e qualitativa de direitos civis e sociais das classes populares. Algo que resulte de uma conspiração extremista das organizações de direita, visando suspender as garantias legais de propaganda e agitação da esquerda. Um retrocesso evidente no regime jurídico em curso que acentua o componente de coerção na qual se lastreiam a obediência da população ao Estado e a hegemonia de uma classe social fundamental sobre a outra. Uma alteração abrupta nas regras convencionadas no estágio da luta de classes em que se processa o golpe, de modo que, uma vez consolidado, inibe as massas de reivindicarem suas conquistas históricas. Em suma, “golpe” é a investidura estatal (através da força e/ou da artimanha institucional) de um condomínio de interesses minoritários alheios e frontalmente contrários ao de uma maioria social que conferia legitimidade ao governo deposto.

Historicamente, “golpes” ocorreram e ainda ocorrem em todos os cantos do mundo. A metodologia da execução dos “golpes” varia no tempo e no espaço, de acordo com as circunstâncias propiciantes. Nestes casos, detectável sempre é a flagrante agressão aos princípios basilares da “democracia liberal”: atropelamento da Constituição vigente, insubordinação das forças armadas, ingerência de diplomacias imperialistas, inexistência das vozes oficiais nos jornais e TVs golpistas, etc.

Para não incorrerem em anacronismos, vamos tipificar

três golpes célebres processaram na América Latina neste século:

a) Paraguai de 2012 – O ex-bispo católico Fernando Lugo é apeado do poder por uma votação-relâmpago no Senado. Em menos de 36 horas, sem condições de ampla defesa, Lugo é destituído do cargo<sup>4</sup>. Seria como se o STF brasileiro não tivesse regulamentado o processo de impeachment de Dilma Rousseff em novembro de 2015 e Cunha tivesse levado sumariamente a plenário o rito de afastamento da presidenta sem que a sociedade pudesse debater decentemente a conveniência da proposta.<sup>5</sup>

b) Honduras de 2009 – Uma quartelada usurpa o governo de Manuel Zelaya<sup>6</sup>. Seria como se Dilma Rousseff acordasse pela manhã e, sem poder trocar seus pijamas, fosse sequestrada pela Força Aérea Brasileira e remetida a contragosto para um outro país.

c) Venezuela de 2002 – Parte do exército venezuelano insurge-se contra Hugo Chávez, substituindo-o pelo presidente da Câmara e anulando a Constituição de 1999. O golpe fracassa quando uma multidão comparece às ruas de Caracas para defender o processo revolucionário bolivariano e assegurar a governabilidade chavista, a despeito de todo o esforço golpista feito pelas principais televisões empresariais do país<sup>7</sup>. Seria como se uma parcela das Forças Armadas brasileiras tramasse a colocação de Eduardo Cunha no Palácio do Planalto e anulasse a Constituição de 1988.

Que latino-americano honesto haveria de negar aos três eventos citados o status de golpe efetivo contra as respectivas democracias burguesas? A manipulação “ao arrepio da lei” de setores burgueses reacionários com a anuência e/ou protagonismo de militares, sob o amparo explícito do imperialismo estadunidense, se fez presente nos três casos.

Situações que se distanciam qualitativamente do que se

---

4 <http://apublica.org/2013/02/paraguai-os-eua-impeachment/>

5 <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=312246>

6 <http://laurocampos.org.br/2009/09/psol-contr-o-golpe-em-honduras/>

7 <https://www.youtube.com/watch?v=on7s339cRN>

desdobra no Brasil há mais de um ano. As movimentações da oposição de direita para derrubar Dilma Rousseff são absurdamente oportunistas e sem legitimidade, em grande parcela por já conhecermos o caráter dos seus porta-vozes e articuladores. São sujeitos querendo destituir mal lavados. Mas tais movimentações até agora não configuram um “golpe” em sentido estrito e não alteram qualitativamente as “regras” da luta de classes que vem sendo “disputada” nos últimos anos no país (Como já observaria um sagaz comentarista de internet, “Fla x Flu” verdadeiro é “ricos x pobres”; “PT x Globo” é mais um jogo-treino entre titulares e juniores de um mesmo clube de futebol). Ter consciência disso implica em não adotar posturas passíveis de serem instrumentalizadas “em nome de uma democracia abstrata” pelo “setor político pró-burguesia” prestes a ser removido do governo, ainda que ninguém em sã consciência tenha coragem hoje em dia de se dizer um governista incondicional.

Logo, vejamos alguns indícios que a realidade e a boa construção de análises de conjuntura nos obrigam a considerar para não cairmos no “conto do golpe”:

a) O pedido de impeachment encampado pela oposição de direita foi confeccionado por Hélio Bicudo (notório defensor dos Direitos Humanos) e Miguel Reale Jr. (um dos signatários da “Carta aos Brasileiros de 1977” que afrontou o ditador Ernesto Geisel e um dos proponentes do impeachment de Fernando Collor)<sup>8</sup>. A frágil tese das “pedaladas fiscais” foi protocolada na Câmara em outubro do ano passado, concedendo tempo de sobra para a equipe de articulação política do governo angariar 171 votos na Câmara (um deles é do “baluarte da democracia” Paulo Maluf<sup>9</sup> e outros tanto votos no Senado (em novembro essa articulação foi prejudicada pela prisão do líder do governo, Delcídio do Amaral). Os advogados da presidenta contam com todos os

---

8 [http://www.goffredotellesjr.adv.br/site/pagina.php?id\\_pg=30](http://www.goffredotellesjr.adv.br/site/pagina.php?id_pg=30)

9 <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/201603/dilma-diz-que-ira-barrar-impeachment-na-camara>

meios estatais possíveis para expor os elementos que desconstruam a “tese das pedaladas” perante a sociedade.<sup>10</sup>

b) No TSE, tramitam quatro ações judiciais pró-cassação da chapa eleitoral de Dilma Rousseff/Michel Temer, uma delas por “captação ilícita de recursos”. A prisão do marqueteiro João Santana por recebimento de pelo menos 21,5 milhões de reais do “departamento de propina” da Odebrecht robustece esta tese.

c) A decisão quase unânime das 27 sessões estaduais da OAB em requerer o impeachment da presidenta ocorreu com a presença e a defesa do contraditório feita pelo advogado-geral da União, José Eduardo Cardozo<sup>11</sup>. É irrefutável que a OAB apoiou o Golpe de 64, como Frederico de Almeida rememora, mas também é irrefutável que desde o nascimento da Constituição de 88, a OAB vem se comportando como uma possível aliada das causas democratizantes empunhadas pelos movimentos sociais. Alguns exemplos: a campanha pelo fim do financiamento empresarial de campanhas<sup>12</sup>, o pedido de cassação de Fernando Collor, o pedido de afastamento do ex-governador candango José Roberto Arruda (então do DEM)<sup>13</sup>, a luta pela não redução da maioria penal, a PEC contra o trabalho escravo, atos contra a prisão de ativistas, etc. Há menos de um ano, a bancada parlamentar do PT que hoje ataca a entidade comprava uma briga com o reacionário ministro do STF Gilmar Mendes, o qual chamara a OAB de “laranja do PT”<sup>14</sup>. Ou seja, embora nada desse passado recente justifique erros crassos que possam ser cometidos no presente pela OAB, cunhá-la de agente “golpista”, exclusivamente por causa de 64, inviabiliza o debate frutífero.

d) A delação premiada de Delcídio do Amaral, o ex-líder do governo no Senado, se evidenciada na parte concernente à Dilma

---

10 <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/02/26/comissao-de-orcamento-ouve-ministro-do-tcu-e-advogado-da-uniao-sobre-pedaladas-fiscais>

11 <http://www.valor.com.br/politica/4488212/cardozo-defende-mandato-de-dilma-em-sessao-extraordinaria-da-oab>

12 <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/04/oab-lanca-manifesto-de-apoio-ao-financiamento-publico-de-campanhas.html>

13 <http://www.oab.org.br/noticia/18970/oab-ira-a-justica-pedir-o-afastamento-do-governador-jose-roberto-arruda>

14 <http://www.pt.org.br/parlamentares-do-pt-condenam-destempero-verbal-e-ofensas-de-gilmar-mendes-a-oab/>

pode enquadrar a presidenta no crime de responsabilidade. Teria a presidenta escalado Delcídio para barrar a Lava Jato? Se Aloízio Mercadante agiu por conta própria ao oferecer ajuda ao ainda não delator Delcídio, por que Dilma não o demitiu? Questões em aberto e *sub judice*: Dilma não é culpada até que se prove o contrário. Mas também não está isenta de fortes suspeitas.

e) O STF, uma das instâncias supostamente “golpista”, dispõe de todo o respeito da parte de Dilma Rousseff e Lula (os quais indicaram 8 dos 11 ministros da corte). E não é apenas Delcídio do Amaral que expressa isso. O ex-presidente afirmou ter plena confiança na corte máxima em recente carta<sup>15</sup>. Caso o STF estivesse participando de um GOLPE, seria um dever cívico dos golpeados trazerem a público os traidores da pátria. Aliás, vale recordar sempre que nestes 14 anos de governo, o PT nunca foi consequente nas suas críticas ao reacionário Gilmar Mendes e só agora apoia o impeachment do togado tucano.

f) Michel Temer, o primeiro na linha sucessória, fez parte da chapa eleitoral que obteve mais de 54 milhões de votos na última eleição, graças aos “brilhantes” acordos de governabilidade operados pelo “genial” Lula. Quem votou na presidenta Dilma estava ciente do vice que ela carregava por livre acordo, uma vez que a foto de Temer também emergia na urna quando apertado o “13”<sup>16</sup>. Então, os que usam nas redes sociais a pic-badge “ninguém vai tirar a legitimidade dada pelas urnas” precisam explicar se Temer não está sujeito a essa lógica também, da mesma forma que os defensores da entronização do vice precisam explicar por que Dilma deve ser cassada por corrupção e seu vice (frequentemente citado em delações premiadas e co-partícipe de uma chapa movida “a caixa 2”) não.

g) A Lava Jato, o principal vetor externo de desestabilização do governo Dilma (o vetor interno é o estelionato eleitoral), também vem atingindo todos os “caciques” da oposição de

<sup>15</sup> <http://www.institutolula.org/carta-aberta-do-ex-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva>

<sup>16</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=xfcm0QhMpzE>

direita, ainda que assimetricamente e repleta de desvios próprios da Justiça burguesa. Eduardo Cunha é um dos alvos preferenciais do procurador-geral Rodrigo Janot e o nome de Aécio Neves já apareceu uma dezena de vezes nas investigações. Os grampos de Dilma merecem repreensão por não serem uma praxe mais frequente no que diz respeito aos escândalos tucanos (embora FHC tenha sido grampeado à época das privatizações). Mas não é ocioso recordar que em 2012, o então ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo defendeu corretamente a escuta que flagrou uma conversa entre o bicheiro Carlinhos Cachoeira e o ex-senador do DEM Demóstenes Torres, que era protegido pelo foro privilegiado. Apenas um mentecapto ousaria argumentar que a cassação de Demóstenes foi um “golpe”.

h) São dependentes financeiramente do governo federal tanto a Globo (viciada em publicidade oficial) quanto a FIESP (bilionárias isenções fiscais). Os “golpistas”, consoante a narrativa governista, são faustosamente alimentados pelos “golpeados”. Um “golpe” muito *sui generis* este!

i) O Ministério das Relações Exteriores do Brasil emitiu nesta semana um telegrama para as embaixadas brasileiras alertando para a iminência de um “golpe”. Mas, logo em seguida, desmentiu a si mesmo. Disse que não havia golpe<sup>17</sup>. Além disso, o presidente argentino Mauricio Macri, o parceiro estratégico de Washington na América do Sul<sup>18</sup>, vem empenhando seu apoio ao governo brasileiro<sup>19</sup>. Estaria a Casa Branca perdendo uma oportunidade de embarcar num “golpe” reacionário no Brasil, o qual certamente aumentaria sua presença aqui?

Ou seja, os pedidos de impeachment da presidenta que transcorrem no Parlamento e nos “encanamentos” do TSE, apesar de inconsistentes, oportunistas e deturpados pela oposição de direita, obedecem às regras e convenções da atual democracia burguesa precária do país, assim como o pedido de afastamento

---

17 <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/201603/itamaraty-desautoriza-telegrama-enviado-embaixadas-com-alerta-sobre-golpe>

18 [http://internacional.elpais.com/internacional/2016/03/23/argentina/1458761444\\_630012.html](http://internacional.elpais.com/internacional/2016/03/23/argentina/1458761444_630012.html)

19 <http://www.brasil.gov.br/governo/2016/03/chanceler-argentina-confirma-apoio-do-governo-macri-a-dilma>

de Collor em 1992 também obedeceu<sup>20</sup> (não custa lembrar que posteriormente o oligarca alagoano seria absolvido no STF<sup>21</sup>). A presidenta não está sendo vítima senão da própria indisposição e incompetência em contra-atacar os seus adversários à direita. Acostumou-se tão gravemente aos hábitos de “toma lá, dá cá”, que quando perdeu irremediavelmente seu capital político de barganha viu-se em apuros. Naturalizou tão incisivamente as relações escusas com a burguesia parasitária, que não levava em conta a possibilidade de vir à tona a erupção de denúncias fatais que dinamitam sua legitimidade.

Neste contexto, esgrimindo o “jogo sujo” da política parlamentar burguesa, a oposição de direita compartilha um projeto de país com a TV Globo, maior partido das elites brasileiras<sup>22</sup>. A alternativa constitucional de empossamento do vice Michel Temer (o chefe máximo do Leviatã nacional da corrupção que é o seu PMDB<sup>23</sup>) configura mais uma dessas manobras reacionárias que povoam a nossa História. A remoção parlamentar de Dilma, por obra de um Congresso eivado de “homens de bem” do quilate de Eduardo Cunha<sup>24</sup> e Renan Calheiros<sup>25</sup>, tem de ser rechaçado por quem se considera de esquerda sem qualquer vacilação. Trata-se da troca de um governo sem respaldo popular por outro com menos respaldo popular ainda, por manobra de um Congresso atolado em escândalos. Cumpre insistir que as mesmas ações ilícitas que comprometem Dilma também comprometem Temer e também comprometem as Casas Legislativas.

Além disso, é preciso considerar que, do alto do seu 1% de preferência eleitoral revelado pelo último

---

20 <http://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/plenario/discursos/escrivendohistoria/20-anos-do-impeachment/20-anos-do-impeachment-do-presidente-fernando-collor/>

21 <http://www.noticias.uol.com.br/politica/ultimasnoticias/2014/04/24/maioria-dos-ministros-do-stf-absolve-collor-por-falta-de-provas.htm>

22 <http://oglobo.globo.com/opiniao/legalidade-legitimidade-do-impeachment-18213127>

23 <http://www.agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/201603/delcidio-afirma-que-temer-chancelou-indicacao-de-ex-diretores-da-petrobras>

24 <http://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/2016/03/janot-apresenta-nova-denuncia-contra-cunha-por-contas-na-suica.html>

25 <http://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/2016/01/janot-aponta-possivel-propina-disfarcada-de-doacao-renan.html>

Datafolha<sup>26</sup>, Michel Temer tentará entregar à burguesia aquilo que o PT não pode mais entregar (disposição não tem faltado):

a) a aplicação do ajuste neoliberal que Dilma, enfraquecida pelo estelionato eleitoral e pela baixíssima popularidade, não consegue levar adiante à maneira completa exigida pelos “mercados”. Nesta mesma semana, o ministro da Fazenda Nelson Barbosa enviou ao Congresso o Projeto de Lei Complementar 257/2016<sup>27</sup> que trata de uma reforma fiscal. Em pauta, o arrocho do funcionalismo público e a “desburocratização” dos cortes em investimentos sociais. Ocorre que a agenda do impeachment imobiliza a tropa governista no Congresso. Ciente disso, Michel Temer já monta sua equipe econômica com os ex-lulistas Marcos Lisboa e Delfim Netto<sup>28</sup> e agita para os “mercados” o seu plano econômico intitulado “Ponte para o futuro”<sup>29</sup>, cuja viga mestra seria a destruição quase total do atual sistema previdenciário, já golpeado nos governos petistas<sup>30</sup> e tucanos<sup>31</sup>.

b) o abafamento da Operação Lava Jato. Dilma e Lula não conseguem controlar a Polícia Federal e a procuradoria-geral<sup>32</sup>. A cada dia, surgem delações e “listões da Odebrecht” que tiram o sono da casta. Na visão da partidocracia, o juiz Sérgio Moro e a PF (agentes com alta popularidade) necessitam de um freio, antes que incendeiem de vez o que restou da República. Enquanto Lula se reúne frequentemente com Renan e a ala sarneyzista do PMDB<sup>33 34</sup> para lhes oferecer seu capital político como escudo das investidas judiciais (o que parece cada vez menos crível),

---

26 <http://blogdomariomagalhaes.blogosfera.uol.com.br/2016/03/21/michel-temer-teria-1-dos-votos-se-a-eleicao-presidencial-fosse-hoje/>

27 <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/03/em-reforma-fiscal-congresso-fixara-limite-para-gastos-publicos.html>

28 <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/03/1752542-com-crise-de-dilma-vice-monta-time-de-conselheiros-economicos.shtml>

29 <http://pmdb.org.br/noticias/uma-ponte-para-o-futuro/>

30 [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392004000300002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000300002)

31 <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2611200304.htm>

32 <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimasnoticias/2016/03/23/lula-pede-para-sindicalistas-cobram-lava-jato-por-prejuizos-economicos.htm>

33 <http://g1.globo.com/politica/blog/blog-do-camarotti/post/reuniao-de-lula-sarney-e-renan-faz-pt-apostar-em-rito-lento-no-senado.html>

34 <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1751763-ministro-da-justica-diz-que-trocara-equipe-da-pf-em-caso-de-vazamento.shtml>

Temer e o PSDB já trabalham em sintonia com a Globo para, uma vez finalizado o impeachment, congelar a Lava Jato<sup>35</sup>.

Em síntese, Michel Temer representará uma intensificação da guerra econômica que as elites estão travando contra o povo. Mas se a “alternativa Temer” não pode ser de nenhuma maneira aceita, só nos resta sair em defesa deste governo que foi eleito com um programa exatamente oposto ao que está sendo concretizado? Sair em defesa de um governo que não se diferencia da oposição de direita no que tange à promiscuidade com as empreiteiras<sup>36</sup>? Sair em defesa de um governo que não conta mais com a maioria social que lhe elegeu nas urnas<sup>37</sup>? Sair em defesa de um governo que há um ano não desapropria um centímetro sequer de terra arável para a reforma agrária<sup>38</sup>? Sair em defesa de um governo que ousa se comparar com o reformista e golpeado João Goulart, mas permanece inerte no que tange à revisão da Lei da Anistia que perdoa torturadores do regime militar<sup>39</sup>? Sair em defesa de um governo que comparece a convescotes com o ex-secretário de Estado dos EUA, Henry Kissinger<sup>40</sup>, um dos maiores participantes do golpe de 1973 no Chile que interrompeu o governo popular de Allende<sup>41</sup>? Sair em defesa de um governo que organizou a Copa da FIFA, assentada em ilegalidades<sup>42</sup> e remoções<sup>43</sup>? Sair em defesa de um governo que constrói barragens de usina em cima de santuários indígenas<sup>44</sup>? Sair em defesa de um governo que turbinou a criminalização dos movimentos sociais depois de

---

35 <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/jornal-nacional-nao-divulga-lista-da-odebrecht/>

36 <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/03/1250460-empiteiras-pagaram-mais-da-metade-das-viagens-de-lula-ao-exterior.shtml>

37 Pesquisa feita antes do vazamento dos grampos. <http://extra.globo.com/noticias/brasil/rejeicao-tem-leve-recuo-mas-79-acham-que-dilma-nao-esta-sabendo-lidar-com-crise-18737495.html>

38 <http://www.jb.com.br/pais/noticias/2016/02/02/sem-desapropriacao-para-reforma-agraria-em-2015-mst-promete-ampliar-protostos/>

39 <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,dilma-diz-que-nao-quer-revisao-da-lei-de-anistia1147521>

40 <http://blogdomariomagalhaes.blogosfera.uol.com.br/2015/06/30/ao-bajular-kissinger-dilma-tripudia-sobre-sua-propria-historia/>

41 [http://www.cubadebate.cu/opinion/2003/09/10/kissinger-y-el-golpe-de-estado-a-salvador-allende/#.VvSp\\_eOIrLIU](http://www.cubadebate.cu/opinion/2003/09/10/kissinger-y-el-golpe-de-estado-a-salvador-allende/#.VvSp_eOIrLIU)

42 [http://espn.uol.com.br/noticia/494089\\_com-copa-fifa-fatura-bilhoes-e-paga-so-17-em-impostos](http://espn.uol.com.br/noticia/494089_com-copa-fifa-fatura-bilhoes-e-paga-so-17-em-impostos)

43 <http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2013/06/12/filme-denuncia-exageros-do-poder-em-remocoes-de-familias-para-obras-da-copa.htm>

44 <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,area-indigena-sagrada-vai-virar-hidreletrica,117902e>

junho de 2013<sup>45</sup>? Sair em defesa de um governo que salvou a TV Globo da falência<sup>46</sup>? Sair em defesa de um governo que conduziu o país para a pior recessão desde os anos 1930<sup>47</sup>?

Sair em defesa de um governo que assiste bestializado o extermínio juventude negra e periférica pelas PMs fascistas<sup>48</sup>? Sair em defesa de um governo que convoca o povo a defendê-lo ao mesmo tempo que sanciona a Lei Antiterror que iguala manifestantes a terroristas<sup>49</sup>? Sair em defesa de um governo que insiste na consecução de um programa econômico que em um ano elevou a taxa de desemprego do país de 6,7 milhões para 9,6 milhões<sup>50</sup>? Sair em defesa de um governo cujas diretrizes macroeconômicas levaram de novembro/15 a janeiro/16 a uma perda de 2,4% no rendimento do trabalhador em relação ao mesmo trimestre do ano anterior<sup>51</sup>? Sair em defesa de um governo que veta a auditoria da dívida pública<sup>52</sup>? Sair em defesa de um governo que afiança lucros recordes para os banqueiros<sup>53</sup>? Negocia com José Serra o entreguismo do nosso pré-sal?

Ora, não podemos ser sectários com os 70% de brasileiros que não suportam mais o governo Dilma<sup>54</sup> e que não enxergam uma saída legítima em Michel Temer<sup>55</sup>! Respeitamos os que dizem “defender a democracia” e “fazer oposição de esquerda” ao mesmo tempo. Realmente, seria preocupante considerar-se de

---

45 <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,elo-entre-black-blocs-e-pcc-e-inadmissivel-dizministro-da-justica,1503912>

46 <http://www.cartacapital.com.br/blogs/midiatico/emissoras-de-tv-receberam-mais-de-r-10-8-bilhoes-publicidade-federal-7609.html>

47 <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/03/1749299-recessao-economica-actual-deve-sera-pior-da-historia-do-brasil.shtml>

48 <http://www.cartacapital.com.br/politica/o-governo-dilma-e-extremamente-repressivo-4045.html>

49 <http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2016/03/18/dilma-tambem-ataca-a-democracia-ao-sancionar-lei-anti-terrorismo-diz-boulos/>

50 <http://www.valor.com.br/brasil/4496682/taxa-de-de-semprego-sobe-para-95-no-trimestre-encerrado-em-janeiro>

51 <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/03/1753634-taxa-de-desemprego-sobe-para-95-em-janeiro-a-maior-em-quatro-anos.shtml>

52 <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimasnoticias/2016/01/14/dilma-veta-auditoria-da-divida-publica-proposta-pelo-psol.htm>

53 <http://www.infomoney.com.br/itauunibanco/noticia/4558324/lucro-itau-registra-novo-recorde-atinge-2015-alta>

54 <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/68-apoiam-impeachment-de-dilma-diz-pesquisa-datafolha.html>

55 <http://www.jb.com.br/pais/noticias/2016/03/19/datafolha-maioria-quer-impeachment-mas-rejeita-michel-temer-governando/>

“esquerda” e concomitantemente “defender um governo” que na prática só é notado quando divulga seus planos de recuperação da economia calcados no rebaixamento do custo da força de trabalho. Mas estaríamos sendo hipócritas se não salientássemos que são inócuas as exigências de “saída pela esquerda” a um governo que, para derrotar as urdiduras de Temer, demonstra querer ultrapassá-lo em perversão contra os mais pobres. O ajuste neoliberal perfaz a parte estrutural da crise na superestrutura. Caso escape do xeque-mate, o PT tentará recompor sua governabilidade tomando partido dos capitalistas. Não há excedente econômico suficiente para reorganizar uma “paz social” que contemple “melhorias mínimas” nas condições objetivas dos trabalhadores. A simbiose do PT com as forças do capital (demonstradas inúmeras e repetidas vezes nas últimas décadas) tornam ingênuas quaisquer esperanças de rompimento com a estratégia capitulatória. São enormes as chances de toda a mobilização “a favor da democracia – contra o golpe” acabarem instrumentalizadas por Lula (caso escape de ser preso) numa mesa de negociações com o PMDB, com Dilma entrando com a “legitimidade das ruas” e o PMDB com as ideias dos economistas neoliberais, numa “holding” terrível para o povo.

Desta competição “inter-casta” nada de progressivo pode se desenvolver. Não podemos escorregar na ideia derrotista de que a “defesa tática” desse governo é a única saída possível. Em 1999, em meio a uma grave crise econômica e social<sup>56</sup>, quando o presidente era Fernando Henrique Cardoso e o vice Marco Maciel (PFL, reminiscência da ARENA<sup>57</sup>), setores combativos do PT defendiam “novas eleições”<sup>58</sup>. O dirigente histórico da esquerda petista Valter Pomar escreveu com irrepreensível justeza à época:

---

56 <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc26089902.htm>

57 <http://www.redebrasilatual.com.br/blogs/helena/2014/04/a-bolsa-ditadura-do-senador-jose-agripino-maia-4681.html>

58 <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2711199919.htm>

*“Os que criticam hoje o ‘fora FHC’ são os mesmos que questionaram, ontem, o Fora Collor. A eles respondemos que há base legal, institucional, para defender o afastamento do presidente: estelionato eleitoral, desrespeito a Constituição, danos ao patrimônio público e à soberania nacional, favorecimento a empresas etc.*

*O PT quer o afastamento de FHC e o cumprimento da Constituição, que prevê novas eleições. Em 1992, Itamar só conseguiu tomar posse porque, erradamente, não exigimos a antecipação das eleições. A antecipação das eleições constitui uma saída democrática para a crise atual. Mas para que a antecipação das eleições seja possível, e para que a direita não a capitalize, é preciso que haja um grande movimento de massas.”*<sup>59</sup>

Sabemos que a história não se repete nas mesmas condições de temperatura e pressão. Mas uma ingrata dicotomia entre “Fica Dilma” e “Entra Temer” não fica atrás da dicotomia entre “Fica FHC” e “Entra Marco Maciel”. É fato que a esquerda tinha o PT maduro para assumir o governo (e apodrecer), algo distante do que temos hoje. Mas, por outro lado, Dilma está mais enfraquecida que FHC e a Nova República respira por aparelhos. Não é digno de quem se apresenta como o novo estender a mão para o que falece. Compreende em melancólico casuísmo desprezar agora os princípios que nortearam a política de “Novas Eleições” defendida por Pomar e pela esquerda quente. Se não confiamos no povo, nos momentos de desintegração da casta, estamos nos comportando de maneira análoga àquele militar que diante de uma manifestação popular convoca as massas para retornarem aos lares com o singelo argumento “O povo é ilegal”, conforme charge genial de Henfil no contexto das “Diretas Já”<sup>60</sup>.

Despojar-se do derrotista lema de “escolher o menos pior, porque é o que a miséria do possível nos concede” não diminui,

---

59 <http://valterpomar.blogspot.com.br/2014/05/forafhc.html>

60 <http://zonacurva.com.br/henfilediretasja/>

de forma alguma, as dificuldades reais para o crescimento de uma alternativa progressista independente no campo eleitoral. A aprovação da contrarreforma política que restringe a participação dos partidos de esquerda nos programas de TV e nos debates eleitorais<sup>61</sup> foi um verdadeiro “golpe”. Enquanto a Globo dispõe de 24 horas de concessão pública para manipular à vontade, a esquerda (essa mesma esquerda que os governistas convidam para marchar em defesa do governo) remói os poucos segundos que lhes restaram para se comunicar com as multidões.

Entretanto mesmo neste cenário espinhoso, é preciso ter clareza de que não há por ora uma arrebatadora ofensiva eleitoral do fascista Bolsonaro. O nome de Bolsonaro nas pesquisas de intenção de voto pontua por volta dos 6%. Um número significativo, mas incompatível com a onda fascista enxergada pelos oficialistas. Algo que pode deixar de ser verdade daqui 2 anos, caso este governo caquético continue a desmoralizar o nome da esquerda perante amplos setores sociais, os quais também reprovam as alternativas burguesas estabelecidas e buscam um polo orientador por fora do regime político em frangalhos.

Marina Silva seria, em tese, a mais “beneficiada” pela antecipação das eleições. O fato de ela não ter sido atingida pela Lava Jato derruba seus “irmãos siameses” e a conserva viva na disputa. É provável que ela tente de novo reembalar o programa tucano ao sabor dos “mercados” (Marina Silva adotou André Lara Resende, um tucano de quatro costados que participou do alto escalão do governo FHC, como guru nas eleições de 2014), o que não significa algo muito diferente do que já está no governo, na oposição de direita ou em Ciro Gomes (oligarca cearense que começou a carreira no PSDB e agora é um dissidente do lulismo).

Dentre as candidaturas autenticamente outsiders, a com mais potencial para representar no Brasil o fenômeno mundial de

---

61 <http://esquerdasocialista.com.br/lei-da-mordaca-e-a-luta-do-psol/>

revitalização das esquerdas (Bernie Sanders, Bloco de Esquerda, Podemos, Frente Amplia peruana, etc.) é Luciana Genro (PSOL) que aparece com 3% em todos os cenários ventilados pelo Datafolha (o dobro do que obteve em 2014). Na faixa etária de 16 a 24 anos, Luciana Genro alcança 7% de preferência eleitoral em determinados cenários.

Além disso, desfruta de baixos índices de rejeição em comparação com os outros presidenciáveis: quase a metade da rejeição de Bolsonaro e Marina, e um décimo da rejeição de Lula. Para uma candidata com a certeza de não estar na lista da Lava Jato estes “handicaps” não são desprezíveis no atual contexto.

Sem dúvidas seria desejável que estivéssemos numa situação pré-revolucionária a qual permitisse uma arrancada das forças populares, nas diferentes frentes, rumo à montagem de um Estado de novo tipo. Contudo, como infelizmente este não é o caso, a convocação de um “recall” e, posteriormente, de “novas eleições gerais” é o mais lúcido e arrojado que o povo pode esperar da esquerda, no espírito leninista do “sempre um passo na frente, nunca dois”. Quem efetivamente se preocupa com o fortalecimento da democracia, na acepção radical da palavra, deveria desde já se incorporar a campanha por “novas eleições gerais” sem financiamento privado de campanha, com a possibilidade de todas as forças políticas postularem abertamente seus programas para resolução da crise. O próprio PT, por exemplo, poderia conduzir democraticamente às urnas o julgamento histórico de Lula.

À guisa de conclusão, reiteramos nossa negativa em tomar lado de uma falsa polaridade teatralesca que responde aos interesses das elites. O terceiro campo não é algo abstrato, como a “defesa da democracia” que oculta “defesa ao governo menos pior”. O terceiro campo vai se construindo ocupação por ocupação, marcha por marcha, piquete por piquete, com a paciência revolucionária dos que entendem que a esquerda não se pode furtar a tarefa de responder às necessidades concretas da população, nem abandonar os interesses históricos dos oprimidos. Por isso

que consideramos um golpe, em sentido amplo, um pacto entre as forças políticas feridas pela Lava Jato e a geração de um “consenso parlamentar” repentino. Seria um grande desconhecimento da nossa história pensar que vamos nos resignar à explícita manobra das elites de iminente coroação de Michel Temer e ao aprofundamento do ajuste anti-popular.

Defendemos novas eleições já, em defesa da democracia real.

**INTERNACIONAL**  
O IMPERIALISMO NUM  
MUNDO EM MOVIMENTO



## Quando a crise mundial se instala no Império: a novidade Bernie Sanders e a hecatombe do bipartidarismo nos Estados Unidos

Pedro Fuentes <sup>1</sup>

Neste segundo artigo, vamos repetir muitas coisas que escrevemos anteriormente <sup>2</sup>. O fato é que as eleições dos EUA não deixam de assombrar pela profundidade dos processos que ali apontávamos, mas que tiveram avanços maiores do que os previstos. Além disso, é bom recordar mais uma vez, pois não falamos de qualquer país, mas sim da potência mais importante e hegemônica. Lá nasceu a crise econômica de 2008 e lá chegou agora ou, melhor, se evidencia com mais força a crise social e do regime como parte da crise crônica estrutural desta fase de decadência do capitalismo. A relativa recuperação econômica existente deveu-se à precarização do trabalho, à superexploração, ao aumento da miséria e da pobreza.

Laura Restrepo – escritora colombiana conhecida especialmente pelo seu premiado romance *Delírio*, que anos atrás foi militante da nossa corrente e segue sendo minha amiga – escreveu há quatro anos *Hot Sur*, novela que conta o drama de uma exilada e, através de suas andanças, as condições precárias, a pobreza, degradação e as contradições que se vivem no país do norte. Esse livro, os filmes de Michael Moore que demonstraram os verdadeiros EUA (não o da Disneylândia) e as mobilizações do *Occupy Wall Street*, as quais em certos lugares foram muito massivas, são o que nos levou a escrever vários artigos há algum tempo acerca dos elementos da crise e das lutas que mostravam que o gigante estava se movendo.

Agora, para dizer o mínimo, esse movimento se acelerou a tal ponto de existir uma inédita situação eleitoral que

---

<sup>1</sup> Dirigente do PSOL e do Movimento Esquerda Socialista

<sup>2</sup> *O fenômeno Sanders*. Disponível em: <http://esquerdasocialista.com.br/eua-em-movimento-o-fenomeno-sanders/>

não é apenas um fenômeno em si mesmo senão uma consequência de mudanças muito grandes. Parece o movimento profundo das placas tectônicas (o capitalismo) que ameaça sacudir de forma imprevisível o gigante do norte.

## **A importância para os latino-americanos**

Uma companheira de um grupo trotskista dos EUA nos perguntava por que dávamos tanta importância ao fenômeno Bernie Sanders. “É que somos o quintal dos EUA”, assim lhe respondi, o que é verdade em certa medida. E se não falamos e atuamos sobre o que ali passa nunca deixaremos de sê-lo e nunca enterremos essa maldita frase a fim de terminar com o semicolonialismo estadunidense sobre nosso continente. O problema dos imigrantes, que querem fugir da crise deixando de estar no “quintal”, é, de certa forma, partir para o assalto daquilo que lhes e nos pertence. Por isso, é um elemento fundamental de nossa própria realidade.

A interconexão com os EUA por meio dos imigrantes vai ser mais decisiva agora que a polarização política no país do Norte indica que os dois candidatos que poderiam ganhar a convenção republicana, Trump ou Cruz, expressam ambos as novas posições xenófobas e racistas do neofascismo (similares a Le Pen na França e outros europeus que ganham peso), partidários da expulsão de quase 12 milhões de imigrantes e, no caso de Trump, da construção de um muro de cimento em toda a fronteira com o México. Como dizia Laura Restrepo numa frase literária, “o fluxo imparável de imigrantes indica que o Sul está tomando o Norte”. Daí também essa polarização de um setor de extrema-direita. Essa batalha de defesa de nossos imigrantes compromete a todos os latino-americanos.

Ademais, o Tratado TransPacífico <sup>3</sup> (TPP) envolve a

---

<sup>3</sup> Ver artigo em <http://portaldelaizquierda.com/2016/03/declaracion-y-un-programa-de-accion-de-parlamentarios-y-movimientos-sociales-en-oposicion-al-tratado-trans-pacifico-tpp/>

América Latina e ameaça de um lado os trabalhadores dos EUA e do Canadá, que em sua grande maioria se opõem ao que significaria a perda de suas fontes de renda, e de outro lado representa um salto a mais na penetração imperialista para a extração intensiva de riquezas primárias de nosso rico continente, em particular na cordilheira dos Andes, a mais abundante em minerais em todo o mundo.

Em síntese, o que ocorre hoje nos EUA está no centro da política mundial. Não nos esqueçamos de que os EUA, conforme os estudos de Duménil e Lévy <sup>4</sup>, concentram o poder de metade das grandes corporações financeiras e industriais de todo o mundo, o exército mais importante, superior em oito vezes a qualquer outro. Contudo, seguem sendo debilitados (também pela ação das massas do país) em seu poder hegemônico mundial.

Também tem sua importância em particular para a América Latina, justo no momento em que as alternativas nacionalistas radicais estão em retrocesso, porque em certa medida o que sucede nos EUA tem uma relação direta com o que ocorre aqui, já que se trata do dono dos maiores investimentos. Suas corporações comandam, como dizíamos, as políticas extrativistas e pretendem que sejamos ainda mais seu quintal.

Por último, tudo o que ocorre nos EUA, e que a seguir trataremos de detalhar com maior profundidade, tem uma explicação de fundo: o que ocorre nos EUA mostra que a contrarrevolução econômica levada adiante pelo capitalismo na atual fase (Catherine Sammary, militante trotskista francesa, denomina de “guerra mundial econômica”) faz com que todo o mundo esteja se movendo e torna obsoleta a diferença entre o Norte e o Sul do ponto de vista da luta de classes. À proporção que a pobreza e a desigualdade aumentam, os povos resistem em todo o planeta e a crise faz com que o mundo mude, entrando em permanente movimento. Tanto o que sucede nos EUA como a recente

---

<sup>4</sup> Ver, por exemplo, *A crise do neoliberalismo* (Boitempo, 2014).

mobilização da França do 9 de março demonstram isso.

### **O avanço de Sanders rompeu todos os prognósticos da “rulling class” (classe dominante)**

No final de semana anterior à terça de Michigan, foram feitas quatro plenárias democratas: Nebraska, Lousiana, Maine e Kansas. Sanders venceu três de quatro contendidas. Hillary teve mais uma vitória num importante estado do sul de tradição republicana, a Lousiana.

Porém, a grande surpresa que ninguém esperava foram as primárias de Michigan. Em Michigan está Detroit, a famigerada capital da indústria do automóvel e uma de suas cidades é Flint, berço abandonado da GM convertida quase em cidade fantasma com a água envenenada. As pesquisas davam como certo o triunfo de Hillary, que ganharia no pior dos casos com o mínimo de 10% de diferença dos votos. Pela importância do estado, a mídia falava que dessa maneira se enterrariam definitivamente as aspirações de Sanders. Contudo, ele ganhou: Sanders somou 51% dos votos enquanto Hillary obteve 48%. Estes pontos de vantagem no estado “estrela” da jornada de terça (8 de março) supõem um tropeço para Hillary e o re-lançamento de Sanders, que chega a seu nono triunfo na corrida pela nomeação num estado considerado chave. O temor é que isso possa se repetir em outros similares e possibilidades existem. Porque sua vitória em Michigan assinala seu contínuo crescimento e sua possível supremacia no norte e centro-norte, estados que têm um volume grande de delegados e onde será feita a maioria das prévias daqui em diante.

A revista *Jacobin* dizia sobre a relação das pesquisas com este triunfo: “Se Michigan deveria nos ensinar algo, é que a campanha das primárias deste ano é dinâmica, não estática; fluida, não fixa. (...) Em 2016, sem dúvida, muito do que parecia sólido havia se derretido no ar, rompendo a lei de ferro da classe dos grandes doadores e a capacidade de predição dos experts

em pesquisas”. E isso se deve à intervenção de fatores não previstos. O mais importante talvez seja o poder de mobilização de apoiadores da campanha que militam por Sanders e convencem a muitos eleitores com suas propostas.

Contudo, esse enorme ativismo é a expressão de um fenômeno estrutural, ou seja, social. Um site independente<sup>5</sup> traz dados interessantes da boca-de-urna da CNN em Michigan. Mais de 80% dos jovens em Michigan votaram em Sanders (isso já é uma realidade de todas as prévias, sobretudo pelo tema da defesa do ensino gratuito). Mas também houve uma expressiva vitória entre jovens adultos de 30 a 40 anos, enquanto Hillary venceu somente nos acima de 60.

Entre as mulheres, o sucesso de Hillary está ameaçado porque é onde também se vê esse movimento da sociedade. Um artigo de Rebecca Traister<sup>6</sup> mostra que a proporção de mulheres casadas caiu para menos de 50%, “uma revisão drástica em todas as classes e setores (negras e imigrantes), na vida da mulher”, diz a autora, que agrega que “essa mudança está tendo um efeito profundo em nossa política, já que a independência reafirma a necessidade de igualdade de salários como de muitos outros benefícios sociais”. “Nas últimas eleições presidenciais de 2012, as mulheres não casadas lideraram as listas de eleitores em quase todos os grupos, formando quase 40% na população afro-americana, próximo de 30% na população latina e cerca de um terço das jovens”. “Por ora, qualquer afinidade que as mulheres solteiras possam sentir com Hillary Clinton está sendo enterrada pela visão progressista de Bernie Sanders. Mulheres jovens solteiras, pelo menos as predominantemente brancas que até agora já votaram, depositaram a confiança em Sanders com números estrondosos. Em New Hampshire, de acordo com a boca de urna, ganhou de Clinton por 11 pontos dentre as mulheres e 26 pontos nas solteiras”.

---

<sup>5</sup> <http://www.usuncunt.com>

<sup>6</sup> Reproduzido pelo Juntas! em <https://juntos.org.br/2016/02/a-mulher-solteira-americana/>

Por outro lado, a votação entre negros até agora havia sido baixa para Sanders. No entanto, em Michigan, ele obteve cerca de 30% de apoio, dobrando o que tivera em outros estados. Isto significa que a campanha entre os negros (apoiada por vários líderes do *Black Lives Matter*) conseguiu quebrar a ilusão com Clinton e que o eleitorado negro do Norte, onde o legado da escravidão é menor, tenderá a votar de forma diferente.

Contudo, há ainda o voto latino na Flórida, onde ocorrerão as próximas primárias, o estado com a terceira maior concentração de latinos depois da Califórnia e do Texas. A *Folha de São Paulo* <sup>7</sup> comenta que, com base numa pesquisa, os jovens latinos são o grupo que mais rapidamente se expande no potencial eleitoral e que tende a votar por candidatos progressistas, o que já ocorreu com Obama. A atração dos jovens pela política especialmente para a educação gratuita proposta por Sanders é grande.

A pesquisa da *CNN* também mostrou que o eleitorado democrata acredita que as propostas de Sanders são viáveis, desmentindo o eixo principal de ataque de Hillary de que Sanders seria irrealista.

Para concluir esta seção, falemos um pouco, mas o necessário, sobre o voto dos trabalhadores. Indo além do aparato burocrático sindical, salvo algumas exceções que se mantêm fiéis ao establishment democrata, sindicatos de base têm ampliado seu apoio a Sanders e sua política de salário mínimo de 15 dólares/hora – que foi conquistado em Seattle graças à campanha da vereadora Kshama Sawant, do *Socialist Alternative* (partido vinculado ao CIO/CWI), e se estendeu a vários estados – fará estragos entre os trabalhadores mais dinâmicos.

## **As aspirações de mudança não são novas, mas agora possuem mais força**

---

<sup>7</sup> <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/03/1749371-nova-geracao-de-latinos-muda-perfil-politico-da-florida.shtml?mobile>

O “Yes we can” (Sim, nós podemos) do candidato negro Obama, que derrotou Hillary nas primárias de 9 anos atrás, já em alguma medida expressava a necessidade de mudança e gerou imensas expectativas que se viram em sua grande maioria totalmente frustradas.

A novidade é que agora Sanders, depois de oito anos de governos de Obama, aparece com diferenças qualitativas. Sanders tem um programa de ruptura com o histórico e perdurável regime do establishment americano com reivindicações anticapitalistas que logo desenvolveremos. Sanders é socialista, mesmo que diga que seu modelo é o escandinavo. E por isso é um processo mais profundo que atrai, como apontamos, numerosos setores.

Tampouco é uma casualidade que isso ocorra agora no país do norte. Tem a ver com o fato de que o povo não está sofrendo a angústia da crise no nível que se vive agora no Brasil ou em muitos outros países. As crises são as parceiras das revoltas e das revoluções. Mas também sucede que quando há certa melhora na economia (e, ainda que seja muito parcial nos EUA, ela existe), o povo se sente com mais força e energia para reivindicar direitos, enfrentar os patrões, tem mais tempo para pensar em por que não melhorar suas necessidades sociais (assim também se passou no Brasil de 2013 ou mesmo na Turquia meses depois quando os emergentes estavam em ascenso).

### **Sanders é social-democrata?**

Setores de esquerda criticam Sanders seja pelo seu passado, por algumas votações pró-Israel, seja em definitivo porque não tem um programa marxista definido, ficando “na metade do caminho”, como aponta um importante grupo trotskista americano. Para nós, o programa de Sanders é muito bom e baixa à terra das necessidades concretas que têm as massas empobrecidas americanas para mobilizar e avançar sua consciência. Opinamos que é anticapitalista, e muito mais profundo que defender o modelo

escandinavo de bem-estar social ou o que foi Roosevelt na grande depressão.

Em poucas palavras, seu programa responde a problemas centrais:

- O salário mínimo de US\$ 15 (Hillary agora fala em US\$ 12) e a liberdade de sindicalização para os trabalhadores. Esta consigna significa uma recuperação qualitativa dos salários frente à precarização levada adiante desde o reaganismo e que continuou Clinton, o que significa enfrentar toda a grande patronal;

- Um sistema de saúde pública para todos, o que significa terminar com o grande negócio da saúde em mãos das grandes corporações dos monopólios privados e dos grandes laboratórios também;

- Os direitos das minorias e a enfática defesa dos imigrantes que está fazendo ao enfrentar os candidatos neofascistas (Trump e Cruz) do Partido Republicano;

- O enfrentamento a *Wall Street* e ao capital financeiro. A aplicação da lei dos monopólios contra as corporações e os bancos. O que significa um ataque direto às maiores corporações do mundo, como já dissemos donas da metade do capital financeiro mundial;

- Os impostos aos ricos, a grande polêmica que atravessa o país do norte. Embora Obama tenha subido tibiamente os impostos aos ricos, Sanders pretende fazê-lo de maneira drástica; e

- A revolução política, ou seja, a mobilização e a organização dos trabalhadores e do povo para alcançar esses objetivos, já que Sanders sabe bem que se governasse teria todo o parlamento contra ele. Boa lição de como proceder que Lula deveria ter aprendido no Brasil.

É verdade que Sanders tem um ponto crítico discutível em sua política concreta. Está lutando braçada a braçada para ganhar de Hillary, mas diz que em última instância votará nela. Esta é uma discussão que não pode ser adiantada agora quando é o momento da disputa. Uma pesquisa de [www.usuncut.com](http://www.usuncut.com)

diz que 33% dos apoiadores não votariam em Hillary se Sanders perdesse. No entanto, isso será seguramente bem pensado pelos eleitores de Sanders. Porque o mais provável é que a disjuntiva seja entre a burguesia do clã Clinton ou os neofascistas de Trump ou Cruz, tema a que logo nos referiremos.

## O socialismo no ar

De todos os novos processos que ocorreram no mundo neste último período, Syriza, Podemos ou Corbyn, talvez o de Sanders seja o mais profundo programaticamente, o mais anti-capitalista de todos eles, com a diferença de que atrás dele não há um partido. Trata-se de um movimento que pode avançar e se organizar ou pode terminar retrocedendo.

Os editores de *Jacobin*, Bhaskar Sunkara, e o do *Socialist Workers*, Alan Maass, fizeram um debate sobre o que significava Sanders e o título era “O socialismo no ar”<sup>8</sup>. Mais do que entrar em seu debate, queremos resgatar uma ideia que circulou no mesmo e que é apaixonante. No país mais poderoso do capitalismo, a ideia do socialismo está no ar. Assim diz a introdução do periódico citado, assinalando que é notável que essa seja a palavra mais buscada na web e que é também notável que as pesquisas de opinião mostrem uma mudança ainda maior, sobretudo entre os jovens, que se dizem mais favoráveis ao socialismo que ao capitalismo.

A campanha de Bernie Sanders fez mais do que qualquer outro fenômeno mundial (depois de Chávez na Venezuela) para colocar o socialismo no debate. Não é pouca coisa, já que é o país que construiu seu chamado “sonho americano” e seu intervencionismo militar sob o emblema de seu modelo de democracia e liberdade para todo o mundo frente ao bloco soviético e ao stalinismo. E esta ideia está caindo ou já caiu.

---

<sup>8</sup> <http://socialistworker.org/2016/03/08/can-america-go-socialist>

Também é assim porque grande parte dos fenômenos mundiais (inclusive Sanders) se explicam pela falta de um modelo de um socialismo anticapitalista e revolucionário frente à crise capitalista. No entanto, que seja nos EUA onde está ocorrendo o que mencionam os editores Bhaskar e Alan é um sintoma, uma luz indicando que, diante da gravíssima crise capitalista, vislumbra-se a ideia do socialismo, que obviamente é a de um novo socialismo.

### **A hecatombe do regime e o novo perigo neofascista**

A outra cara desse processo é o incrível crescimento de Donald Trump, um *outsider* que concorre no Partido Republicano, um grande empresário que toma por sua conta os custos de sua campanha. Parece um personagem folclórico na televisão, contudo está ganhando os debates e, mais importante, está ganhando um setor da sociedade. Donald Trump diz que é preciso expulsar os imigrantes latinos, construir um muro de cimento na fronteira com o México e também terminar com os muçulmanos, impedindo a entrada ao país de quem tenha essa origem. É um xenófobo, um neofascista que, à diferença do fascismo do pré-guerra, tem como alvo não os trabalhadores e suas organizações, mas os imigrantes e os muçulmanos. Donald Trump tem calado com força num setor da população que também vive a crise do capitalismo. Trata-se da classe média que perde seu *status* e setores da velha aristocracia operária americana.

O problema do establishment é que o rival que poderia substituí-lo é Ted Cruz, membro do *Tea Party*, ou seja, a ultradireita republicana que nasceu no começo da crise, frente à política mais liberal de Obama. Como Trump, propõe a expulsão dos imigrantes e um programa burguês mais coerente, não taxar os ricos e uma política internacional ultradireitista, rompendo o pacto com o Irã e atuando sobre a Síria.

Nenhum destes dois candidatos conta por ora com o

apoio da grande burguesia. Nesse sentido, também é diferente do fascismo alemão que triunfou quando a alta classe dominante passou para seu lado. Por isso, tentarão manobrar para que não sejam escolhidos, mas o que resta para a classe dominante pode ser Hillary, que tem um programa bastante diferente ao dos republicanos e que tem sido empurrada a posições mais à esquerda pela pressão que faz Sanders.

Essa situação indica o grau de polarização da sociedade americana. Historicamente e até há pouco, com algumas interrupções, o regime americano democrático-burguês funcionava com estabilidade, baseado num bipartidarismo que no fundo era “um só corpo com duas cabeças”. Ele está prestes a explodir ou já explodiu, como consequência da crise desta fase do capitalismo que converte os políticos nos agentes diretos do grande capital que domina o estado.

Há na Europa e agora nos EUA uma crise do bipartidarismo, que é uma crise de representação política profunda de desencenação das massas nesses políticos. E é precisamente por isso que aparecem os novos fenômenos à direita e à esquerda.

## **Falemos do futuro**

É possível um triunfo de Sanders dentro do Partido Democrata? A diferença abismal entre os delegados que têm Hillary e Bernie é consequência de que na soma aparecem também os superdelegados eleitos a dedo, dos quais Clinton conta com mais de 700 enquanto Sanders possui só 26. Sanders vai seguir a batalha mas, por este motivo, muito dificilmente conseguirá ganhar.

Todavia, isso não aparecerá como uma derrota para todo o ativismo militante que se nucleou ao redor de Sanders nem para os setores do povo que votaram nele. A grande incógnita é se Sanders e os setores que se organizaram ao seu redor depois das eleições dão o passo para formar um novo partido ou movimento independente. Nisso é necessário apostar e os melhores

colocados para pressionar Sanders ou levá-lo adiante serão aqueles que se envolveram na campanha de Sanders, apesar de que seja possível assinalar as limitações que apresenta.

Isso não é novidade nem nos EUA nem em nenhum outro país, como o que ocorre na Inglaterra, Espanha ou Portugal, onde surgem novos partidos e processos. Com suas desigualdades, expressam o rechaço ao neoliberalismo e a sua contrarrevolução econômica permanente, que segue sendo o eixo de sua política mundial. Não ver estes processos é estar em outro mundo, no do programa puro, sem ver a profunda contradição existente entre a crise do capitalismo (a descrença das massas no mesmo e em seus regimes) e a falta de uma alternativa revolucionária que seja um polo para as massas. É por essas razões que não há uma Revolução de Outubro à espera na esquina e é também por isso que devemos estar atentos para não perder de vista nossos objetivos estratégicos.

Mas, voltando ao que ocorrerá nos EUA, não pode haver dúvidas de que a luta de classes vai se acelerar também no grande país do Norte. As eleições são um momento importante que é preciso aproveitar (especialmente agora nos EUA), mas o que será fundamental e também será nossa aposta é que a luta de classes se acelerará e se agudizará. A história do povo americano e de seus trabalhadores é de alta combatividade e inclusive de muita violência. Se se volta a pensar no socialismo por que também não será retomada essa grande tradição de luta? As perspectivas são boas e a entrada dos EUA significa um peso de qualidade na luta de classes mundial no sentido profundo como a entendemos os marxistas internacionalistas.

# Globalização capitalista, imperialismos, caos geopolítico e suas implicações

Pierre Rousset <sup>1</sup>

As burguesias britânicas e estadunidenses (sob os mandatos de Reagan e Thatcher) foram as primeiras a impor as políticas antissociais neoliberais. Em seguida, há um quarto de século, a implosão da União Soviética fez possível a globalização destas políticas em sua completa dimensão. Isso não se traduz numa forma estável de dominação internacional, mas sim em uma situação cronicamente caótica. Alguns imperialismos tradicionais continuaram seu declive, enquanto novos poderes capitalistas se consolidaram por si mesmos, aumentando suas rivalidades geopolíticas. Em muitos países e regiões, a violência universal dos ditames neoliberais deu lugar à decomposição do tecido social, às crises agudas de regime, e evidentemente aos levantes populares, mas também ao perigoso desenvolvimento contrarrevolucionário. A expansão do capitalismo na China e na Rússia deu um impulso adicional à crise ecológica global – em particular ao aquecimento global – pelo qual na atualidade muitos povos estão pagando um alto preço.

No passado, fizemos algumas tentativas de avaliar as implicações políticas da globalização capitalista. Em retrospectiva e vendo a aceleração das agitações geopolíticas, é, entretanto, necessário voltar ao tema. Além de oferecer primeiros elementos de análise e resposta às perguntas que hoje nos são colocadas, as “teses” que seguem não pretendem ser exaustivas ou apresentar conclusões finais. O objetivo principal é iniciar um processo internacional de reflexão coletiva. Com frequência, estes se baseiam em análises já compartilhadas, embora acabem por impulsionar ainda mais a discussão das implicações destas

---

<sup>1</sup> Dirigente da IV Internacional. Texto, ainda em discussão, apresentado para debate na seção do Comitê Internacional da IV Internacional reunido em março de 2016 e produzido com o aporte dos debates do Bureau e do Secretariado Internacional.

análises. Com este fim, arriscamos simplificar demasiadamente as realidades complexas, que “filtram” as evoluções atuais, as quais costumam ser incompletas; pretendemos revelar o que parece novo.

## I. Uma nova galáxia imperialista

Uma primeira observação. A situação de hoje é bastante diferente daquela que prevalecia no início do século XX ou durante as décadas compreendidas de 1950 a 1980. De particular interesse:

- Uma mudança profunda e uma diversificação da situação dos imperialismos tradicionais: os Estados Unidos “superpotência”; o fracasso da constituição de um imperialismo europeu integrado; “redução” do imperialismo francês e britânico; imperialismos militares “sem dentes” (Alemanha sobretudo, mas também Espanha em relação à América Latina); subordinação do imperialismo japonês; crise e desintegração social em alguns países ocidentais (Grécia) pertencentes historicamente à esfera imperialista...

- A “tendência do mundo”, o “coração” da produção mundial de mercadorias se encontra agora na Ásia e não no Ocidente. As noções clássicas de “centro” e “periferia” são, portanto, obsoletas.

- A afirmação dos novos proto-imperialismos, começando com a China, a qual está emergindo agora como o segundo poder mundial, mas sem ignorar o caso particular da Rússia.

- Um desenvolvimento desigual para cada imperialismo, forte em algumas áreas, mas débil em outras. A hierarquia dos Estados imperialistas é em consequência mais complexa de estabelecer do que foi no passado. Os Estados Unidos obviamente se mantêm em primeiro lugar, e são os únicos que podem declarar ser o mais poderoso em quase todas as áreas, embora registrem uma diminuição relativa em termos econômicos, uma redução do

orçamento militar e ressintam-se dos limites de seu poder global.

A caracterização de novas potências não é a única pergunta que nos é apresentada. Precisamos também melhores reavaliações da mudança de *status* dos imperialismos tradicionais e da ordem imperialista em sua totalidade.

## II. Instabilidade geopolítica crônica

Segunda observação: a globalização capitalista não deu à luz o estabelecimento de uma “nova ordem” internacional, mas exatamente o contrário.

- A concorrência inter-imperialista reviveu e é um tanto mais universal em relação à maioria das regiões do mundo (com exceção da América Latina, em grande medida?). O tempo dos “quintais”, zonas praticamente exclusivas de influência, terminou. China está exigindo entrar nas grandes ligas. O governo japonês está tratando de reduzir sua dependência militar dos EUA para se liberar das cláusulas pacifistas da Constituição japonesa. A fronteira entre a UE e a Rússia se converteu de novo numa zona de conflito.

- O velho (Brasil...) ou o renovado (pós-apartheid da África do Sul...) “sub-imperialismos”, entre os que alguns postulam seguir a “via chinesa” (Índia), podem tomar vantagem da nitidez das rivalidades entre poderes a fim de participar de maneira mais agressiva na concorrência do mercado mundial.

- As alianças geopolíticas que no passado se “fixaram” pelo conflito Leste-Oeste, por um lado, e o conflito sino-soviético no outro (o que explica, por exemplo, no sul da Ásia, o eixo da Índia e Rússia frente aos EUA, Paquistão e China no outro) que voltou a ser mais fluido e incerto. Regimes latino-americanos tentaram afrouxar as rédeas impostas por Washington.

- A erupção das revoluções árabes; depois, a brutalidade da contrarrevolução em vários países desta região, contribuíram para a criação de uma situação sem controle numa ampla zona

que se estende desde o Oriente Médio até o Sahel (e mais além). Depois da implosão da URSS, num primeiro momento a burguesia e os Estados imperialistas (tradicionalistas) tiveram uma atitude muito conquistadora: a penetração dos mercados do Oriente, as intervenções no Afeganistão (2001) e o Iraque (2003)... Logo se estancaram militarmente e houve a crise financeira. A emergência de novas potências, as revoluções árabes... tudo isso leva a uma perda da iniciativa e do controle geopolítico: Washington hoje atua mais por reação às emergências que pela intenção de impor a sua ordem.

Uma das perguntas que nos é apresentada devido à evolução da situação internacional é o enlace entre o ponto de inflexão depois de 1989 (do imperialismo conquistador) e o que se concretizou em meados da década de 2000 (da instabilidade geopolítica).

### III. Globalização e crise de governabilidade

As burguesias imperialistas buscavam levar vantagem do colapso do bloco soviético e da abertura da China ao capitalismo para criar mercados globais com regras uniformes, que lhes permitissem reproduzir seu capital à vontade. As consequências da globalização capitalista só podiam ser muito profundas – multiplicadas por outro lado pela evolução que, em sua euforia, estas burguesias imperialistas não tinham querido prever.

Este projeto consistiu no fato de:

- Privar as instituições eleitas (parlamentos, governos...) do poder de tomar decisões estratégicas e que incorporaram em sua legislação medidas que se decidiram em outra parte: na OMC, os tratados internacionais de livre-comércio, etc. Para tanto, foi um golpe na democracia burguesa clássica – que se transcreve no plano ideológico pela referência à “governabilidade” no lugar da democracia.

- Fazer ilegal, em nome do direito predominante da

“concorrência” e dos “métodos adequados” da dominação burguesa, o que flui da história específica dos países e regiões (o compromisso histórico do tipo europeu, o tipo de populismo latino-americano, o dirigismo estatal de tipo asiático, e muitos tipos de clientelismo redistributivo...). De fato ilegalizar todas estas formas surgidas das relações moduladas com o mercado mundial, e para tanto derrubar as barreiras para a livre acumulação do capital imperialista.

- Transtornos geopolíticos radicais, impulsionados por uma mobilidade sem precedentes do capital imperialista, a financeirização, a crescente internacionalização das linhas de produção, em particular, o “recentramento” da produção na Ásia e o debilitamento da Europa. Estas comoções mundiais vão acompanhadas de novas diferenciações dentro dos grupos regionais, em particular dentro da União Europeia.

- Um nível sem precedentes de financeirização, o desenvolvimento de capital fictício o qual é inerente ao capitalismo moderno e que em anos recentes tomou proporções consideráveis. Está dando lugar a um maior grau de distanciamento do capital fictício dos processos produtivos, enquanto que a relação entre prestatário inicial e prestamista inicial se distende. A financeirização sustentou o crescimento capitalista, mas seu desenvolvimento excessivo acentua as contradições deste crescimento.

- Uma interminável espiral de destruição de direitos sociais. As burguesias imperialistas realmente tomaram a medida da debilidade e a crise do movimento operário no chamado “centro”. Em nome da “competitividade” no mercado mundial estão aproveitando a oportunidade para levar a cabo uma ofensiva em curso sistemático para destruir os direitos coletivos que foram conquistados, em particular durante o período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial. Estes princípios não pretendem impor um novo “contrato social” que seja mais favorável a eles, senão que querem acabar com este tipo de acordos para ter em suas mãos todos os setores potencialmente rentáveis, os quais lhes

haviam escapado como os que pertencem aos serviços públicos: a saúde, a educação, os sistemas de pensões, o transporte, etc.

- Uma modificação entre o papel atribuído aos Estados e à relação entre o capital imperialista e o território. Com algumas poucas exceções os governos já não são mais co-pilotos de projetos industriais em grande escala ou do desenvolvimento de infra-estrutura social (educação, saúde). Embora sigam apoiando em todo o mundo “suas” empresas transnacionais, ao final (dado seu poder e internacionalização) não se sentem dependentes de seu país de origem como fizeram no passado: a relação é mais “assimétrica” que nunca... O papel do Estado, sempre essencial, está se contraindo: contribuir para o estabelecimento de normas para universalizar a mobilidade do capital, a abertura de todo o setor público aos apetites do capital, o que contribui para a destruição dos direitos sociais e para manter sua população marginalizada.

- Assim então estamos tratando com dois sistemas hierárquicos que estão estruturando as relações de dominação do mundo: a hierarquia dos Estados imperialistas já complexa em si; como já vimos (ponto 1) e as hierarquias dos grandes fluxos de capital que abarcam o planeta em forma de redes. Estes dois sistemas já não se superpõem, apesar de que os Estados estejam a serviço dos segundos.

A globalização capitalista representa uma nova forma mundial de dominação de classe, inacabada e estruturalmente instável. Isso conduz na realidade a abrir as crises de legitimidade e de ingovernabilidade em muitos países e regiões inteiras; a levá-los a um estado de crise permanente. Os supostos centros de regulação à escala mundial (a OMC, o Conselho de Segurança da ONU...) não são capazes de cumprir sua função com eficácia.

Uma classe não governa de forma permanente através de uma sociedade sem mediações e compromissos sociais, sem fontes de legitimidade, ainda que sua origem seja muito antiga, democrática, social, revolucionária... As burguesias imperialistas estão liquidando séculos de “know-how” neste campo, em nome

da liberdade de circulação de capitais, enquanto a agressividade das políticas neoliberais está destruindo o tecido social num número crescente de países. O fato de que num país ocidental como a Grécia, grande parte da população se encontre privada de acesso à atenção e serviços de saúde, diz muito acerca da linha intransigente da burguesia europeia.

No momento em que havia impérios, era necessário assegurar a estabilidade das possessões coloniais, assim como (ainda que em menor medida) a das esferas de influência durante a Guerra Fria. Digamos que hoje em dia, devido à mobilidade e à financeirização, que depende da hora e do lugar, regiões inteiras podem entrar em crise crônica sob os golpes da globalização. A implementação dos ditames neoliberais por regimes ditatoriais provocou levantes populares no mundo árabe, iniciando crises de regime e réplicas contrarrevolucionárias violentas, o que leva a uma instabilidade aguda.

A particularidade do capitalismo globalizado é que parece acomodar-se às crises como uma situação permanente: a crise converte-se no funcionamento normal do novo sistema global de dominação. Se isso é realmente o caso, devemos mudar profundamente nossa visão das “crises” como um momento especial entre longos períodos de “normalidade” – e não haver terminado a medição e portanto o sofrimento das consequências disso.

#### **IV. Os novos proto-imperialismos**

As burguesias imperialistas tradicionais pensaram que depois de 1992 iriam entrar no mercado dos antigos países chamados “socialistas” até o ponto de subordiná-los de forma natural – inclusive chegaram a se perguntar se a OTAN ainda tinha uma função em relação com a Rússia. Esta hipótese não era absurda, como se tem demonstrado pela situação chinesa no princípio da década de 2000 e pelas condições com que aderiu à OMC (muito favoráveis ao capital internacional). Mas as coisas ocorreram de

maneira diferente – e isso não parece haver sido inicialmente levado a sério pelos poderes estabelecidos.

Na China, uma nova burguesia se constituiu de dentro do país e do regime, principalmente através do “aburguesamento” da burocracia, que se transformou numa classe proprietária por mecanismos que agora nos são familiares. Para tanto, se reconstruiu de maneira independente (o legado da revolução maoísta) e não como uma burguesia que era desde o princípio subordinada organicamente ao imperialismo. Portanto, a China se transformou numa potência capitalista e, ademais, num membro-permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas com direito a veto (o mesmo ocorre com a Rússia).

Podemos chamar a China de um novo imperialismo? É evidente que é necessário definir o que entendemos por este termo no contexto mundial atual. Mas desde que a China se tornou a segunda potência mundial, parece cada vez mais difícil negar esse status, independentemente do que pode ser a fragilidade do atual regime e de sua economia. Para muitos membros da oposição de esquerda ao regime russo, o mesmo pode se dizer da Rússia, ainda que siga sendo economicamente dependente das exportações de bens primários (das quais os produtos do petróleo representam dois terços). Pode-se neste último caso falar de “imperialismo débil”?

Os BRICS trataram de atuar conjuntamente no âmbito do mercado mundial, sem muito êxito. Os países que conformam este frágil “bloco” não jogam todos na mesma liga. Brasil, Índia e África do Sul, provavelmente poderiam ser descritos como sub-imperialismos – uma ideia que remonta à década de 1970 – e gendarmes regionais, mas com uma diferença significativa em relação com o passado: se beneficiam de uma muito maior liberdade de exportar capitais (ver o “grande jogo” que se abriu na África, com a concorrência entre os Estados Unidos, Canadá, Grã-Bretanha, França, Índia, Brasil, África do Sul, China, Catar, Turquia...).

Duas conclusões:

- A concorrência entre poderes capitalistas está ressurgindo, em especial com a afirmação da China como tal, mas também com a Rússia na Europa do Leste. Estes são realmente os conflitos entre as potências capitalistas, portanto qualitativamente diferentes aos do período anterior.

- De maneira mais geral, em relação à livre circulação de capitais, as burguesias (inclusive as subordinadas) e as empresas transnacionais do “Sul” podem utilizar as normas concebidas a partir de 1991 pelas burguesias imperialistas tradicionais, sobretudo em termos de investimento, fazendo a concorrência no mercado global mais complexa que no passado. No que se refere ao fluxo de mercadorias, o ajuste generalizado dos trabalhadores em concorrência uns com os outros certamente permanece em grande parte impulsionado pelas empresas dos centros imperialistas tradicionais, e são elas e não as empresas dos países produtores as que controlam o acesso aos mercados de consumo dos países desenvolvidos. Hoje, no entanto, isso é menos certo para a China e de fato para a Índia ou Brasil.

## **V. Novas forças de direita, novos fascismos**

Uma das primeiras consequências do poder desestabilizador fenomenal da globalização capitalista é igualmente o espetacular auge das novas forças de extrema-direita e novos fascismos com uma base (potencial) de massas. Alguns tomam formas relativamente tradicionais como a Aurora Dourada na Grécia, ou fazem ninho em novas correntes xenófobas e desdobramentos identitários. Outros emergem em forma de fundamentalismo religioso, e este é o caso em todas as “grandes” religiões (cristãs, budistas, hindus, muçulmanos...) ou de fundamentalismo “nacional-religioso” (o sionista à direita). Estas correntes representam hoje uma ameaça considerável em países como a Índia, Sri Lanka e Israel, e têm sido capazes de influir na política de governos tão importantes como o dos Estados Unidos (com Bush). Assim que

o mundo muçulmano não tem o monopólio neste âmbito. Porém, tem-se levado aí uma dimensão internacional em particular, com os movimentos “transfronteiriços”, como o Estado Islâmico ou os talibãs (ver a situação no Paquistão), e suas redes de conexão mais ou menos formais desde o Marrocos até a Indonésia e de fato o sul das Filipinas.

Em geral, temos que analisar mais a fundo os novos movimentos de extrema-direita, sejam ainda religiosos ou não: não são meras réplicas do passado, mas expressões da atualidade. Isso é particularmente certo para as correntes fundamentalistas religiosas. É importante definir politicamente a fim de compreender o papel que desempenham (recordar que não faz muito tempo, uma parte significativa da esquerda radical internacional enxergava neles uma expressão progressista anti-imperialista (objetiva), ainda que ideologicamente reacionária). Esta análise é também necessária para combater interpretações “essencialistas” do “choque de civilizações”.

Estes movimentos, sendo correntes de extrema direita e contrarrevolucionários, contribuíram para levar a seu fim a dinâmica das revoluções populares que nascem da “primavera árabe”. Eles não têm o monopólio da violência extrema (veja-se o regime Assad), nem da “barbárie” (a ordem imperialista é “bárbara”). No entanto exercem sobre a sociedade um controle e um terror que vem “a partir de baixo”, que em muitos casos recorda os fascismos do período de entre-guerras, antes que chegassem ao poder.

Como todos os termos políticos, o fascismo é amiúde usado em excesso ou interpretado de várias maneiras. Porém, nossas próprias organizações estão discutindo esta questão – como os movimentos nacionalistas e fundamentalistas de extrema-direita estão evoluindo, quais deles se podem definir como fascistas ou não – por exemplo, em países como Paquistão e a Índia.

Sejam quais forem os adjetivos mais apropriados para descrever os novos movimentos de extrema-direita, seu crescente poder coloca à nossa geração de ativistas problemas políticos os

quais nós não havíamos enfrentado no período anterior – a de grande escala de resistência “antifascista”. Temos que trabalhar nisso e para fazê-lo temos que por em comum as análises e as experiências nacionais e regionais.

De modo mais geral, a renovação da direita radical fortalece um empuxe reacionário mais perigoso que tem como objetivo por em tela de juízo, em particular os direitos fundamentais das mulheres e da comunidade LGBT, amiúde apoiando-se nas igrejas institucionais em matéria de aborto (na Espanha, onde um projeto de lei reacionário que propunha abolir o direito ao aborto foi derrotado), o direito de família (advogando por um retorno a uma visão muito conservadora do papel da mulher) e inclusive o desencadear de uma verdadeira caça às bruxas contra os homossexuais (Irã, os países africanos onde as correntes evangélicas são poderosa). A reação está portanto atacando frontalmente o direito à livre determinação das mulheres e dos indivíduos (o reconhecimento da diversidade de orientação sexual), direitos que foram ganhos depois de lutas prolongadas.

Este ascenso da direita reacionária é alentado pela ideologia da segurança nacional defendida hoje pelos governos burgueses em nome da luta contra o terrorismo e a imigração “ilegal”. Em troca, estes governos utilizam os temores gerados desta forma para fortalecer o estado de lei e ordem, para estabelecer regimes onde a polícia tenha cada vez mais poder e para obter medidas autoritárias aceitas: populações inteiras são agora tratadas como “suspeitas” e sujeitas à vigilância.

## **VI. Regimes autoritários, demanda de democracia e solidariedade**

A globalização capitalista provocou as crises das chamadas “democracias institucionais” e do parlamentarismo burguês (onde existem). Ante essa perda de legitimidade, a tendência dominante é para o estabelecimento – súbito ou insidioso – dos

regimes autoritários não sujeitos à soberania popular. O direito a eleger simplesmente é negado aos povos em nome dos tratados e regulamentos aprovados por seus governos.

O imperativo democrático – “Democracia real já!” – adquire assim uma dimensão subversiva que é mais imediata do que amiúde era no passado, pelo qual é possível lhe dar uma alternativa, o conteúdo popular. Do mesmo modo, a universalidade das políticas neoliberais e a mercantilização do acompanhamento dos “bens comuns” fazem possível a convergência das formas de resistência social, como se vê no movimento pela justiça global. As consequências da mudança climática, que já estão se sentindo, também oferecem um novo campo de convergências potencialmente anticapitalistas.

Contudo, os efeitos duradouros das derrotas do movimento operário e da hegemonia ideológica neoliberal, a perda de credibilidade da alternativa socialista, contestam estas tendências positivas. É difícil situar em uma perspectiva mais a longo prazo o êxito, às vezes considerável, dos movimentos de protesto (ocupação das praças públicas, a desobediência civil). A agudez da opressão pode, neste contexto, fortalecer a resistência baseada na identidade “atomizada”, onde uma comunidade oprimida permanece indiferente à sorte reservada a outras pessoas oprimidas (como o caso do “homo-nacionalismo”). O caráter religioso tomado por muitos conflitos também contribui para a divisão dos explorados e oprimidos.

A ordem neoliberal só pode se impor se tiver êxito na destruição das velhas solidariedades e em sufocar a aparição de novas solidariedades. Tão necessário como isso seja, não podemos considerar que a solidariedade vai se desenvolver “naturalmente” em resposta à crise, nem o internacionalismo ante o capital globalizado. Um esforço concertado e sistemático deve ser feito neste campo.

## VII. Internacionalismo contra “Campismo” ou “Estar do seu lado”

No passado, sem sequer nós mesmos nos alinharmos com a diplomacia de Pequim, defendemos a República Popular (e a dinâmica da revolução) contra a aliança imperialista Japão - Estados Unidos. Ficamos, neste sentido, “em seu campo” (do seu lado). Nos opusemos à OTAN independentemente do que pensássemos do regime stalinista. Não estávamos entretanto “em seu campo” porque isso não limitava nossa luta contra a burocracia stalinista. Estávamos simplesmente atuando num mundo onde não havia articulação das linhas de conflito: revoluções/contrarrevoluções, blocos sino-soviéticos, leste/oeste. Este já não é o caso hoje em dia.

A lógica “campista” sempre levou ao abandono das vítimas (que por casualidade se encontram no lado equivocado) em nome da luta contra o “inimigo principal”. Isso é ainda mais certo hoje que no passado, já que conduz a se alinhar no campo de um poder capitalista (Rússia, China) – ou no campo ocidental quando Moscou e Pequim são vistos como a principal ameaça. Desta maneira se fomenta o nacionalismo agressivo e as fronteiras herdadas da era de “blocos” são santificadas, enquanto são precisamente o que devemos apagar.

O campismo também pode conduzir a ajudar na Síria o regime assassino de Assad – ou a coalizão sob a hegemonias estadunidense, incluindo, em particular a Arábia Saudita. Outras correntes se contentam em condenar a intervenção imperialista no Iraque e Síria (o que é preciso fazer, sem dúvida), mas sem dizer o que o Estado Islâmico vem fazendo e pedindo resistência para ele.

Este tipo de situação torna impossível colocar claramente toda a gama de tarefas de solidariedade. Para rememorar a responsabilidade histórica do imperialismo, desde a intervenção em 2003, os objetivos não declarados da presente intervenção, para

denunciar o próprio imperialismo, não é suficiente. É necessário pensar nas tarefas concretas de solidariedade do ponto de vista das necessidades (motivos humanitários, políticos e materiais) das populações que são vítimas e dos movimentos em luta. O que não se pode fazer sem atacar o regime de Assad e os movimentos fundamentalistas contrarrevolucionários.

### **VIII. Expansão capitalista e crise climática**

A reintegração do “bloco” sino-soviético ao mercado mundial deu lugar a uma enorme expansão da zona geográfica na qual o capital domina, que é a base para o otimismo das burguesias imperialistas. Também é a base para uma aceleração dramática da crise ecológica mundial, em vários terrenos. Chegamos a um ponto em que o aumento das emissões de gases de Efeito Estufa deve começar sem mais demora nos principais países emissores do Sul e não só do Norte.

Neste contexto, a solução da “dívida ecológica” ao Sul não deve favorecer o desenvolvimento capitalista mundial e beneficiar as empresas transnacionais japonesas-ocidentais implantadas no Sul ou as corporações transnacionais do Sul (como a agroindústria brasileira, etc), que só geraria cada vez mais crises sociais e ambientais.

É verdade que sempre existe a necessidade de solidariedade “Norte-Sul”, por exemplo, na defesa das vítimas do caos climático. No entanto, mais do que nunca, é uma luta comum “antissistema” a que está na agenda das relações “Norte-Sul” desde o ponto de vista das classes trabalhadoras: ou seja, uma luta comum para uma alternativa anticapitalista, outra concepção do desenvolvimento no “Norte” como no “Sul” (as aspas estão aí para lembrarmos que a heterogeneidade do “Norte” e “Sul” é tal que estes conceitos podem ser enganosos).

O ponto de partida é a luta sócio-ambiental para “mudar o sistema, não o clima”; sua base se compõe dos movimentos

sociais e não só de coalizões específicas sobre o clima. Portanto, devemos trabalhar na articulação entre os dois. Se não fazemos “virar ecológica” a luta social (seguindo o exemplo que já se pode fazer nas lutas camponesas e urbanas), a expansão numérica de mobilizações sobre “o clima” permanecerá sobre a superfície das coisas.

Já estão se sentindo os efeitos do caos climático e a organização das vítimas, sua defesa e ajuda com sua auto-organização, também são parte da base da luta ecológica.

As consequências dos sistemas de energia baseados em combustíveis fósseis são agora bastante claras. Com o resultado do aumento da temperatura à escala global, as calotas de gelo estão diminuindo e os níveis oceânicos aumentando, as zonas desérticas se expandem, a água está ficando mais escassa, a agricultura se vê ameaçada e os eventos climáticos extremos estão se tornando cada vez mais frequentes. Os efeitos do supertufão *Haiyan* nas Filipinas ultrapassaram a escala de alerta que se tinha previsto para o mesmo. O futuro agora no presente se tornou realidade. Isto tem provocado consequências desestabilizadoras que se estenderam para além das regiões que foram as diretamente afetadas e tem dado lugar a uma série de tensões (como o problema dos refugiados de Bangladesh e o conflito com a Índia pela questão dos migrantes).

Os cientistas estão de acordo que um aumento de 2 graus centígrados comparado com os níveis pré-industriais desataria consequências climáticas que uma vez começadas seriam impossíveis de serem detidas. Com isso em mente, existe uma série de problemas importantes que ficam sem resolução.

O derretimento das calotas polares e das geleiras ameaçam um aumento catastrófico nos níveis oceânicos. Inclusive, se a temperatura a nível planetário se estabilizasse em 2 graus centígrados, o aumento nos níveis marítimos para o final do século se encontraria entre 0,6 e 2,2 metros. Se o referido incremento excedesse os 2 graus, estas cifras no aumento dos níveis seriam muito

mais altas. Ao redor do planeta as cidades costeiras, assim como as comunidades insulares, e os países e regiões que se encontram em regiões baixas se encontrariam sob esta ameaça. Mais de 50% de Bangladesh se veriam diretamente ameaçados pelo aumento dos níveis marítimos.

Na atualidade, uma dimensão completamente nova se agrega a esta ameaça. A desestabilização de uma vasta região das geleiras da Antártida Ocidental e o derretimento destas poderiam aumentar o nível oceânico em até 7 metros.

Com o aumento da temperatura terrestre podemos esperar um impacto devastador nas reservas de água doce, assim como um aumento das secas e das ondas de calor. As geleiras estão diminuindo a um nível sem precedentes e os mantos aquíferos estão secando. Os rios estão perdendo sua capacidade. Mais de 50% da água doce do planeta provém daquilo que escorre das montanhas e da neve que se derrete. As guerras por recursos hidráulicos tornar-se-iam mais frequentes.

Há também o problema de como alimentar a crescente população mundial do planeta, sem aumentar a agricultura industrial e o cada vez maior uso de pesticidas e herbicidas nos alimentos geneticamente modificados que destroem a biosfera. No hemisfério sul a questão chave é a soberania alimentar. Isso daria às pessoas os direitos e os meios para definir seus próprios sistemas alimentares. Seria dar o controle aos que produzem, distribuem e consomem alimentos em vez das corporações e das instituições do mercado que dominam o sistema alimentar mundial. Isso significaria o fim da apropriação de terras e iria requerer uma ampla redistribuição da terra para colocá-la em mãos daqueles que produzem os alimentos.

É possível que o aspecto mais daninho da crise ambiental seja o impacto que está tendo sobre a biodiversidade. A “sexta extinção” como se conhece cada vez mais – um aumento de 3 graus na média global da temperatura, faria que pelo menos 50% das espécies vegetais e animais fossem extintas. Uma quarta parte

das espécies de mamíferos estão em perigo. A acidificação dos oceanos deu lugar a que os recifes de coral morram, assim como os organismos cuja estrutura óssea depende da calcificação. Trata-se de uma crise na qual nosso futuro como espécie não pode se separar.

## **IX. Um mundo de guerras permanentes**

É provável que não caminhemos para uma terceira guerra mundial do tipo da Primeira e Segunda Guerra Mundial, já que não existe um conflito pela divisão territorial do mundo no sentido que havia no passado. Mas os fatores que empurram para a guerra são muito profundos e diversos: novos conflitos entre poderes, a concorrência no mercado mundial, o acesso aos recursos, a decomposição das sociedades, o surgimento de novas formas de fascismo que escapam do controle daqueles que as pariram, uma sequência da cadeia dos efeitos do caos climático e das crises humanitárias a uma grande escala...

Bem e verdadeiramente entramos num mundo de guerras permanentes (plural). Cada guerra deve ser analisada em suas especificidades. Enfrentamos situações bastante complexas, como no presente no Oriente Médio, onde, no marco de um só teatro de operações (Iraque-Síria) existem conflitos entrelaçados com características específicas (Curdistão sírio, a região de Aleppo, etc).

As guerras estão aqui para ficar, com muitas facetas. Temos que olhar de novo a forma em que elas são levadas a cabo, sobretudo pelos movimentos de resistência popular, com o fim de compreender melhor as condições de uma luta, a realidade de uma situação, os requisitos concretos de solidariedade...

No entanto, devemos ter “pontos de estabilidade” com o fim de não perder a bússula numa situação geopolítica muito complexa: a independência de classe contra o imperialismo, contra o militarismo, contra o fascismo e o surgimento de movimentos de identidade que são “anti-solidariedade” (racistas,

islamóforos e anitssemitas, xenófobo, casteístas, fundamentalistas, homofóbicos, misóginos e machistas...).

## X. Os limites das superpotências

O conjunto comum de regras da ordem capitalista global não impede que alguns países sejam mais iguais que outros. Os Estados Unidos tomam a liberdade de fazer coisas que não permitem em outros lugares. Jogam com o dólar, controlam a maior parte das tecnologias mais avançadas, têm a sua disposição um poder militar sem igual. Seu Estado segue mantendo funções soberanas globais que outros já não têm – ou não são capazes ainda de ter.

Os Estados Unidos seguem sendo a única superpotência no mundo – e, contudo, perderam todas as guerras das quais participaram, do Afeganistão até a Somália. A culpa repousa talvez na globalização neoliberal, que lhes proíbe de consolidar socialmente (em aliança com as elites locais) seus lucros militares temporais. Isso é quiçá também uma consequência da privatização dos exércitos, das empresas de mercenários que desempenham um papel crescente, assim como das bandas armadas “não-oficiais” a serviço de interesses particulares (grandes empresas, famílias grandes).

É também o caso de que este poder, na condição de “super”, não ter os meios para intervir em todas as direções em condições de instabilidade estrutural. Iria requerer imperialismos secundários capazes de suportá-lo. Mas a constituição de um imperialismo europeu foi abortado; França e Grã-Bretanha têm agora só capacidades muito limitadas; Japão ainda tem que romper a resistência cívica a sua remilitarização completa.

Quem disser guerra precisa dizer também movimento anti-guerra. Desde que as guerras existem, elas são muito diferentes umas das outras e não faz falta falar da sinergia na construção de movimentos contrários a elas. O modo no qual ativistas na

Europa (ocidental) se aproximam dessa pergunta parece pessimista, uma consequência de como o “campismo” foi rompido e deixou impotentes as principais campanhas levadas a cabo neste campo. Mas há movimentos contra a guerra, particularmente na Ásia – e na Eurásia. A superação das fronteiras herdadas da época dos blocos se levará a cabo sobretudo em torno desta questão.

## **XI. Crises humanitárias**

As políticas neoliberais, a guerra, o caos climático, as convulsões econômicas, rupturas sociais, exacerbação da violência, os *pogroms*, o colapso dos sistemas de proteção social, epidemias devastadoras, as mulheres reduzidas à escravidão, a migração forçada, os meninos morrendo lentamente de sede, abandonados junto com seus pais no meio do Sahel... O capitalismo triunfante, desenfreado, está dando à luz um mundo onde as crises humanitárias se multiplicam, causando graus de sofrimento inimagináveis para aqueles que não os experimentaram – e indizíveis e atrozes para aqueles que experimentaram.

A ruptura da ordem social impactou frontalmente o Estado em países como o Paquistão (que tem armas nucleares), ou de novo o México, onde as máfias, em simbioses com a classe política, utilizam o terror para impor sua dominação – daí as denominações dos Estados falidos, dos Estados da máfia ou narco-estados, de narcoterrorismo.

Essa barbárie moderna deve ser conhecida com uma ampliação dos campos internacionalistas de ação. Correntes de esquerda militante e movimentos sociais em particular devem velar pelo desenvolvimento “do povo a povo” com as vítimas da crise humanitária.

Depois de um período no qual o próprio conceito de internacionalismo foi amiúde menosprezado, a onda global da justiça, agora com a multiplicação das “ocupações” de praças públicas ou distritos, restaura em tudo sua importância. É necessário para

o internacionalismo revivido encontrar formas mais permanentes de ação, em todos os terrenos contestatórios.

## A primavera árabe e as transformações da luta curda

Frederico Henriques <sup>1</sup>

O ataque a Kobane pelo exército do Estado Islâmico do Iraque e Síria (DAESH) e, especialmente, a resistência das milícias de autodefesa curdas em todo aquele território, fez com que o mundo olhasse para uma causa até hoje muito pouco observada pelo ocidente. Responsável por essa resistência está o Partido da União Democrática (PYD), principal partido do Curdistão sírio, em todas as três regiões-chave de seu território. Em novembro de 2013, com a intensificação da guerra da Síria e o aumento das zonas liberadas, é criada, no norte da Síria, a Administração Transitória de Rojava, buscando construir uma sociedade democrática e livre, com ênfase na igualdade de direitos entre homens e mulheres para que possam conviver em harmonia diferentes grupos étnicos e religiosos.

Esse projeto vem se contrapor a outro, iniciado em 2003 no Curdistão iraquiano. Desde a guerra Irã-Iraque, na década de 1980, que a família Barzani – detentora de um grande número de empresas e bilhões de dólares em toda essa região – busca compor com os EUA para estabelecer o Curdistão. Entretanto, com a Guerra do Iraque de 2003, os Barzani passam a controlar o norte do Iraque com independência administrativa. A forma subordinada com que esses dirigentes se relacionam com os Estados Unidos e a simples reprodução de poder das antigas tribos e elites curdas fazem com que, apesar de aliados, os projetos para toda esta região sejam completamente divergentes.

Este texto busca apresentar o histórico e especialmente o ideário que vem se construindo em Rojava, a partir dos referenciais do Curdistão no Norte, localizado no sul da Turquia. A inspiração deste projeto vem do PKK (Partido dos Trabalhadores

---

<sup>1</sup> Sociólogo, dirigente do PSOL e do Movimento Esquerda Socialista. Esteve na Turquia e no Curdistão em atividade internacionalista em janeiro e fevereiro de 2016.

do Curdistão) e, em especial, do seu dirigente Abdullah Öcalan.

## **Antecedentes**

Os dois principais povos que no pós-guerra tiveram seus territórios divididos e não tiveram seus Estados criados no Oriente Médio e Mesopotâmia são os palestinos e os curdos. A causa palestina e a questão do Estado sionista já são debatidas há longa data pela esquerda ocidental e, de forma geral, as relações de solidariedade e apoio são estabelecidas e lembradas a todo momento. A luta dos curdos não teve o mesmo êxito. A divisão em quatro Estados – Turquia, Síria, Iraque e Irã –, a divisão entre tribos e famílias, e a falta de direções fortes sempre fragilizaram a intervenção desse povo. Em comum, ambas são causas da humanidade, cujas minorias étnicas ainda são exploradas e massacradas nas regiões em que vivem.

Diferentemente da solidariedade da causa palestina em todo o mundo árabe e a sua resistência desde a implantação do Estado de Israel, a causa curda na história recente começou seu enfrentamento de forma sistemática apenas na década de 1980. O texto buscará se ater na experiência mais interessante nessa época: aquela desenvolvida no sul da Turquia e norte da Síria, e que tem como seu principal dirigente Abdullah Öcalan.

Políticas racistas institucionalizadas sempre discriminavam os curdos nos quatro países, especialmente a partir da construção das ideias nacionalistas surgidas no pós-guerra: falar o idioma curdo ou mesmo citar a palavra “curdistão” é passível de punição e até mesmo prisão. O fortalecimento das esquerdas na região durante toda a década de 1960, especialmente na Turquia, faz com que a questão curda se postule de forma contundente em todo o território.

Na década de 1970, surgem as primeiras guerrilhas na Turquia, que apontam este país como uma neocolônia dos Estados Unidos, e que, a partir da vitória da revolução cubana e a

a derrota dos EUA no Vietnã, veem na guerrilha uma alternativa de resistência.

É nesse contexto que surge Abdullah Öcalan, nascido numa família de camponeses pobres, como boa parte do Curdistão, num ambiente religioso e conservador, como de costume. Porém, foi com sua ida para estudar em Ancara e depois na sua atuação profissional em Istambul, que ele toma contato com grupos de esquerda marxista-leninista. Sua participação junto à juventude radical teve um fim abrupto com o golpe militar de 1971, que buscava restabelecer a ordem no país atacando os grupos comunistas que cresciam no país. Essa experiência faz com que ele passe a estudar Ciência Política em Ancara em 1972.

A partir de 1975, Öcalan passa a realizar agitação política junto aos curdos, uma vez que a esquerda turca nunca tomou como central a questão étnica, assim como a relação de Barzani – os nacionalistas curdos tradicionais – com Israel e Estados Unidos era nefasta para seu povo e foi fracassada ainda na década de 1970 no Iraque. Diferentemente da esquerda turca, classe média erudita, jovens estudantes e universitários, ou a elite que permeava o projeto de Barzani, o trabalho do grupo de Abdullah Öcalan centrou em camponeses pobres que foram tentar a sorte na cidade grande. A condição do pouco letramento e as dificuldades na educação formal fizeram com que a propaganda e o recrutamento se realizassem de forma bem artesanal, a partir de discussões pessoais. O combate à violência de grupos fascistas e os enfrentamentos armados ganharam projeção na juventude radicalizada curda que, em 1977, viabilizou o lançamento do Partido dos Trabalhadores do Curdistão a partir do seu manifesto, *O caminho para a emancipação curda*.

Os primeiros conflitos do PKK se davam contra os grupos fascistas que atuavam junto com o Estado Turco na região e os grandes fazendeiros do sul da Turquia. As sucessivas vitórias no entorno de Diyarbakir, conhecida como Amed pelos curdos, começa a colocar em xeque o governo turco que vive uma grande

crise econômica desde o final dos anos 1970. A Revolução Iraniana acende o sinal de alerta para toda a região, fazendo com que os Estados Unidos apoiem o golpe da junta militar na Turquia, no início da década de 1980.<sup>2</sup>

A partir da caracterização etapista, passou-se a ver o Curdistão como uma colônia que tem como principais líderes a serem enfrentados os senhores feudais, os quais mantêm uma relação subordinada com os Estados nacionais e as potências imperialistas. A forma de superar essa condição é retirar o poder dessas elites a partir de uma guerra popular prolongada, assim como os movimentos de libertação nacional.

O golpe de 1980 faz com que boa parte das lideranças do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) vá para o exílio: primeiro para a Síria e em seguida para o Líbano. Neste país, o PKK entrou em contato com o Frente Democrática para a Libertação da Palestina (FDLP) e outros grupos, como Al Fatah. Essa relação rendeu importante treinamento militar para os curdos, além de formação ideológica. O primeiro embate em comum foi na luta contra o exército israelense na invasão do Líbano em 1982. Ainda nos anos 1980 o PKK abre campos de treinamento no Líbano, Síria, Iraque, além da própria Turquia.

Até metade da década de 1990, Öcalan, também conhecido como Apo, manteve esses marcos estratégicos, mesmo com diversas baixas e um grande número de derrotas, especialmente para o Estado Turco. A ideia da vingança e a forma vexatória como o governo da Turquia tratava os curdos era o principal elemento para o recrutamento, mesmo sem grandes avanços. Depois dos diversos golpes, a esquerda revolucionária turca nunca mais se recompôs, sendo PKK o principal grupo revolucionário turco pós-década de 1980.

---

2 A importância do golpe do início dos anos 1980 vai muito além da perseguição da esquerda. Depois de exterminar os revolucionários turcos, que desde o final de 1960 vinham num ascenso, dá início de uma revolução passiva na Turquia. Começam as mudanças na estrutura e superestrutura da Turquia, a partir da desconstrução do nacionalismo laico kemalista e o avanço do neoliberalismo islâmico que culminaram na eleição nos anos 2000 o AKP e de Edorgan.

O fim da União Soviética é um golpe para o Partido dos Trabalhadores do Curdistão. A alternativa foi demarcar diferenças com a antiga potência soviética, questionando tanto o projeto de socialismo que esse país implantara, como até mesmo a moral existente naquele país sendo esta a responsável pela degeneração burocrática. O problema da moral é tratado de forma sistemática pelo Partido a partir do Congresso de 1995, quando esse é paudado como eixo de diferenciação. Porém, as derrotas contínuas e a prisão de Öcalan em 1999 fazem com que haja uma mudança completa na tática e estratégia da organização.

### **Confederalismo Democrático, assembleias populares e o cooperativismo**

*Declaração sobre a solução democrática da questão curda.* Este é o título da declaração que Öcalan faz. Título, diante do tribunal, que significava uma revisão do posicionamento ideológico de todo o partido. Apesar de o PKK desde 1995 já ver como difícil a construção de um Estado nacional juntando todas as áreas curdas, é a partir de sua prisão que as mudanças se aprofundam. Na prisão, ele se aprofundou numa literatura radical, pós-comunista, procurando um novo caminho a seguir. Leitor e escritor assíduo, cuja coleção de livros foi regularmente vazada na imprensa turca e curda, com o objetivo de alimentar a mudança ideológica do partido, que continuava a desenvolver suas atividades, especialmente na Turquia, Síria e Iraque.

A consolidação da área do Curdistão iraquiano em 2003, em meados da guerra liderada pelos Estados Unidos de George Bush, faz com que o projeto do PKK entrasse em alerta. Ele sabia que a disputa com Barzani poderia ser perdida e a perda de ativistas para o outro projeto, agora em consolidação, era algo real. A partir dessa mudança de conjuntura na região, Öcalan desenvolve a ideia de “Confederalismo Democrático”, na qual os diferentes projetos de Curdistão poderiam se desenvolver sem um Estado

nacional centralizado. A reflexão colocada pela forma do não Estado e a democracia direta como eixo da organização do território foi trazida em grande medida pelo ativista e intelectual norte-americano, Murray Bookchin.

Bookchin era marxista-trotskista de origem, mas com a decadência da URSS e o surgimento das pautas ambientais, ele realiza um giro intelectual fundindo o marxismo com ideais anarquistas. Seu objetivo era repensar um governo que superasse a forma do Estado e colocasse a questão ambiental no eixo da política. A sua proposta é remodelar um mundo capitalista através da criação de sistemas de nível micro das assembleias populares locais e autogovernos que se relacionam a partir de confederações. É exatamente este modelo que dava abertura para manter relações com o projeto de Barzani, aliado importante numa região com poucos parceiros, e mantinha a abertura para a construção de um projeto distinto.

Dessa forma, o curto período de cessar fogo entre o PKK e o governo turco foi a oportunidade para reivindicar não mais a separação do território, mas zonas autônomas e que se relacionassem por meio de um confederalismo democrático. Esse projeto, que no Estado kemalista turco teve dificuldades para se desenvolver para além da propaganda, teve um terreno fértil na Síria. Em julho de 2012, Assad retirou suas forças de três áreas curdas, a maioria perto da fronteira com a Turquia, para se concentrar na luta contra rebeldes árabes em outros lugares. Logo, o Partido da União Democrática (PYD) preencheu esse vácuo de poder organizando as milícias de autodefesa, especialmente para conter o avanço do Daesh, assim como para garantir o território. Rojava seria o primeiro laboratório das elaborações do Öcalan. É claro que o domínio de um partido único no marco da guerra civil que assola o país, faz com que a democracia direta que eles defendem tenham inúmeras debilidades.

Outro elemento importante é a mudança na perspectiva da organização da economia. A crítica ao Estado e à

centralização transpôs para a economia como uma reivindicação do modelo descentralizado de cooperativa como forma prioritária de gestão econômica do território. Para além de elementos vindos de Bookchin, diversas lideranças<sup>3</sup> ligadas a Öcalan falam da experiência de Porto Alegre como inspiração, não apenas pelo orçamento participativo e a democracia direta, mas também pelo Fórum Social Mundial (FSM) e os debates sobre Economia Solidária. Na busca por reinventar a experiência anterior sobre uma maior solidariedade internacional e em contraposição ao modelo do Curdistão Iraquiano, Öcalan mira o FSM como um espaço que poderia buscar muitos aliados.

Numa economia abalada pela guerra, em Rojava as cooperativas dão a toada da reconstrução do país. Os espaços de produção são em boa parte reconstruídos através desse modelo de produção, tendo como principais referências aquelas de caráter agrícola, as têxteis e as de costura. Todavia é difícil apontar as formas como irão se desenvolver estes modelos no pós-guerra e como o Curdistão Ocidental irá se reerguer.

## **A revolução das mulheres**

Um dos maiores ícones no combate ao Daesh conhecido pelo ocidente, foram as milícias femininas, que se organizaram na Síria como Unidade de Defesa das Mulheres (YPJ). Fotos e entrevistas com as combatentes que derrotaram o fundamentalismo em Kobane rechearam as mais diversas revistas e sites. A forma superficial como foi tratada essa temática fugia um pouco dos estereótipos de “amazonas do Oriente Médio”, porém a construção da questão da mulher já percorre a região há mais de 30 anos pelo menos.

O recorte inicial dado à temática não foge muito a aqueles trabalhados no marxismo tradicional. Ainda na década de 1980,

---

<sup>3</sup> Em entrevista realizada pelo autor em janeiro de 2016.

para o PKK, o papel subalterno atribuído à mulher no Curdistão estava relacionado à família tradicional e à estrutura feudal existente na região. A principal fonte de inspiração e leitura dessa realidade estava na obra clássica de Friedrich Engels, *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. A primeira grande mudança, todavia, tem início quando, em meados de 1990, após as diversas derrotas para o Estado turco e Assad, o PKK começa a admitir mulheres como guerrilheiras a fim de reforçar a luta. Esta nova incorporação dá um novo ânimo para o enfrentamento e construção para uma batalha que ficou conhecida na década de 1990 como “intifada curda”.

O processo de auto-organização das mulheres e a revisão do ideário de Öcalan na ida para a prisão fazem com que toda a organização passe a colocar como eixo o debate da mulher. As mulheres são vítimas tanto da opressão nacional como a de gênero, o que as fazem apropriar-se de forma mais rápida de ideias radicais e estar dispostas a questionar a tradição e o status quo. A aproximação com o socialismo utópico e um comunismo primitivo levam à reflexão de que a primeira desigualdade se dá pela divisão de gênero, logo o combate a essa opressão e ao patriarcado se torna eixo para a construção de uma sociedade mais justa. De certa forma, como diz De Jong (2015, p. 7):

“De certa maneira, categoria “mulher” substituiu o “proletariado internacional” na ideologia PKK: hoje são mulheres enquanto tais que são consideradas a vanguarda da luta. O movimento declarou que seu objetivo não é apenas a libertação de mulheres curdas, mas de todas as mulheres do mundo”.

A centralidade da luta das mulheres também fez com que elas mudassem a forma da própria organização. A convivência com práticas machistas dos companheiros fizeram com que se criassem milícias e espaços auto-organizados de mulheres, como o caso do YPJ em Rojava. O caráter essencialista do movimento

faz com que rapidamente a questão ambiental, também central no pensamento de Bookchin se misture e componha o eixo de intervenção junto com as mulheres. A aproximação da mulher com a natureza não é novidade na humanidade, relações com o ciclo menstrual e a gestação são elementos levantados como elementos dessa proximidade.

Para além dos espaços de articulação e organização, essas estruturas se espalham pela comunicação auto-organizada, economia e cooperativismo, e em todas as instituições construídas por este movimento curdo, das prefeituras codirigidas por mulheres no sul da Turquia até agências de notícias auto-organizadas (JINHA).

### **Às portas da revolução: a reorganização a partir da primavera árabe**

A crise econômica mundial e o estabelecimento de algumas liberdades para a identidade curda conquistadas durante a primeira década dos anos 2000 abriram a possibilidade para a mudança de estratégia. Porém, foi com a explosão dos levantes populares em 2011 que o PKK modifica a sua forma de atuação. Pela primeira vez eles fazem uma movimentação de maneira mais contundente para setores da esquerda tradicional e outras pautas de opressões, como a questão LGBT. Na Turquia, se organizam por meio do Congresso Democrático dos Povos, juntando diversos tipos de movimentos e avançando para setores no ocidente turco que sempre tiveram pouco diálogo. Essa iniciativa unificou ambientalistas, intelectuais, feministas e partidos socialistas que no ano seguinte se apresentaram como Partido Democrático dos Povos (HDP).

A primeira experiência importante do HDP ocorre em junho de 2013 com o Levante de Gezi em Istambul. Apesar do pouco envolvimento do oriente turco em solidariedade ao povo que se levantava nas principais cidades turcas do ocidente, o Partido teve

condições de incidir de forma qualificada a fim de crescer junto a importantes setores da intelectualidade e junto às universidades de toda a região. Entre a juventude, o HDP também ganha muito respaldo, especialmente com as pautas ambientalista e de combate as opressões que já se observavam desde seu surgimento.

É importante dizer que o cessar fogo do governo turco junto com a tática democrática para a intervenção na Turquia liberaram muitas guerrilheiras curdas a migrarem para o norte da Síria e consolidar a libertação de Rojava do Daesh. Brigadas do Curdistão do norte, se deslocaram para a guerra civil no país vizinho, enquanto diversas estruturas organizativas para a intervenção nas eleições e no Estado turco eram construídas sob o guarda-chuva do Congresso Democrático dos Povos. A possibilidade de manter apenas uma frente armada, no caso na guerra da Síria, viabilizou o fortalecimento das milícias curdas nesse território, conquistando a grande vitória em Kobane.

A vitória em Kobane ocasionou o que ficou conhecido na Turquia como o Levante do Oriente, em novembro de 2014. Jovens curdos, por fora do HDP ou das estruturas tradicionais de organização, se levantaram sobre a forma de intifadas e tentaram construir áreas liberadas em diversas cidades na divisa com a Síria. E, para consolidar, veio a vitória do HDP nas eleições nacionais de junho de 2015, conquistando 13% dos votos – mais do que dobrando a votação do partido tradicional curdo – e retirando a maioria de Edorgan, presidente da Turquia pelo AKP, no Congresso curdo. Eis o estopim para que o Estado, em conjunto com fundamentalistas islâmicos, declarem guerra aos curdos.

A instabilidade gerada pela intervenção das potências imperialistas na guerra civil síria, o aval da Europa para o fechamento do regime turco como política para conter a onda de imigração e ainda a ascensão fascista na Turquia são elementos-chave que colocam em xeque o desenvolvimento das experiências em Rojava e também a alternativa política representada pelo HDP no território turco. Qualquer solução para os conflitos armados na

região se dará pela construção de uma grande onda de solidariedade internacional, desmascarando o fascismo e a guerra na região, em oposição à intervenção imperialista e em apoio à autodeterminação dos povos. Sem dúvida, hoje perpassa pelo apoio à luta do povo curdo e à libertação de seu líder Abdullah Öcalan.

### **Referências Bibliográficas**

AHMED, Akbar Shahid (2015) America's Best Allies Against ISIS Are Inspired By A Bronx-Born Libertarian Socialist. The Huffington Post. Disponível em: [http://www.huffingtonpost.com/entry/syrian-kurds-murray-bookchin\\_us\\_5655e7e2e4b079b28189e3df](http://www.huffingtonpost.com/entry/syrian-kurds-murray-bookchin_us_5655e7e2e4b079b28189e3df)

ÇAĞLAYAN, H. (2012) "From Kawa the Blacksmith to Ishtar the Goddess: Gender Constructions in Ideological-Political Discourses of the Kurdish Movement in post-1980 Turkey". European Journal of Turkish Studies, n.º 14. Disponível em: <http://ejts.revues.org/4657>.

DE JONG, Alex (2015) Stalinist caterpillar into libertarian butterfly? The evolving ideology of the PKK. International Viewpoint - online socialist magazine. Disponível em: <http://www.internationalviewpoint.org/spip.php?article3914>

ÖCALAN, A. (1999) Declaration on the Democratic Solution of the Kurdish Question. Disponível em: <http://www.pkkonline.com/en/index.php?sys=article&artID=21>

\_\_\_\_\_ (2005) The declaration of Democratic Confederalism. Disponível em: <http://www.freeocalan.org/wp-content/uploads/2012/09/Ocalan-Democratic-Confederalism.pdf>



**DEPOIMENTO**  
HENRIQUE CARNEIRO



## A militância antiproibicionista no Brasil

Henrique Carneiro<sup>1</sup>

Vou fazer neste texto um relato um tanto autobiográfico, pois assim posso me referir a um processo objetivo ocorrido no Brasil e no mundo nas últimas décadas, que foi o crescimento do ativismo antiproibicionista e canábico ou maconheiro, em particular, e a conquista de legitimidade para o uso dessa planta. Trazendo minhas recordações posso também me situar nesse processo e tentar aquilatar as suas características a partir da minha experiência vivida.

No final dos anos de 1970, a decadência da ditadura foi precipitada pela emergência de movimentos sociais, que começaram com os estudantes, em 1977, e se estenderam para os operários com as greves no ABC a partir de 1978.

A agenda de lutas daquela época era democrática, no sentido de exigir o fim da ditadura e liberdades de organização, manifestação e expressão.

Ao mesmo tempo em que ocorria um renascer da luta operária grevista de massas, o Brasil também vivenciava formas de rebeldias que haviam se iniciado antes em outros países, como o despertar feminista, dos direitos dos homossexuais e o movimento negro nascente e que a ditadura por um longo tempo abafara.

Quando adolescente, participei da efervescência em torno destes temas que ocorria em torno do jornal Versus, em São Paulo, descobrindo com euforia o desafio de fazer de novo passeatas estudantis.

Uma questão que ainda faltava, entretanto, era a expressão da luta antiproibicionista e pela legalização da maconha. O Brasil, de antiga herança escravista e racista, em que maconha havia sido identificada como hábito de negros, de nordestinos, de

---

<sup>1</sup> Professor do Departamento de História da USP.

favelados, se constituindo numa conduta qualificada com doentia ou criminosa, havia desenvolvido uma nova cultura maconheira urbana transgressiva no período da ditadura, em que os traços hippies e contraculturais se associavam a uma atmosfera orientalista com inclinações budistas e hinduístas, em que os estados de meditação, transe e êxtase eram valorizados como novas dimensões espirituais indispensáveis de serem conhecidas.

No seio da esquerda, os setores stalinistas e maoistas identificavam esse uso de drogas a formas de alienação, escapismo, desbunde e comportamento tipicamente não operário. Os trotskistas se dividiam: a corrente lambertista, profundamente puritana e burocrática proibia terminantemente<sup>2</sup>. Os mandelistas eram mais tolerantes e os morenistas tiveram um debate no período em que participei da corrente secundarista Alicerce da Juventude Socialista em que tentei incluir essa questão no programa de reivindicações.

No movimento secundarista, onde ajudei a reorganizar as uniões secundaristas e presidi a UMES e a UPES, entre 1980 e 1982, começamos a debater a política de drogas e a defender a legalização da maconha.

Assim como participava dos atos e debates do movimento negro, feminista e gay, identifiquei na perseguição e criminalização da maconha um denominador comum às demais opressões e uma espécie de modo de vida para uma enorme simbiose entre o tráfico clandestino e os aparelhos repressivos.

Era, assim, uma chave central do dispositivo de controle da juventude, dos pobres, dos negros, das mulheres, não só como estigma conservador que apontava como único usuário possível de maconha o indolente, o fracassado, o viciado, o doente e o criminoso, mas como atividade corriqueira de repressão e extorsão em cada quebrada.

Essa situação cotidiana de extrema vigilância, intimidação

---

<sup>2</sup> Julio Delmanto defendeu um mestrado em História Social na USP sobre esse tema: *Camaradas Caretas*, SP, Alameda, 2015.

e coerção da juventude sob o pretexto das drogas, se converteu no motivo número um para suspeição e abordagem de jovens, constituindo uma zona de ilegalidade no âmbito da vida privada, que tornou permissível e sistemática a violação dessa esfera privada e íntima pelos aparelhos jurídicos e policiais.

A primeira campanha política num âmbito eleitoral a ser realizada com um eixo na legalização da maconha foi a da Catarina Koltay, para a Câmara de Vereadores de São Paulo, em 1982, pelo PT.

Inspirado nela, resolvi, em 1986, na campanha pela Constituinte, levantar essa proposta como candidato a deputado federal constituinte. Fizemos um abaixo-assinado com algumas dezenas de personalidades e pretendíamos apresentá-lo num ato público no Teatro Municipal de São Paulo, mas fomos todos presos por uma numerosa equipe do Deic, que levou cerca de 60 pessoas detidas.

No interior do PT, recebi inúmeras admoestações por levantar o tema. O programa de TV que gravei defendendo a legalização da maconha e o fim do governo Sarney, sob a direção do Gabriel Priolli, não tenho certeza de que tenha ido ao ar. Houve reuniões oficiais da direção para tentar me demover de levantar a bandeira da legalização da maconha.

Na mesma época, Fernando Gabeira polarizava as eleições no Rio de Janeiro exatamente por causa da imagem a ele associada de defensor da legalização e dos direitos homossexuais. Em vários estados, houve algumas outras iniciativas eleitorais, mas nenhuma redundou na criação de um movimento social naquela época.

Ao longo dos anos de 1990, o tema da maconha se manteve como uma das grandes irresoluções da sociedade brasileira e, enquanto a Europa assistia a adoção de políticas de redução de danos em relação a drogas injetáveis e uma legalização e descriminalização cada vez maior da maconha, no Brasil o encarceramento cresceu na mesma medida em que cresceram os lucros do negócio

clandestino.

Zonas produtoras no Nordeste e no Paraguai empregam camponeses pobres e superexplorados que plantam um produto de má qualidade para prensagem em massa, que é distribuído para o consumo de alguns milhões de usuários diários pelo país.

O início da celebração das marchas da maconha como grande momento de saída do armário, de expressão pública de orgulho identitário se deu numa onda mundial que no Brasil se manifestou nas areias das praias do Rio de Janeiro e no Masp, na Avenida Paulista, onde ocorreram algumas “passeatas verdes” no início da primeira década de 2000.

Em São Paulo, as marchas foram depois confinadas no Ibirapuera, proibidas até de mencionar a palavra maconha, o que levou uma das marchas a gritar pela “pamonha”, cercada de fileiras hostis de PMs.

Em 2011, entretanto, ocorreu a epifania política maconeira. O *Stonewall* do movimento maconheiro brasileiro!<sup>3</sup>

Decidiu-se desafiar as intimidações e realizar a marcha no vão do Masp e sair em passeata. A polícia tentou proibir com enorme aparato de tropas de choque a realização da passeata, mas esta saiu correndo e foi perseguida ao longo de toda a extensão das avenidas Paulista e Consolação, com uso de bombas e tiros de borracha, eu mesmo tendo sido atingido por uma bomba na cabeça fiquei com meu boné ensanguentado.

A solidariedade com a manifestação reprimida levou a que o tema da maconha se tornasse uma questão política nacional. Em dezenas de cidades ocorreram “marchas da liberdade” para repudiar a violência da polícia e o STF foi obrigado a debater a questão e votar favoravelmente ao direito de manifestação pela mudança da legislação.

Finalmente, o movimento antiproibicionista e canábico

---

<sup>3</sup> *Stonewall* foi o conflito em Nova York, em 1969, em que homossexuais reagiram a uma repressão policial criando o movimento gay estadunidense.

conquistou um espaço, até mesmo institucional, de legitimidade, e isso de forma extremamente atrasada no país, diante de um panorama internacional de mudança do paradigma proibicionista e de advento de um florescente mercado multibilionário de maconha legalizada.

A questão que se mantém é a explicação da natureza tão estigmatizada das drogas ilícitas, especialmente da maconha no Brasil.

Os movimentos sociais que há cerca de dois séculos vem conquistando direitos para os trabalhadores como classe, para as mulheres como gênero oprimido, para os negros como grupo étnico que sofreu a escravidão e continua vítima do racismo e da desigualdade, para os homossexuais como orientações sexuais que enfrentam o preconceito, a intolerância e a discriminação, demoraram para incorporar os direitos dos usuários de drogas proibidas.

O âmbito das ingestões é um domínio de disputas entre as autonomias e as heteronomias. Estas últimas são dispositivos proscritivos, de coerção e de repressão proibicionista, mas também são dispositivos prescritivos e incitadores por meio de mecanismos publicitários ou de uma indústria psicofarmacêutica ciosa de ampliar a venda de seus produtos por meio de uma medicalização crescente da vida cotidiana com efeitos iatrogênicos. Essa indústria é dedicada ao disciplinamento farmacológico de condutas, inclusive infantis e gerou enormes modas de anti-depressivos, benzodiazepínicos ou moduladores de atenção.

A gestão livre dos recursos psicofarmacológicos é uma dimensão de autonomia na experiência humana em relação a como se conduzir diante da dor e do prazer da mesma natureza que o consumo de alimentos.

Necessidade de sobrevivência, esfera hedônica passível de compulsão, modelador de subjetividades, elemento central nas simbologias culturais, o uso de alimentos ou de remédios, alguns dos quais são sobrepostos, pois nutrem e embriagam, é uma das

práticas humanas mais importantes. E, portanto, uma das economias mais indispensáveis e crescentes.

Uma militância que combata o complexo cultural proibicionista reafirma princípios iluministas de liberdade de si, situa-se num dos campos de atrito mais estritos com a intolerância fundamentalista religiosa, pois é só no repertório totalitário religioso que se pode encontrar uma teoria consistente de oposição ao direito de autonomia sobre si mesmo.

O princípio liberal afirma a autonomia sobre o próprio corpo, conforme Stuart Mill formulou claramente. O marxismo, reconhecendo as necessidades do espírito e do corpo, com Engels e Kautski se opôs aos puritanos que surgiram no interior do movimento operário defendendo a proibição do álcool, pois o consumo do álcool, especialmente a cerveja e o vinho, fez parte da formação da esfera pública operária ao longo da industrialização e da história do sindicalismo.

Da mesma maneira, a maconha foi um marco constitutivo em esferas públicas da resistência oprimida no Brasil, desde a diamba das senzalas, chegando ao pito de pango, proibido no Rio de Janeiro imperial.

Nos anos da ditadura, a cultura juvenil reconheceu nessa substância uma droga da paz, alternativa ao militarismo reinante, e fez da cultura hippie, com seu orientalismo vulgarizado, um veículo de contestação.

A esquerda de formação stalinista, além de elementos homofóbicos também foi “careta” em identificar o uso dessa planta a uma via escapista individual de “alienação”.

Atualmente, o maconheiro não só não é alienado politicamente como se tornou um sujeito ativo no protagonismo pela sua própria causa.

O movimento antiproibicionista também é parte de um debate mais amplo sobre a questão da “interseccionalidade” entre os movimentos sociais e as diversas formas de opressão.

O proibicionismo é, assim, fortemente racista, punindo

a cultura de origem africana da maconha nos seus descendentes, encarcerados e mortos num viés não apenas social, mas de corte racista.

O antiproibicionismo também se articula com uma atitude feminista de emancipação cultural em esferas em que predominam homens, enquanto são vitimadas majoritariamente no encarceramento, pois já é de 60% das mulheres presas, as que são punidas por drogas.

O debate sobre as alternativas econômicas numa legalização internacional da maconha e demais drogas ilícitas traz à tona as alternativas gerais de modelos econômicos, privatistas ou de controle estatal. Mesmo o cigarro e o álcool já foram, em muitos países, monopólios estatais. A enorme economia da cannabis e o seu desenvolvimento em países centrais coloca a questão da dependência semi-colonial que pode nos obrigar, no futuro, a depender de sementes, insumos e técnicas com predomínio tecnológico de fora do país.

O tipo de regime de propriedade e a discussão da sua função social, das formas de auto-cultivo e de distribuição em mercados de massa, é uma das questões mais candentes e prementes, pois, infelizmente, ainda há pouco debate sobre isso no país.

Uma das tarefas de uma militância canábica é também formular projetos de produção e distribuição cujas rendas sejam direcionadas para pequenos produtores e para o interesse social, por meio da destinação tributária e de outros mecanismos.

Os que não vêm numa “mão invisível” do mercado a varinha mágica que irá equilibrar demandas e ofertas, custos e lucros, mas, ao contrário, sabem que o mercado é um domínio oligopolizado, conforme já acontece com o álcool (a maior empresa do Brasil) e com o tabaco, precisam formular propostas socialistas de gestão do mercado de maconha legalizado.



**DOCUMENTOS**



## **É preciso refundar a República: construir uma alternativa de esquerda combatendo as “castas” corruptas e o ajuste contra o povo**

Resolução Política do Secretariado Nacional do Movimento Esquerda Socialista (MES-PSOL)

8 de março de 2016

A deflagração da 24ª fase da Operação Lava Jato acelerou mais uma vez a crise do regime político, que se arrasta há meses, colocando agora no centro do debate a relação entre Lula e as maiores empreiteiras do país. A semana que sacudiu o Brasil começou com o Supremo Tribunal Federal acatando as denúncias de corrupção contra o presidente da Câmara, Eduardo Cunha. Na sequência, soube-se do acordo entre Dilma (PT), Serra (PSDB) e Renan Calheiros (PMDB) para entregar às multinacionais, em novos leilões, o petróleo do pré-sal, terminando com a presença obrigatória da Petrobrás na exploração desses campos. Ao mesmo tempo, a imprensa vazava as denúncias da provável delação premiada de Delcídio Amaral, outrora poderoso líder do governo no Senado, além de ex-diretor da Petrobrás no governo FHC. Finalmente, na sexta-feira 4/03, o país amanheceu com Lula no centro das investigações da Polícia Federal.

A desordem atinge, sobretudo, o Congresso Nacional e o governo federal, e a impressão geral é de que ainda não se chegou ao fundo do poço das crises econômica e política, que se alimentam mutuamente. Enquanto o noticiário político incendiava-se, foi divulgada a retração de 3,8% do PIB brasileiro em 2015. No período, cerca de 1,5 milhão de postos de trabalho foram fechados. Em janeiro, o desemprego chegou, segundo dados do IBGE, a 7,6% no país (nas capitais e regiões metropolitanas a taxa é muito maior), o pior índice desde 2009. Especula-se que ainda em 2016 a taxa de desempregados supere os 10%. A juventude sente o desemprego de forma ainda mais dramática. Na região metropolitana de São Paulo, por exemplo, o desemprego entre jovens de

16 a 24 anos de idade alcançou 28% em 2015. A inflação, por sua vez, segue corroendo o salário dos trabalhadores. Após um ano de duro tarifaço e desvalorização da moeda, a inflação medida pelo IPCA alcançou 10,67% em 2015, a maior alta de preços desde 2002, mostrando que o arrocho salarial é uma das apostas do governo e dos patrões para sair da crise. Os analistas e economistas burgueses já começam a falar em quebraadeira generalizada de empresas nos próximos meses. Nesse grave cenário, Dilma e seu novo ministro Nelson Barbosa apresentaram ao Congresso escandalosa proposta de congelamento do salário mínimo e dos salários do funcionalismo público caso a meta de superávit primário para pagamento dos juros da dívida não seja alcançada. Diversos governos estaduais, como os de Sartori (PMDB-RS), Pimentel (PT-MG) e Pezão (PMDB-RJ) têm sistematicamente atrasado salários do funcionalismo e atacado diretamente categorias como os professores, no que foram acompanhados pelos tucanos Alckmin (SP) e Beto Richa (PR) em 2015. Governo e oposição de direita unem-se no desejo de que o povo e os trabalhadores paguem pela crise.

A rapidez dramática com que se desenvolvem os acontecimentos mostra como o regime político brasileiro, seus partidos tradicionais e instituições deterioram-se e caem em descrédito, cada vez mais incapazes de resolver ou mesmo atenuar as crescentes dificuldades e sofrimento do povo. Tais elementos reforçam nossa caracterização de documentos anteriores, a saber: estamos diante do fim de um ciclo político, de crise e destruição do regime da Nova República e de falência do projeto de poder do Partido dos Trabalhadores.

O cerne da atual crise política encontra-se nos efeitos da crise econômica mundial sobre o Brasil e sobre o projeto de conciliação de classes promovido por um governo que, ao longo dos últimos 13 anos, tem gerenciado os interesses de seus principais aliados banqueiros, além de empreiteiras e do agronegócio. Um projeto que vai além do governo e que pode também ser visto nas

viagens de Lula como garoto-propaganda e lobista para promover a expansão dos negócios das empreiteiras para a África e a América Latina. Das 30 viagens internacionais feitas do período de 2011 a 2013 por Lula, quase metade foi paga por Odebrecht, Camargo Correa e OAS. Em abril de 2013, Marcelo Odebrecht, agora condenado a quase 20 anos de cadeia por corrupção, chegou ao ponto de escrever artigo (com título “Viaje mais, presidente”) no jornal *Folha de S. Paulo* para tentar justificar o que ele então chamava de “patrocínio” a Lula. Ao mesmo tempo, R\$ 20,7 milhões foram doados pelas mesmas empreiteiras entre 2011 e 2014 para o Instituto Lula, além de mais R\$ 10 milhões em pagamentos por palestras do ex-presidente.

Independentemente do que ainda mostrem as investigações, está claro que o projeto de poder do PT, com seus sócios prioritários do PMDB, sempre esteve a serviço dos ganhos dessas empresas. O financiamento milionário de campanhas do PT, o escândalo de pilhagem da Petrobrás e as benesses que favoreceram dirigentes petistas como Lula e José Dirceu apenas escancaram o funcionamento da engrenagem que tem movido o governo ao longo dos últimos anos, em benefício dos lucros de banqueiros, grandes empreiteiras e do agronegócio. Esse projeto, agora em seus estertores, demonstra dia a dia seu rápido esfacelamento.

Não há dúvidas sobre a parcialidade da grande mídia e da justiça a respeito dos processos de investigação. A espetacularização das denúncias dos aliados do governo, enquanto são abafados outros escândalos, é evidente, como demonstram a morosidade da justiça e a seletividade com que a imprensa aborda, por exemplo, o desvio de verba da merenda ou o bilionário “trensão”, envolvendo dirigentes do governo do PSDB paulista. A falta de isonomia pode ser destacada na abusiva “condução coercitiva” de Lula exercida pela Polícia Federal. No entanto, como bem destacou o PCB em sua nota sobre o caso, “esta parcialidade não é um fato isolado. Para a maioria da população trabalhadora, principalmente jovem e negra, toda abordagem pela polícia é sempre

coercitiva e sem qualquer formalidade, assistência jurídica e muito menos o ‘devido processo legal’ (...)”. Em 13 anos, infelizmente, o PT no governo nada fez para modificar esta situação. Pelo contrário, recentemente, de mãos dadas com a oposição de direita, o governo aprovou o projeto de lei “antiterrorismo” que ameaça os movimentos sociais e lutadores brasileiros.

O PSOL tem uma posição unânime de oposição de esquerda ao governo. Em nosso partido, há importantes elaborações sobre a natureza da crise e sobre as tarefas do período. Em nota pública, a tendência Ação Popular Socialista afirma com muita correção: “alertamos aos movimentos populares e a todos os militantes que continuam de esquerda a não aceitarem a exploração desse fato pelo PT, na forma de vitimização de Lula, com vistas a esconder o conjunto de suas ações pró-imperialistas, capitalistas e latifundiárias, e a ensaiar o início de sua campanha às eleições de 2018”. É impressionante como um partido que dirige o país há 13 anos se diz vítima do que seria um “Estado de exceção”, após ter contado no período com significativa base no parlamento, além de ter apontado 8 dos 11 ministros do STF, 6 dos 7 ministros titulares do TSE e 26 dos atuais 31 ministros do STJ. O mesmo governo que se diz vítima de um “golpe midiático” distribuiu, até junho de 2015, R\$ 22 bilhões em publicidade estatal, dos quais impressionantes R\$ 6,2 bilhões foram direcionados ao Grupo Globo.

É tarefa da esquerda socialista digna deste nome exigir punição a todos os corruptos e corruptores, denunciar a seletividade e ser protagonista de todas as lutas contra os governos, independentemente de qual partido político os dirija, que promovem ataques ao povo e protagonizam escândalos de corrupção. Não vacilaremos em enfrentar aqueles que se dizem de esquerda e governam como a direita da mesma forma como sempre combatemos a própria direita. Exemplos abundam: de passagem, basta relembrar a luta realizada pelo PSOL gaúcho contra a governadora Yeda Crusius (PSDB-RS), o combate sem tréguas contra Renan

Calheiros e José Sarney, além da atual e incisiva campanha, que reivindicamos, do movimento “Juntas!” contra Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

O combate à corrupção, vale lembrar, não é simplesmente fruto espontâneo do progresso das instituições judiciais envolvidas. O atual papel do Ministério Público é produto de lutas passadas, dos anos 80, algumas das quais foram inscritas na Constituição de 88. Mais recentemente, um novo e impressionante processo social – o levante juvenil e popular de junho de 2013 – provocou um avanço institucional limitado, mas real: a delação premiada para os casos de corrupção. Foi a própria Dilma, na tentativa precária de responder ao levante, quem propôs e sancionou a medida. Não foi apenas a crítica ao sistema político e à péssima qualidade dos serviços públicos que esteve em questão naquelas manifestações. Também estiveram presentes inquietações por medidas concretas de combate à corrupção. A consciência adquirida pelo povo, que saiu às ruas e não aceita mais a espoliação promovida pela “casta” das elites política e econômica, é uma herança a ser reivindicada. A inaudita prisão e condenação de executivos das maiores empreiteiras do país só pode ser entendida a partir desse novo patamar. Por isso, devemos evidenciar a luta contra a corrupção e exigir que as investigações sejam e concluídas o mais rápido possível, sem parcialidades e com as consequências que a sociedade espera.

O desfecho desse processo ainda não é claro. No entanto, em qualquer dos cenários especulados pela burguesia – impedimento de Dilma pelo Congresso, cassação da chapa PT/PMDB pelo Tribunal Superior Eleitoral ou manutenção de um governo fragilizado até o final de seu mandato – será o povo, infelizmente, quem pagará a conta. A tendência é a imposição de um plano de austeridade ainda mais duro, além da retirada de direitos, como já apontam os cortes em programas sociais e a nova reforma da previdência, reivindicada igualmente pelo governo e pela oposição de direita. Não à toa, a maioria do povo segue atônita diante dos

acontecimentos, sem que haja uma resposta concreta que termine a farrá com dinheiro público, que inunda o noticiário ao mesmo tempo em que a falência da saúde e da educação públicas, em todo o país, atinge níveis dramáticos.

O agravamento da crise econômica e o colapso do regime político mostram, como dito anteriormente, a derrocada de um projeto de poder incapaz de atender as necessidades do povo. Por isso, a nota da coordenação do MTST, para nós, aponta na direção correta, ao não apresentar nenhuma expectativa no governo Dilma, que vai cada vez mais à direita, além de propor como tarefas a mobilização popular, a luta contra o ajuste e contra a retirada de direitos do povo trabalhador. Nesse momento, estes devem ser os eixos de mobilização da classe trabalhadora e da esquerda socialista: a defesa dos interesses, reivindicações e direitos do povo, além do combate ao ajuste fiscal e à reforma da previdência. Deve-se defender investigação não seletiva e transparente de todos os casos de corrupção, e punição aos corruptos e corruptores.

É preciso exigir que o governo federal pare de restringir o acesso ao seguro-desemprego e proponha imediatamente um plano de emergência via Medida Provisória que amplie para 1 ano o recebimento deste benefício para os trabalhadores colocados na rua pelo patronato, que utiliza a crise para ampliar a produtividade através do corte da força de trabalho e intensificação para os que ficam nas empresas. Tal cenário é nefasto porque, com o aumento do desemprego e da insegurança, os novos acordos salariais tendem a ser sempre prejudiciais à classe e mesmo inferiores à inflação. Por isso, um plano de emergência à crise, com força de lei, deveria estabelecer que todos os acordos salariais no mínimo reponham a inflação. Ao mesmo tempo, como forma de reverter a escalada do desemprego, o governo deveria terminar com a política de ajuste fiscal para manter os pagamentos da dívida e implantar um vasto programa de obras públicas para absorver mão-de-obra, focado na recuperação da infra-estrutura brasileira e em transporte público sobre trilhos nas grandes cidades, uma

das mais agudas necessidades do povo. É preciso, também, estimular e apoiar as mobilizações de trabalhadores desempregados que, com a intensificação da crise, logo tomarão as periferias das cidades brasileiras. Salário mínimo, aposentadorias e o funcionalismo público devem receber aumento real, como forma de recuperar poder de compra e o nível de vida das famílias trabalhadoras. Tudo isso está na contramão das medidas propostas por Dilma, cujo governo estimula lay-offs e redução de jornada com redução de salário subsidiados pelo Estado para reduzir as perdas do capital.

Segue tendo grande importância denunciar e combater as medidas tomadas por um Congresso dirigido por Eduardo Cunha, corrupto notório e porta-voz dos setores mais reacionários da sociedade. Também por isso, somos contrários à proposta em curso de impeachment de Dilma, levada a cabo por parlamentares como Cunha e outros assemelhados, que dominam o parlamento e estão completamente desmoralizados e sem qualquer credibilidade diante do povo. Um governo Temer, surgido nessas condições, evidentemente não traria qualquer melhora ao povo.

A discussão entre os ativistas e organizações populares sobre a necessidade urgente de outra ordem política pela qual lutar amplia-se. Por isso, propomos a retomada do debate e da luta por uma Assembleia Nacional Constituinte Popular. O próprio governo Dilma em junho de 2013 cogitou a realização de uma constituinte para realizar uma reforma política, mas a abandonou covardemente em menos de 24 horas pela pressão do PMDB. A única “reforma” que avançou foi imposta por Eduardo Cunha para restringir o tempo de debate político durante as eleições e retirar espaço dos partidos socialistas e da verdadeira esquerda. Nossa proposta de Constituinte tem o objetivo oposto ao dos políticos tradicionais: trata-se de refundar a República para combater a corrupção sistêmica e o poder do capital.

Sabemos que o país ainda não tem uma alternativa popular e de esquerda com peso de massas. É fundamental fortalecer

um campo que realize este projeto e lute em defesa dos direitos do povo e da juventude. Além das agitações e mobilizações do próximo período, este novo setor terá uma tarefa fundamental que é a de apresentar-se nas eleições municipais também a partir da luta local. No avanço da luta pelo poder local, mesmo nos limites de prefeituras, combinando-a à ação direta e à auto-organização popular, é possível levar adiante a construção de uma alternativa nacional que supere o projeto falido de conciliação de classes promovido pelo PT, apresentando-se como alternativa de poder para enfrentar os grandes capitalistas e seus aliados. A serviço dessa tarefa, seguimos dedicando nossas forças.

## Lá onde está o seu maior perigo

Vlaldirmir Safatle <sup>1</sup>

Provavelmente na semana que vem, o Brasil assistirá mais uma das incontáveis tentativas de golpe de Estado que atravessaram sua história. Animado por um ritmo desesperado, a Câmara dos Deputados e seu presidente-réu preparam para passar à força um pedido de impeachment. Contrariamente ao que era o roteiro inicial escrito nas redações de quem já tem uma experiência longa de chamamentos a golpes, o pedido não criou um movimento irresistível de destituição da presidenta. No máximo, ele expôs as fraturas da sociedade brasileira e mostrou o alto grau de incerteza, instabilidade e gangsterismo que nos aguarda.

Mas, como se diz no mundo do entretenimento: apesar da farsa, o show tem de continuar. Mesmo que seja com um pedido de afastamento feito por advogados que não temem em mobilizar discursos “evangelico-fascistas” por serem construídos a partir de um amálgama de paranoia de perseguição, promessas de redenção religiosa e de aniquilação de inimigos internos comparados a animais nocivos e peçonhentos. Essa retórica é velha conhecida dos momentos sombrios da história. O elemento novo aqui é vê-la embalada por afirmações à imprensa de que os cavaleiros do impeachment agem inspirados pela vontade de ninguém menos do que Deus. Bem, Deus já teve amigos melhores.

Neste contexto, setores da oposição e do próprio governo começam a aventar a possibilidade de adiantar eleições. Gostaria de insistir no que afirmei várias vezes nesta coluna: dada a situação atual de crise, esta é a melhor alternativa. Em situação de grave crise política e divisão profunda, a única coisa a fazer é anular o campo das representações políticas e recorrer à expressão direta

---

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Filosofia da USP. Artigo publicado originalmente na Folha de São Paulo em 08/04/2016. Disponível em [http://www1.folha.uol.com.br/colunas/vladimirsafatle/2016/04/1758755-la-onde-esta-o-seu-maior-perigo.shtml#\\_=\\_](http://www1.folha.uol.com.br/colunas/vladimirsafatle/2016/04/1758755-la-onde-esta-o-seu-maior-perigo.shtml#_=_)

da soberania popular. Uma nova eleição não “resolverá” o problema pelo qual passa o Brasil, mas nenhuma ação isolada “resolverá” o problema de um país que precisa refundar sua democracia. O que uma nova eleição pode fazer é quebrar o ímpeto da casta política brasileira em aproveitar-se da fragilidade do governo para se salvar criando uma aliança com setores econômicos interessados em passar à força um programa de “austeridade” e concentração de renda que nunca seria referendado pela população.

Àqueles que, preocupados com o pretensão conservadorismo rompante na sociedade brasileira, temem que uma nova eleição equivaleria a um tsunami conservador, analisam o campo dos possíveis a partir de um medo patológico que não pode ter lugar em horas como esta. Por isto, eles avaliam mal. Uma eleição permite tirarmos o jogo político atual das negociatas inconfessáveis de bastidores para levá-lo a uma disputa a céu aberto pela formação da opinião pública. Esta disputa está indefinida, as pesquisas demonstram claramente como a oposição golpista, mesmo dopada por campanhas midiáticas, está em queda livre, seus candidatos não tem fôlego. Seus discursos de ódio primário afastam vários setores da população. Não por acaso, eles são atualmente os primeiros a desqualificar a proposta de novas eleições. Mesmo o candidato do governo está impressionantemente bem colocado, aumentado a incerteza do resultado.

Por outro lado, desde o dia 18 de março ficou claro como o setor da população identificado à esquerda do espectro político tem força surpreendente de mobilização espontânea, de comunicação alternativa e de disputa. Nestas horas, melhor lembrar do que dizia o poeta Hölderlin: lá onde está o seu maior perigo, está também sua salvação.

Em tom de desafio, a presidente Dilma afirmou, nesta semana, que aceita discutir a proposta desde que os parlamentares também se disponham a abrir mão de seu mandato. Ela tem toda razão. Qualquer eleição presidencial com a permanência de um Congresso com quase um quarto do seus membros indiciados é

uma piada. O Congresso com seu presidente piromaniaco da Câmara e seu presidente indiciado do Senado é um eixo fundamental da crise.

Por isto, esta eleição deve ser geral. Ela deve ser precedida por um plebiscito no qual a população decida se quer que a presidente e o Congresso continuem. Cabe ao povo, e apenas diretamente a ele, dizer se os mandatos devem ou não ser encurtados. Se a resposta for por novas eleições, elas seriam feitas junto às eleições municipais em prazo estendido de campanha e obrigação de tratamento igual para todos os candidatos à Presidência.

A saída de situações de crise só pode ser através de mais democracia. Neste momento, muitos dizem falar em nome do povo, mas a verdade é que muitos temem ouvi-lo. Se quisermos mudar a situação terminal na qual nos encontramos, o melhor a fazer é começar por parar de ter medo do povo.